



**Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Juliana Bueno da Silva

**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMEIRA
(1996 – 2012)**

**São Carlos – SP
2017**



**Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Juliana Bueno da Silva

**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMEIRA
(1996 – 2012)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento.

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana

**São Carlos – SP
2017**




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação


Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Juliana Bueno da Silva, realizada em 27/06/2017:




Prof. Dr. Manoel Neto Matheus Nascimento
UFSCar



Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos Bezerra
UFSCar



Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho
UFSCar



Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
UNICAMP

Dedico esse trabalho à minha amada tia e madrinha (*in memoriam*), fonte de inspiração desde sempre para o meu crescimento pessoal e profissional.

Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.

Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.

Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.

Antonio Gramsci

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof^o Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, pela parceria intelectual na produção deste trabalho e toda paciência e coerência nas orientações;

Aos Professores: Prof^o Dr. José Claudinei Lombardi, Prof^a Dr. Luciana Coutinho, Prof^a Ms. Adriana Dibbern Capicotto, Prof^o Ms. Ricardo Pereira, Prof^a Ms. Adriana Ijano Motta, Prof^a Ms. Maria Isabel Matos Rossi, Prof^a Maria Cristina Bezerra e Prof^o Dr. Luis Bezerra, pela contribuição para minha formação acadêmica, profissional e/ou condições objetivas para que esse trabalho pudesse se concluir. A vocês mais do que meu agradecimento, meu profundo respeito e admiração;

Aos meus pais e familiares, pelo incentivo e influência em minha trajetória de vida, os quais sempre acreditaram em meu êxito. Especialmente minha mãe, que sempre acreditou na educação como o caminho para meu crescimento e se esforçou ao máximo para me manter na escola até me formar e poder continuar essa trajetória com meus próprios recursos;

Aos meus amigos, que sempre acreditaram e torceram por mim;

Aos meus companheiros de trabalho, que sempre me amparavam nos momentos mais difíceis e de muita tensão;

Aos colaboradores dessa pesquisa, especialmente a Secretaria Municipal de Educação de Limeira, que cederam material e tempo voluntariamente para que eu pudesse constituir esse trabalho e pelo auxílio em tudo que foi preciso;

Ao meu amor, que seja eterno tudo que for bom;

E finalmente, mas primeiramente a Deus, que me deu a vida e permitiu que essas pessoas fizessem parte dela, dando a oportunidade de estar no lugar certo e no momento certo para evoluir.

RESUMO

SILVA, J. B. PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMEIRA (1996 – 2012) / Juliana Bueno da Silva, 2017. 146f. Orientador: Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2017.

Este trabalho apresenta os programas de formação continuada de professores na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1996 a 2012, quando diferentes programas de formação continuada, com diferentes orientações teóricas e metodológicas foram desenvolvidos. Na investigação, foram utilizados processos de pesquisa de caráter qualitativo, com a realização de pesquisas bibliográfica e documental, que possibilitaram conceituar a formação continuada de professores, analisar documentos oficiais da rede pública municipal de ensino de Limeira e dos programas educacionais de formação continuada, destacando seus objetivos, concepções, tipos de formações, metodologias e resultados. Esta pesquisa apresenta também o Centro Municipal de Estudos Pedagógicos – CEMEP (1997-2012) que se apresentava como um “centro de estudos” para discutir, capacitar, adquirir novos conhecimentos e aperfeiçoar os educadores na formação didático-pedagógica. Os programas analisados são: Programa de Qualidade Total na Educação – PQTE (1996), Oficinas Pedagógicas (1996), Parâmetros em Ação (1999), Programa “Pró-Formador” (2000), Estudar Pra Valer (2004), Letra e Vida (2006), Ler e Escrever (2008), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012). Considero que as formações continuadas, desenvolvidas no período deste estudo, tiveram um papel importante para a formação e consolidação do corpo docente e técnico da rede.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programas de formação continuada. Rede pública municipal de ensino de Limeira. Atuação docente.

Abstract

This work presents the programs of continuous teacher training in the municipal public-school system of Limeira, from 1996 to 2012, when different continuing education programs with different theoretical and methodological orientations were developed. In our research, we used qualitative research processes, conducting bibliographical and documentary researches, which made it possible to conceptualize the continuing education of teachers, analyze official documents of the municipal public-school system of Limeira and the educational programs of continuing education, highlighting their objectives, conceptions, types of training, methodologies and results. This research also presents the Municipal Center for Pedagogical Studies, CEMEP (1997-2012), which showed as a “study center” to discuss, capacitate, acquire new knowledge and improve educators in their didactic-pedagogical training. The analyzed programs are: Total Quality Program in Education, PQTE (1996), Pedagogical Workshops (1996), Parameters in Action (1999), the “Pro-Trainer” Program (2000), *Estudar Pra Valer* (2004), *Letra e Vida* (2006), Reading and Writing (2008), and the National Pact for Literacy in the Right Age, PNAIC (2012). I believe that the continuing training developed during the period of this study played an important role in the formation and consolidation of the teaching and technical staff of the network.

Keywords: Public policies; Continuing education programs; Municipal public education network of Limeira; Teaching performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma dos diferentes núcleos de atividades com a estrutura funcional das Unidades Escolares.....	47
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro A – Escolas Municipais criadas de 1902 a 1937.....	35
Quadro B – Escolas ou classes criadas de 1948 a 1986.....	35
Quadro C – Regulamentação do Ensino Fundamental.....	49
Quadro D – Regulamentação da Educação Infantil.....	51
Quadro E – Regulamentação da Educação de Jovens e Adultos.....	55
Quadro F - Programas de formação continuada em Limeira de 1996 a 2012.....	68
Quadro G – Seminários do PQTE.....	69
Quadro H - Resumo das formações continuadas de curta duração realizadas na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1998 a 2004 pelo CEMEP.....	70
Quadro I - Resumo dos módulos da formação continuada do programa Letra e Vida 2006 em Limeira.....	82
Quadro J - Pautas de formação continuada de gestores e ADE's do Programa Ler e Escrever 2010 em Limeira.....	88
Quadro K - Pautas de formação continuada de vice-diretores do Programa Ler e Escrever 2011 em Limeira.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela A - Relatório evolucional do número de alunos da rede municipal - Ensino Fundamental - base de dados: mês de maio (censo).....	50
Tabela B - Relatório evolucional do número de alunos da rede municipal – Educação Infantil - base de dados: mês de maio (censo).....	53
Tabela C - Relatório evolucional do número de alunos da rede municipal – Creche - base de dados: mês de maio (censo).....	53
Tabela D - Relatório evolucional do número de alunos da rede municipal – EJA - base de dados: mês de maio (censo).....	55
Tabela E – Resumo evolucional do número de docentes da rede pública municipal de Limeira em 2016.....	57
Tabela F – Inscrições nos seminários do PQTE de 2003 a 2008 no município de Limeira ...	70
Tabela G – Relação da solicitação de impressão dos livros do EPV!.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Agente de Desenvolvimento Educacional
APM	Associação de Pais e Mestres
BI	Berçário I
BII	Berçário II
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEIEF	Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental
CEMEP	Centro Municipal de Estudos Pedagógicos
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPROSOM	Centro de Promoção Social Municipal
CESET	Centro Superior de Educação Tecnológica
CI	Centro Infantil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COCEM	Conferência Conjunta da Educação Municipal
DOU	Diário Oficial da União
EI	Educação Infantil
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMES	Escola Municipal de Ensino Supletivo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
HTPC's	Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQE	Instituto Qualidade no Ensino
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MI	Maternal I
MII	Maternal II
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG's	Organizações Não Governamentais
PBC	Programa Bolsa Creche
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCS	Plano de Cargos e Salários
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PHC	Pedagogia Histórico Crítica
PIC	Projeto Intensivo no Ciclo
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PQTE	Programa de Qualidade Total da Educação
PRC	Plano Referencial Curricular
PROFA	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PsHC	Psicologia Histórico Cultural
PTOP	Plano de Trabalho da Oficina Pedagógica
REDIN's	Redes para a Educação Infantil
RCNEI	Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil
SAREM	Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal

SE	Supervisor(es) Escolar(es)
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental
SME	Secretaria Municipal de Educação
SP	São Paulo
TI	Tecnologia em Informática
U.E.	Unidade(s) Escolar(es)
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	19
1.1 As reformas educacionais no Brasil no final do século XX	19
1.2 A formação continuada de professores no Brasil	25
2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE LIMEIRA.....	32
2.1 Breve histórico da educação de Limeira	32
2.2 Estrutura e funcionamento da rede pública municipal de ensino de Limeira	46
2.2.1. Educação Infantil – EI.....	50
2.2.2. Educação de Jovens e Adultos – EJA	54
3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM LIMEIRA.....	58
3.1. Centro Municipal de Estudos Pedagógicos – CEMEP	61
3.2 Programas de Formação Continuada de Limeira.....	68
3.2.1 Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE	68
3.2.2 Oficinas Pedagógicas	70
3.2.3 Programa “Parâmetros em Ação” / “Pró-Formador”	74
3.2.4 Programa Território Escola com o projeto Estudar Pra Valer!	78
3.2.5 “Programa de Formação de Professores Alfabetizadores Letra e Vida”	81
3.2.6 Programa Ler e Escrever	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	102
ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o desenvolvimento histórico da formação continuada de professores da rede pública municipal de ensino de Limeira no período de 1996 a 2012.

O processo de municipalização das Unidades Escolares em Limeira e a vinculação das creches à Secretaria Municipal de Educação de Limeira teve início após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, momento no qual também se iniciou oficialmente a formação continuada para docentes realizada no município pela rede pública de ensino.

Até o ano de 1995, haviam formações realizadas como oficinas pedagógicas, as quais tratavam de conteúdos em atividades descentralizadas. A partir da LDB/1996 e da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's no mesmo ano, o município adotou o programa de desenvolvimento profissional continuado do Ministério da Educação – MEC – “Parâmetros em Ação” (1999).

No ano de 1999, a rede pública municipal de ensino de Limeira aderiu ao programa educacional conveniado ao Ministério da Relação do Trabalho com proposta de treinamento aos formadores de docentes pelo Instituto Qualidade no Ensino – IQE. Em 2004, o município participou do programa “Estudar Pra Valer” do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC.

O município de Limeira teve formação continuada em parceria com o Governo do Estado, entre elas, em 2006 o programa “Letra e Vida” e em 2009 o programa “Ler e Escrever”. No final de 2012, apareceu uma nova proposta de programa educacional para o município, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em convênio com o Governo Federal. O material do PNAIC traz em seu texto a importância da formação continuada e ressalta que:

[...] O professor alfabetizador deve ser tratado como um profissional em constante formação, não só na área de linguagem, mas em todas que façam parte do ciclo de alfabetização. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem, como um de seus objetivos, auxiliar nesse processo, tendo em vista que um de seus eixos trata da formação continuada. [...] A constituição da identidade profissional: efetivada em momentos de reflexão sobre as memórias do professor enquanto sujeito de um processo mais amplo, procurando auxiliá-lo a perceber-se em constante processo de formação. (BRASIL, 2012, p. 05).

No início de 2013, um novo mandato político trouxe uma nova perspectiva pedagógica para a rede pública municipal de ensino de Limeira, baseada nos estudos do Prof. Dr.

Dermeval Saviani, a Pedagogia Histórico-Crítica¹. A PHC vem sendo estudada na rede para a capacitação de formadores e desde 2014, simultaneamente aos estudos, realiza-se formação continuada com os docentes desde a Educação Infantil (Maternal II) até o 5º ano do Ensino Fundamental e mais especificamente com professores que lecionam do 1º ao 3º ano. Este período recente do ensino público de Limeira não será estudado neste trabalho, pois além de ultrapassar o período a que se propõe estudar nessa pesquisa, também participei desse processo de reestruturação como formadora na SME.

A constituição da rede pública de ensino municipal, os programas educacionais adotados nesta trajetória e as condições em que se deram a formação continuada para docentes estão ligados às políticas públicas e suas ideologias, as quais refletem no processo de ensino-aprendizagem e na formação humana.

Os programas de formação continuada de professores em Limeira passaram por diferentes programas nas diferentes gestões de governo, sendo que em alguns momentos os programas eram aplicados concomitantemente, marcando uma irregularidade de períodos de permanência de cada proposta de formação continuada.

Nesta pesquisa foram tratadas a origem e a conceituação da formação continuada de professores em âmbito geral, analisados documentos oficiais da rede pública municipal de ensino de Limeira e os programas educacionais de formação continuada, com objetivos, propostas metodológicas e metas esperadas adotados em parcerias entre ONG's, setor privado, SEE e MEC e a SME.

Nessa perspectiva, considerando a constituição da educação pública de Limeira e a implantação dos programas de formação continuada na rede pública municipal de ensino de Limeira desde 1996, este trabalho tem seu problema de pesquisa expresso na seguinte questão: Quais são os objetivos, concepções, tipos de formações, metodologias e resultados dos programas de formação continuada de professores implantados na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1996 a 2012?

O objetivo geral da pesquisa é analisar os programas de formação continuada na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1996 a 2012.

Os objetivos específicos são:

¹ A Pedagogia Histórico-Crítica desenvolvida por Saviani (2005) inclui a Educação no processo social e histórico de humanização do homem. A concepção de Educação e, no caso, a Educação Escolar como “mediação no seio da prática social global” (SAVIANI, 2007, p. 420) fundamenta essa Pedagogia como uma ação transformadora e de emancipação dos sujeitos sociais, afirmando a politização do fazer pedagógico.

1. discutir as políticas de formação continuada em âmbito geral, buscando defini-las e situá-las nos contextos nacional e regional;
2. analisar os programas de formação continuada para a rede pública municipal de ensino de Limeira, identificando os objetivos, as concepções, tipos de formações, metodologias e resultados

Quanto aos procedimentos de investigação foram utilizados os recomendados na pesquisa de caráter qualitativa, com o desenvolvimento de pesquisas bibliográfica e documental.

Para a análise e melhor compreensão da formação continuada em Limeira, a análise documental foi um elemento muito importante e constituiu-se em um ponto central da pesquisa. Para efeito deste estudo, foram analisados documentos produzidos nos últimos 20 anos, para e pela rede, no tocante à formação continuada dos seus profissionais. Neste estudo, utilizei a análise documental e da revisão bibliográfica de artigos, teses e de dissertações que tiveram como foco as políticas públicas de formação de professores e/ou a rede pública municipal de ensino de Limeira.

No levantamento bibliográfico sobre educação pública em Limeira, encontramos muitos trabalhos acadêmicos que contribuíram decisivamente para o conhecimento da história da educação de Limeira e de sua situação nas últimas décadas. Dentre os trabalhos encontrados que contribuíram para a elaboração desta dissertação, podemos citar a tese de Bettini (1992) e as dissertações de Eiras (2009), Rossini (2013) e Pereira (2014) como referências de apoio para o embasamento desta investigação.

Este estudo da formação continuada de professores na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1996 a 2012, está organizado em três capítulos:

- no primeiro capítulo, discorro sobre o contexto histórico no final do século XX e as reformas educacionais, bem como a formação continuada no Brasil;
- no segundo capítulo, trato da breve história da educação de Limeira e da estrutura e funcionamento da rede pública municipal de ensino nos seus diferentes segmentos: Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos;
- no terceiro capítulo, apresento o Centro Educacional Municipal de Estudos Pedagógicos e os programas de formação continuada de professores em Limeira.

1. AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Este capítulo aborda o contexto de significativas transformações na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX, com foco nas reformas educacionais e ênfase nos cursos de aperfeiçoamento de professores.

1.1 As reformas educacionais no Brasil no final do século XX

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por grandes transformações em todas as suas instâncias, provocadas por fatores internos e externos. O processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, após o longo período da ditadura militar (1964-1985) foi vivenciado com intensos debates na elaboração da nova Constituição e da nova LDB, revelando a disputa político-ideológica dos diferentes projetos propostos pelos diversos grupos, que expressam as determinações dos contextos político e econômico da sociedade brasileira. Em 1988, a nova Constituição Federal foi promulgada, e em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB foi aprovada.

As últimas décadas do século XX, também, são marcadas pelas transformações produzidas pelos processos de globalização e de reestruturação produtiva, bem como a propagação das ideias e políticas neoliberais, decorrentes da crise do capitalismo que podem ser caracterizadas pelas seguintes: crises da organização taylorista do trabalho; do estado de bem-estar corporativista; do estado intervencionista; do fordismo global. (GENTILI, 1995).

O neoliberalismo surge como uma importante ferramenta para superar a crise e restabelecer a hegemonia burguesa no quadro do capitalismo global. (GENTILI, 1995).

No discurso neoliberal, a defesa da necessidade de diminuir a carga sobre o Estado se funda no argumento de garantir a estabilidade e o crescimento econômico colocando a economia de livre mercado como o modo dominante de organização da vida política e social dos países.

Trata-se, então, de retomar os mecanismos de mercado aceitando e tendo como base a tese de Hayek (1987) de que as políticas sociais conduzem à escravidão e a liberdade do mercado à prosperidade. O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington,

balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 95).

Os protagonistas dessas reformas seriam os organismos internacionais e regionais vinculados aos mecanismos de mercado como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Mundial do Comércio (OMC) que passam a ter o papel de tutoriar as reformas dos Estados nacionais, em especial dos países do capitalismo periférico e semiperiférico. Em termos de América Latina, destacam-se a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e, no plano educacional, a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC) (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Entre os organismos internacionais, o Banco Mundial se destaca pelo papel que passou a exercer em nível mundial influenciando as políticas sociais dos países periféricos e também, por ser o principal organizador da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, encerrada com a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, que marcada pelos princípios neoliberais, tornou-se parâmetro nos financiamentos do Banco Mundial para o setor educacional.

Para Gentili,

[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadorias diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado o entrepreneur, o consumidor. (GENTILI, 1999, p. 30).

Neste contexto de grandes transformações da sociedade brasileira, a educação sofreu várias reformas com o objetivo de adequar-se aos novos parâmetros econômicos, políticos, sociais e culturais.

No Brasil, as políticas neoliberais aparecem no governo Collor no início da década de 1990, porém, é no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que são adotadas efetivamente.

As análises críticas do período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) são abundantes tanto no âmbito econômico e político como no social, cultural e educacional. Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que

conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada⁴ aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 103).

Neste contexto, as reformas da educação brasileira foram realizadas consubstanciadas por grandes mudanças na legislação educacional. A principal mudança aconteceu em 20/12/1996, quando a nova LDB foi sancionada pelo Presidente da República por meio da Lei n.º 9.394. Na análise de Saviani (2010, p. 776) trata-se de

[...] uma LDB minimalista para não comprometer sua política educacional que promovia a desresponsabilização da União com a manutenção da educação, ao mesmo tempo em que concentrava em suas mãos o controle, por meio de um sistema nacional de avaliação do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Neste período, a educação no país sofre grandes influências neoliberais, a qual passa assumir um discurso de fracasso da escola pública gestada pelo Estado e a necessidade de se reestruturá-la com base nas leis do mercado através da iniciativa privada. (SAVIANI, 2013, p. 428). Na visão educacional da década de 1990, impera como reformas educativas a diminuição de gastos através de parcerias com a iniciativa privada ou organizações não governamentais, diminuindo a carga de responsabilidade do Estado sobre o setor público da educação.

A ênfase nesse período é a busca por resultados e é através da avaliação que esses resultados serão garantidos como sinônimo de eficiência do processo. E em consonância com a LDB/96, que coloca como responsabilidade do Estado a avaliação do ensino em todos os níveis, criou-se um verdadeiro sistema nacional de avaliação, o qual condiciona “[...] a distribuição de verbas e a recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade.” (SAVIANI, 2013, p. 439).

Em 1996, o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério” – FUNDEF², ao completar o prazo de vigência, foi substituído

² O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e

pelo “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação” – FUNDEB, com a função de financiar todas as etapas da educação básica e os programas para jovens e adultos.

Em 1997, o MEC publicou os “Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs” com a finalidade de fornecer referenciais para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Conforme explicita os PCNs

[...] sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p. 13).

Em 09 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172/01) foi aprovado como uma política educacional decorrente da aprovação da LDB.

[A] ordem imposta pelo governo se completa com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), com o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), com as Diretrizes Curriculares para o ensino no 3o grau, com a proposta de Autonomia para as Instituições Federais de Ensino Superior, com os programas especiais e compensatórios elaborados pelo Ministério da Educação (o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Programa Nacional do Livro Didático; o Programa Nacional de Garantia da Renda Mínima; o Programa de Aceleração da Aprendizagem; o Fundo de Fortalecimento da Escola, dentre outros), além de outras tantas leis, decretos, portarias, medidas provisórias, protocolos, pareceres e emendas constitucionais. (HERMIDA, 2012, p. 4).

A lei nº 11.274 de 2006 ampliou o Ensino Fundamental de oito para nove anos de escolarização, a qual prevê que a escolaridade regular seja iniciada aos 6 anos de idade e estabelece prazo até o ano de 2010, para que municípios, estados e o Distrito Federal possam se adequar à mudança.

Também, em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e aferir a qualidade do ensino básico, a partir dos estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. Genericamente, um fundo pode ser definido como o produto de receitas específicas que, por lei, vincula-se à realização de determinados objetivos. O FUNDEF é caracterizado como um fundo de natureza contábil, com tratamento idêntico ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dada a automaticidade nos repasses de seus recursos aos Estados e Municípios, de acordo com coeficientes de distribuição estabelecidos e publicados previamente. As receitas e despesas, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento, e a execução contabilizada de forma específica. (Fonte: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>).

Teixeira - INEP. O IDEB é um indicador avaliativo, o qual tem seus valores representados em uma escala que vai de 0 a 10 e quanto mais próximo da nota 10, maior é a qualidade do ensino (INEP³).

Outras importantes reformas educacionais que ocorreram durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram:

Em 2008, o piso nacional do magistério foi instituído pela lei nº 11.738, de 16 de julho, que trouxe melhoria significativa aos salários destes profissionais, principalmente, os que atuam nas regiões mais carentes do nosso país.

No ano seguinte, a resolução nº 48/2009, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 8 de setembro, prevê a concessão de bolsas de estudo e pesquisa destinadas aos professores da escola básica que participam de cursos de formação. Essas bolsas são concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e são pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, diretamente aos seus beneficiários, por um período de até 4 anos.

Vale ressaltar, ainda, a importância da emenda constitucional nº 59, publicada em 11 de novembro de 2009, que acaba, progressivamente, com a incidência da Desvinculação das Receitas da União - DRU sobre os recursos federais para a educação. Desde 1994, a DRU permite a retirada de 20% do total dos recursos a outros interesses públicos, que deveriam ser destinados obrigatoriamente à educação. Com a emenda, a extinção deste mecanismo ocorrerá até o ano de 2011. Segundo dados retirados do site oficial do MEC, o percentual retirado pela DRU dos recursos da educação caiu para 12,5% no exercício de 2009 e diminuiu para 5%, em 2010. Assim, cerca de R\$ 9 bilhões voltaram ao orçamento da educação. A emenda determina, ainda, a ampliação da obrigatoriedade do ensino à educação infantil e ao ensino médio, ou seja, dos 4 aos 17 anos de idade. Antes, a obrigatoriedade das matrículas era para os estudantes dos 6 aos 14 anos. E prevê o prazo até 2016, para a universalização de todas essas matrículas, pelo esforço dos estados e municípios, mas com o apoio do MEC. (CARIELLO, 2011, p. 43-44).

As transformações da sociedade brasileira, nas últimas décadas, foram acompanhadas por Limeira, que também promoveu mudanças na área da educação, implantando as diretrizes da nova LDB Lei nº 9.394/1996, inicialmente com o processo de formação de sua Rede Pública de Ensino.

A Rede Municipal de Ensino é criada através da Lei Complementar nº 183, de 22 de outubro de 1997, constituindo as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) para atendimento de alunos da educação infantil em período parcial, Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) para atendimento de alunos do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries em período parcial, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) para atendimento em período parcial de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, Escolas Municipais de Ensino Supletivo (EMES) para atendimento de alunos maiores de 14 anos e Centros Infantis (CI) para atendimento de alunos da educação infantil em período integral. (ROSSINI, 2013, p. 21).

³ Fonte: INEP. Disponível em: portal.inep.gov.br. Acesso em: mar. 2016.

A municipalização do Ensino Fundamental em Limeira aconteceu em 2 de julho de 1998, com a assinatura do convênio com o Governo de São Paulo, dentro do Programa de Parceria Educacional Estado-Município. (ROSSINI, 2013).

Durante o processo de formação de sua Rede de Ensino, a Secretária Municipal de Educação estabeleceu um convênio com a Fundação Limeira⁴ com o objetivo implantar no município o Programa de Qualidade Total da Educação - PQTE, o qual era regido pelo princípio do neoliberalismo, conforme o contexto da política educacional nacional.

O Programa foi proposto a todas as Organizações Educacionais da jurisdição da antiga Delegacia de Ensino de Limeira, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a utilização da gestão pela qualidade, tanto na área administrativa como na pedagógica. (Fundação Limeira⁵)

Sobre formação de professores, a LDB (1996) no artigo 67 assim ressalta a sua importância e introdução na vida profissional dos docentes.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (BRASIL, 1996).

Sobre a formação continuada, os Referenciais para a Formação de Professores – Brasil publicados pelo MEC em 1999, observam

A atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo e equipes de uma ou mais escolas. (BRASIL, 1999, p.131).

Neste sentido, apresentaremos no item seguinte um panorama da formação continuada de professores no Brasil.

⁴O Programa de Qualidade Total da Educação surgiu em Limeira desde o final de 1992. A Fundação Limeira e um grupo de voluntários, comitê executivo, tiveram a iniciativa do programa e posteriormente agregaram como parceiros, denominados “facilitadores”, a Diretoria de Ensino da Região de Limeira, a Secretaria Municipal da Educação de Limeira e o Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET/UNICAMP.

⁵Fonte: Fundação Limeira. Disponível em: fundacaolimeira.org.br. Acesso em: mar. 2016.

1.2 A formação continuada de professores no Brasil

A formação docente para o Ensino Fundamental - séries iniciais - tem sido realizada por meio dos cursos de magistério no nível médio ou pelo curso de Pedagogia em nível superior. A formação recebida nesses cursos era vista como suficiente para o exercício da docência. Nas últimas décadas essa visão tem passado por transformações influenciadas por mudanças ocorridas no final do século XX, ligadas ao ponto de vista político, econômico e cultural. Surgem diversas maneiras de se preparar o sujeito para atuar na atividade docente e essas visões sobre a docência foram se caracterizando em movimentos de políticas de formação. (BRASIL, 2012).

Dentro desse processo de mutação vivenciado nos anos 1980/1990, [...], surge o conceito de “educação ao longo da vida⁶”, mais precisamente nos anos 1990, que traz, em seu bojo, a questão da formação continuada como um valor que promoveria o desenvolvimento econômico e profissional, considerando que esse valor traria também benefícios para a vida pessoal e social, e não apenas econômico. (BRASIL, 2012, p. 09).

O conceito de formação continuada e sua aplicação viriam a provocar mudanças nas orientações dos sistemas escolares, na cultura escolar e influenciaria nas reformas dos métodos de ensino. Contudo, se faz necessário elucidar que existem algumas diferenças fundamentais entre formação inicial e formação continuada. De acordo com Ferreira e Leal (2010, p. 11), na formação inicial “*o estatuto dessas pessoas em processo de formação na instituição é de estudante e não de profissional*”. Entretanto, “*na formação continuada, os papéis a serem desempenhados por eles são os de estudante e de profissional, ao mesmo tempo, sendo o papel de profissional preponderante.*” (FERREIRA E LEAL, 2010, p.11).

Outra diferença encontrada é que na “*formação inicial tem-se enfatizado mais a teoria e na continuada, a prática.*” (FERREIRA E LEAL, 2010, p.11). O ideal seria buscar um equilíbrio entre ambas, tanto na formação inicial como na continuada. Imbernón (2010) ressalta que:

[...] a solução está em potencializar uma nova cultura formadora, que gere novos processos na teoria e na prática de formação, introduzindo-nos em novas perspectivas e metodologias. (IMBERNÓN, 2010, p. 40).

⁶ Nos anos 1970, o Conselho da Europa, UNESCO, L’OCDE e o Clube de Roma desenvolveram o conceito de educação permanente, impulsionados pela França que, desde os anos 1960, vinha discutindo essa questão.

Outro diferencial elencado pelas autoras é o fato de que a formação inicial parte da iniciativa do indivíduo em participar, no entanto a formação continuada pode não ser de interesse do professor e sim uma deliberação institucional que o obriga a participar de Programas de estudo que intentam fazer com que ele se desenvolva profissionalmente, no sentido de melhorar seu desempenho na sala de aula. (FERREIRA E LEAL, 2010).

Dependendo da concepção, dos objetivos e das estratégias de formação, envolvidos em uma determinada prática formativa ou programa de formação continuada, os professores poderão integrar-se a esse processo de modo ativo, ou não. (BRASIL, 2012, p. 12) O gosto em continuar a aprender a descobrir coisas novas favorece o engajamento do profissional docente nas formações e na sua prática cotidiana, reavivando nele o entusiasmo pelo que faz. (FERREIRA E LEAL, 2010, p.18).

A questão da formação continuada passa pelo déficit existente na formação inicial do professor, o qual não domina o conhecimento clássico e busca em diferentes concepções que se “produza” no aluno a descoberta de novos conhecimentos, sustentando a transferência da responsabilidade educacional para o indivíduo em processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que, segundo Saviani (1997), há uma produção de conhecimento no aluno, pois ele passa a conhecer aquilo que não conhecia. No entanto, se faz necessário elucidar qual é o papel do professor nesse processo,

[...] que conhecimentos o professor necessita dominar para que ele possa cumprir sua função no que diz respeito ao processo de produção de conhecimentos nos alunos. Então, que conhecimentos o professor precisa dominar? (SAVIANI, 1997, p. 130).

O professor precisa dominar os conhecimentos que ele fará chegar ao aluno, no sentido deste também dominá-los. Entretanto, não só o domínio dos conhecimentos garante um trabalho pedagógico eficaz, mas o domínio dos processos através dos quais esses conhecimentos efetivar-se-ão.

A formação continuada não pode deixar de levar em consideração aspectos individuais e coletivos nesse processo, pois o profissional possui uma história e suas memórias que podem revelar situações que facilitaram ou dificultaram a sua atuação profissional. Portanto,

a socialização é uma habilidade importante a ser trabalhada nas formações continuadas, principalmente pelo fato do professor não trabalhar sozinho, de estar sempre em contato com pais, alunos, diretores e com os pares. A colaboração tem como foco o rompimento do individualismo. (BRASIL, 2012, p. 17).

No Brasil, a questão da preparação de professores aparece após a independência com a proposta de se organizar a instrução popular. Entretanto, a educação começou a ser tratada

como questão nacional somente após a Revolução de 1930, dando-se ênfase ao ensino secundário e superior e em 1946, finalmente, uma lei nacional relativa ao ensino primário, segundo Saviani (2000). Ainda de acordo com o autor, a história da formação inicial de professores no Brasil pode ser distinguida assim:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006). (SAVIANI, 2009, p. 143 e 144).

A preocupação com a formação de professores tem sido tema de diversos debates em nosso país, pois há consenso entre diversos educadores de que a formação inicial do professor não apresenta base suficiente para o exercício da docência, influenciada pela classe dominante e pelas políticas neoliberais que sustentam a perda da função social da escola e o não aprofundamento do conhecimento do professor. Entretanto, a expansão do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas favoreceu o aparecimento de muitos estudos no sentido de construir políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino e um dos caminhos apontados é a formação continuada de professores (BRASIL, 2012).

Quanto ao processo de constituição da formação continuada, na década de 1960, segundo Libâneo (1998):

[...] podiam ser identificados treinamentos em métodos e técnicas para desenvolver a consciência do “eu” e dos outros, habilidades de relacionamento interpessoal, dinâmica de grupo, sensibilidade para captar as reações individuais e grupais, utilizando técnicas de sensibilização do docente para os aspectos afetivos da relação pedagógica [...] Durante os anos 70 foi forte a preocupação dos sistemas de ensino com as habilidades de elaborar planos de ensino, desenvolver habilidades em técnicas de ensino, instrução programada, recursos audiovisuais, técnicas de avaliação.

Nos anos 80, ocorre a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a qual traz em seu artigo 206⁷ - inciso V, o resultado da luta de educadores por uma educação básica de “qualidade”, bem como a valorização da formação docente para a melhoria educacional no Brasil. Na década de 90, a fim de promover políticas educacionais eficazes do sistema educacional, segundo os educadores que deram base teórica à sua constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, instaura a reforma do Ensino e enfatiza a formação de professores em seu artigo 67⁸ - inciso II e V. Nesse documento também se estabelece como uma das competências da União, a elaboração de um Plano Nacional de Educação – PNE, o qual contempla em uma de suas metas a graduação ou formação em serviço de professores num prazo de dez anos no sentido de reduzir o déficit profissional da área. Dentre outras medidas das reformas educacionais que influenciaram na formação inicial e continuada de docentes, pode-se enfatizar, no governo FHC, a implantação do Plano Nacional de Educação (2000) e no governo Lula, o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007).

O atual PNE, com vigência pelo período de 2014 a 2024, trata na meta 16 da formação continuada dos professores como uma das formas de valorização do Magistério e melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2001, p. 95). A Meta 16 do PNE (2014-2024), visa

[...] garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. A elevação do padrão de escolaridade básica no Brasil depende, em grande medida, dos investimentos que o poder público e a sociedade façam no tocante à valorização e ao aprimoramento da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. [...] A formação continuada, no âmbito do ensino superior, além de se constituir em um direito dos professores da educação básica, apresenta-se como uma exigência para o exercício profissional [...] A concretização dessa meta está vinculada aos esforços articulados dos entes federativos para dimensionar a demanda por formação continuada e promover a respectiva oferta por parte das instituições públicas, consolidando assim um planejamento estratégico, em regime de colaboração. (BRASIL, 2014, p. 51-52).

⁷ Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/topicos/10650366/inciso-v-do-artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 25 set. 2016.

⁸ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; [...]. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/topicos/11685964/artigo-67-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em 25 set. 2016.

A formação continuada de professores tem sua trajetória marcada pelas diferentes concepções pedagógicas. Na década de 1960, ocorrem no Brasil o auge e o declínio da Pedagogia Nova (SAVIANI, 2013). A influência escolanovista se baseava na pedagogia do aprender a aprender, com características pragmáticas e hegemônicas. Partindo-se do discurso de superação da Escola Tradicional, na qual o professor era a principal figura do processo educacional, centraliza-se nessa concepção o aluno, o qual aprende pelas próprias experiências e o professor passa a ser um “facilitador”, sendo necessário ter apenas uma formação com base na sua experiência profissional cotidiana. No interior dessa década

articula-se a tendência tecnicista, de base produtivista, que se tornará dominante na década seguinte, assumida como orientação oficial do grupo de militares e tecnocratas que passou a constituir o núcleo do poder a partir do golpe de 1964. Em termos gerais, entendo que a tendência educacional atualmente dominante no Brasil, desde o final de década de 1960 é aquela que nós poderíamos chamar de concepção produtivista de educação. A década de 1960 será marcada pelas últimas experiências de renovação pedagógica, sob a égide da concepção humanista moderna, expressas nos ginásios vocacionais e em escolas experimentais. Em termos alternativos surge, nessa década, a concepção pedagógica libertadora (SCOCUGLIA, 1999) formulada por Paulo Freire (1971 e 1976). Após a crise da década de 1970, que encerrou a “era de ouro” do desenvolvimento capitalista no século XX, mantém-se a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo, mas seu significado foi substantivamente alterado. A partir da reforma instituída pela lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, essa concepção produtivista pretendeu moldar todo o ensino brasileiro por meio da pedagogia tecnicista. Na década de 1970 a visão crítica se empenhou em desmontar os argumentos da concepção pedagógica produtivista, evidenciando a função da escola como aparelho reprodutor das relações sociais de produção. (SAVIANI, 2005, p. 18-19; 21; 25).

Na década de 1980, o modelo tecnicista chega ao Ensino no Brasil, fundamentado na racionalidade, eficiência e produtividade, sendo o foco educacional a organização dos “meios”. Assim, o professor torna-se nessa concepção um técnico, que corrige distorções e deficiências do processo ensino-aprendizagem.

Consequentemente, a concepção produtivista de educação resistiu a todos os embates de que foi alvo por parte das tendências críticas ao longo da década de 1980; e recobrou um novo vigor no contexto do denominado neoliberalismo, quando veio a ser acionada como um instrumento de ajuste da educação às demandas do mercado numa economia globalizada centrada na tão decantada sociedade do conhecimento. Na década de 1980 emerge como proposta contra-hegemônica a concepção pedagógica histórico-crítica (SAVIANI, 2003 e 2005). Nessa formulação a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua

compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse). (SAVIANI, 2005, p. 26).

Nos anos 90, alguns modelos de formação continuada fundamentam-se na dicotomia entre teoria e prática. Nesse contexto, é defendido por diversos autores da época a racionalidade prática e o professor reflexivo, deixando-se de investir no conhecimento científico e no saber escolar para valorizar o conhecimento do senso comum.

[...] nas últimas três décadas, no Brasil, podem ser evidenciados três momentos políticos: a ditadura militar, o movimento de democratização da sociedade e os movimentos de globalização da cultura e da economia, que segundo as autoras, influenciaram os processos de formação continuada de professores. (SILVA e FRADE, 1997 apud ALFERES e MAINARDES, 2001, p. 01).

A partir desse breve histórico, é possível perceber que as concepções e as finalidades da formação continuada, ao longo do tempo, foram mudando no Brasil e novos termos eram empregados para a temática da educação continuada de profissionais da educação. No estudo realizado por Marin (1995), o autor identificou o uso de diferentes termos, após uma análise dos mesmos e das concepções utilizadas, sendo que:

[...] “reciclagem” referia-se a mudanças mais radicais para o exercício de uma nova função, ocasionando a implementação de cursos de formação continuada rápidos e esporádicos, “treinamento” tinha o foco voltado para a capacidade de o indivíduo realizar uma determinada tarefa através da modelagem de comportamento. O termo “aperfeiçoamento” significava tornar perfeito ou mais perfeito, ou ainda completar ou acabar o que estava incompleto, enquanto “capacitação” tinha uma conotação de tornar capaz e habilitar. A educação permanente, a formação contínua e a educação continuada foram descritas pela autora no mesmo bloco, visto que elas tratavam de colocar como eixo da formação continuada o conhecimento dos profissionais da educação e tudo aquilo que eles podiam auxiliar a construir. (ALFERES e MAINARDES, 2011, p. 5).

A formação continuada no Brasil segue um modelo “clássico”, segundo Candau (1996), no qual a ênfase é posta na “reciclagem” dos professores, ligando-a as universidades em parcerias com as secretarias de educação municipais e estaduais através de simpósios, congressos, seminários, encontros ou mesmo em cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação. Segundo documentos publicados pelo MEC nos anos de 2012 a 2016, referentes ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o modelo apresentado por Candau permanece vigente. Entretanto, faz-se necessário saber as concepções pedagógicas que norteiam as formações continuadas para entender os princípios sociais, econômicos e políticos que estão subentendidos em seu formato e finalidade.

No capítulo 2 será tratado sobre o breve histórico da educação de Limeira e a estrutura e funcionamento da rede pública municipal de ensino, caracterizando seu crescimento e perfil atual.

2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE LIMEIRA

Este capítulo trata da constituição da rede pública municipal de ensino de Limeira, com um breve histórico dentro de um contexto socioeconômico local e da estrutura e funcionamento dessa rede com base no Regimento comum às escolas, documento que rege as instituições, aplicando seus dispositivos às escolas municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental e à Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

2.1 Breve histórico da educação de Limeira

A cidade de Limeira teve sua formação como berço da imigração de mão de obra da produção canavieira, de algodão e da lavoura cafeeira.

A formação do município de Limeira, como povoado à margem da estrada que ligava o Morro Azul à Campinas, está intimamente imbricada com o engenho de Ibicaba. [...] Assim, pode-se afirmar que Limeira nasce da necessidade de escoar a produção canavieira por um caminho mais direto até Campinas, ou seja, as necessidades da oligarquia rural que vão criando os espaços urbanos às margens das estradas, caminhos abertos para comercializar os produtos, [...] Antigos colonos de Ibicaba seus descendentes formaram a população urbana de Limeira, junto à outras famílias oriundas das fazendas cafeeiras, que também foram, de uma forma ou de outra, sendo desativadas, especificamente pela queda do preço do café brasileiro no mercado internacional. [...] (BETTINI, 1993, p. 16).

Devido a crise, no início do século XIX, as terras da Fazenda Ibicaba foram vendidas formando-se “[...] pequenos proprietários de terras, comerciantes e um grande contingente de mão de obra disponível para a indústria nascente [...]” (BETTINI, 1993, p. 17). Neste contexto, os colonos e seus descendentes formam a nova burguesia ascendendo ao poder.

Diante dessa formação populacional e da composição do poder econômico e político com ideais liberais é que, no início do século XIX, a instrução pública em Limeira começou a ser instalada de forma precária e ainda para poucos no município (BETTINI, 1993).

“A Sociedade do Bem Comum de Limeira, fundada por volta de 1831/32, tinha como encargo, entre outros, promover a educação da mocidade e dos bons costumes [...]” (BETTINI, 1993, p. 104), porém “[...] nada mais consta sobre essa sociedade, a não ser que existiu até por volta de 1842, quando da elevação da freguesia à Vila de Limeira.” (BETTINI, 1993, p. 104).

Em documento datado de 1844, o cidadão Manuel Antunes de Albuquerque, através de um requerimento, solicita uma Escola de Primeiras Letras para a Vila de Limeira. E em 1846, a Câmara Municipal de Limeira através de ofício enviado aos Senhores Representantes da Província, requer a criação de uma Cadeira de Gramática Latina e, no mesmo ano, através de outro ofício, requer a criação de uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino.

Em 1857, a Vila de Limeira tinha dois professores de primeiras letras e em 1867, após um período de 10 anos de troca de professores, amplia-se a instrução pública de primeiras Letras, que passa a funcionar com duas salas do sexo masculino e uma sala do sexo feminino. Entretanto, a mesma não estabiliza e somente em 1884, a instrução pública aparece em fontes documentais com quatro salas de aulas funcionando e regidas. (BETTINI, 1993).

O decreto nº 100, de 4 de dezembro de 1890 que, de acordo com Bettini (1993) se encontra no acervo estadual, traz em seu texto a conversão em mista a cadeira do sexo masculino, no bairro dos Cordeiros, no município de Limeira, conforme solicitado pelo Conselho de Instrução do município. Através da Lei nº 101, de 24 de setembro de 1892, são criadas escolas de instrução primária, entre as quais a escola mista no Bairro da Fazenda Velha, no município de Limeira. Entretanto, a documentação que registra a criação desta escola, encontrada no próprio município, é datada de 1935.

O regulamento da instrução Pública do Estado, publicado em 30 de dezembro de 1892, traz em seu texto a divisão do Estado em 30 distritos, sendo Limeira sede do 23º distrito e tinha no cargo de Diretor Geral o Pe. Cypriano de Souza e Oliveira. Neste período, os filhos dos colonos e as crianças que habitavam a zona rural, a princípio, eram excluídos.

Até 1893, em Limeira, não havia um sistema regular municipal, nem um Regimento sobre instrução pública. Em 1894, Limeira recebe o Regimento das Escolas Públicas do Estado de São Paulo que consta, dentre outras coisas, sobre os programas das primeiras séries, os quais no fundo estão ligados “à ideologia liberal, necessária para sustentar as propostas políticas e sociais da nova organização do estado.” (BETTINI, 1993, p. 72).

Em 1899, através da Lei nº 55 de 21 de agosto são criadas quatro escolas municipais de instrução primária, sendo duas para o sexo feminino e duas para o sexo masculino. Entretanto, segundo Bettini (1993), com o passar dos anos, as preocupações dos diversos membros da sociedade com a falta de instrução pública suficiente e o alto número de analfabetismo no município fez com que o Estado fosse mais cobrado em relação a mais investimentos neste setor. Inicialmente, essa preocupação advinha dos imigrantes-colonos de Ibicaba, que criticavam a carência de classes de instrução pública primária. Porém, neste

período, Limeira não era a única cidade nesta situação, pois havia muitos municípios na mesma situação e durante esse século, apesar de pequenas mudanças na instrução pública do município, não houve avanço significativo nesta área.

No início do século XX, a situação permanecia a mesma, porém com grandes perspectivas de mudanças, uma vez que os grupos sociais começaram a se organizar protestando e cobrando com mais força pela melhora da educação no país.

A partir da necessidade da criação do primeiro grupo escolar:

[...] em 1900, a Câmara Municipal e o Partido Republicano de Limeira empenham-se, junto ao governo do Estado, para conseguir a criação dessa escola. O Cel. Flaminio Ferreira de Camargo, militante e posteriormente “chefe” do Partido Republicano de Limeira, cedeu ao Estado sua residência, para que o grupo escolar se instalasse provisoriamente, pois o governo havia se disposto a atender a solicitação, desde que a municipalidade oferecesse gratuitamente o prédio adequado. (BETTINI, 1993, p. 116).

Conforme Bettini (1993), o Grupo Escolar recebe esse nome em virtude da homenagem prestada ao Cel. Flaminio, que cedeu gratuitamente sua casa para a instalação e funcionamento do grupo escolar, sendo em 1901 sua fundação comemorativa. Em 1905, com a doação do “Largo do Rosário”, ao Estado através da Lei nº 89-A de 15 de abril, começa a ser construído um prédio adequado para o grupo escolar que fica pronto em 1906 e começa a funcionar regularmente. A partir de 1932, o grupo escolar passa a anexar classes isoladas de instrução pública mantidas pela prefeitura, o que vai gerar no ano seguinte um aumento no número de salas de aula no município de 20 para 30.

Em 21 de abril de 1933, o General Waldomiro Castilho de Lima assina o decreto nº 5883, que institui o Código de Educação do Estado de São Paulo, que pretendia reorganizar a instrução pública do Estado, levando em consideração a situação caótica que se encontrava o ensino público. E é a partir deste ano que cresce o investimento municipal na instrução pública. (BETTINI, 1993).

Em 5 de setembro de 1934 é criada a “Escola Profissional Mixta Primária de Limeira”, pelo Ato Normativo nº 39, que mais tarde passaria para responsabilidade do Estado com o nome de Escola Técnico-Industrial, sendo desativada em 1971.

É importante destacar que, em 1928, cria-se o Ginásio Municipal, oriundo da separação do curso secundário, que já existia no Colégio Santo Antônio (estabelecimento de ensino privado e internato), existente desde 1916. “Mais tarde esse Ginásio passa para a

responsabilidade do Estado, sob o nome de Instituto de Educação Castelo Branco.” (BETTINI, 1993, p. 113).

Nos anos de 1902 a 1937 houve um crescimento no número de escolas no município (ver quadro A), devido a expansão urbana relacionada diretamente com o processo de industrialização ocorrida no período. Porém, não há evidência de que todas as crianças tinham acesso à instrução pública, principalmente as oriundas das camadas mais pobres, uma vez que as crianças que eram matriculadas evadiam-se devido às condições econômico-sociais e a necessidade de mão-de-obra agrícola.

ANO DE CRIAÇÃO	ESCOLA CRIADA – LOCAL
1902	Bairro de Santa Cruz da Boa Vista Povoado de Cascalho
1912	Escola Mista no Bairro de Sertãozinho
1913	Escolas Reunidas do povoado de Cordeiro
1918	Escola Mista na Fazenda Barreiro
1920	Escola feminina no Bairro das Areias – “Liga Nacionalista” (nome da escola)
1921	Escola masculina no Bairro de Pedreira (Bairro do Tatu)
1925 – 1928	Escola noturna no povoado de Iracemápolis
1930	Escola da Venda Nova de São João
1933	Escola Municipal do Bairro dos Pires
1934	Escola do Bairro da Graminha
1935	Escola do Bairro da Fazenda Velha
1936	Escola do Bairro do Morro Alto Iracemápolis Cascalho Graminha Pereiras
1937	Fazenda Barreiro Bairro da Boa Vista Vila Camargo Bairro do Pinhal
	Vila Esteves (suprimida pelo Decreto nº 10/1965, a contar de 13/03/1965)

(Quadro A criado pela autora com base na fonte: BETTINI, 1993)

Nos anos que se seguem, de 1948 a 1986, outras escolas e/ou classes foram criadas pela municipalidade através de Leis e Decretos, em convênio com Organizações Não Governamentais e/ou com o Estado (ver quadro B):

ANO	LEI nº	Decreto nº	DISPOSIÇÃO
1948	43	-	Criação de 4 Escolas Mistas Rurais
1951	192	-	Criação de 4 classes na Escola Municipal Prada
1957	-	5	Criação de 1 classe na Escola Mista Rural Municipal do Bairro dos Pires do Meio
	-	8	Criação de 1 classe na Escola Mista Rural Municipal do Bairro Graminha-Capela
	525	-	Autoriza ampliação do 4º Grupo Escolar de Limeira

1959	602	-	Criação do Parque Infantil Chapeuzinho Vermelho
1961	700	-	Criação da Escola Mista Municipal
1967	-	6	Criação da Escola Mista Municipal de Emergência do Bairro dos Lopes, de 1º estágio Criação da Escola Mista Municipal de Emergência do Bairro dos Toledos, de 1º estágio
	-	13	Criação da Escola Mista Municipal de Emergência do Bairro Santa Rosa, de 1º estágio
1970	1222	-	Convênio com a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
1971	-	17	Criação do Grupo Escolar Municipal do Jardim Vista Alegre (funcionamento em dois períodos de atividade letiva)
1985	1957	-	Convênio com a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
1979	1693	-	Convênio com o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Limeira para criação do Centro de Educação Gatinhos Vermelhos
1980	1730	-	Convênio com o Grupo Empenho (ONG) para a construção de creches
1980/ 1981/ 1984/ 1985	1731/ 1794/ 1943/ 1967	-	Convênio com o Estado para a construção de escolas (CONESP)
1998	-	21	Criação das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental: <ul style="list-style-type: none"> • Urbanas: EMEIEF “Jardim Aeroporto” – Jardim Aeroporto (passa a denominar-se EMEIEF “Profª Maria Aparecida de Luca Moore”, pelo Decreto nº 173/1998) EMEIEF “De Limeira” – Vila Jacon (passa a denominar-se EMEIEF “Limeira”, pelo Decreto nº 75/2001) EMEIEF “João De Barro” – Parque Nossa Senhora das Dores EMEIEF “Margarida” – Jardim Ibirapuera (passa a denominar-se EMEIEF “Prof. José Roberto Braz”, pelo Decreto nº 129/2000) EMEIEF “Mário De Souza Queiroz Filho” – Jardim São Luiz EMEIEF “Deputado Laércio Corte” – Jardim Vista Alegre EMEIEF “Major José Levy Sobrinho” – Jardim Esteves EMEIEF “Maria Thereza Silveira De Barros Camargo” – Jardim Planalto EMEIEF “Prof. José Paulino De Araújo Vargas” – Parque Hipólito EMEIEF “Prof. Deovaldo Teixeira De Carvalho” – Jardim Nova Limeira EMEIEF “Profª Clara Monzoni Lang” – Parque Residencial Anavec EMEIEF “Tenente Aviador Ary Gomes de Castro” – Bairro do Tatu EMEIEF “Aracy Nogueira Guimarães” – Jardim Odécio Degan EMEIEF “Parque Nossa Senhora Das Dores” - Parque Nossa Senhora das Dores • Rurais: EMEIEF “Bairro Dos Lopes” – Barro dos Lopes EMEIEF “Bairro Do Jaguari” EMEIEF “Bairro Dos Frades” EMEIEF “Bairro Da Lagoa Nova” (extinta pelo Decreto nº 66/2006) EMEIEF “Bairro Dos Pereiras” EMEIEF “Fazenda Botafogo” (extinta pelo Decreto nº 151/2000) EMEIEF “Bairro Carandina” (extinta pelo Decreto nº 61/2001)

			EMEIEF “Bairro Dos Pires De Baixo” (extinta pelo Decreto nº 347/2000) EMEIEF “Bairro Dos Pires Do Meio De Cima” EMEIEF “Fazenda Cintra” – Bairro Parronchi EMEIEF “Jardim Vanessa” – Jardim Vanessa
--	--	--	--

(Quadro B criado pela autora com base na fonte: Jornal Oficial do Município de Limeira, consultado o período descrito)

Neste século, houve várias manifestações e movimentos sociais que impulsionaram o desenvolvimento educacional, buscando melhores condições físicas de ensino e profissionais capacitados, bem como diretrizes curriculares e uma incessante corrida por metodologias didáticas mais eficazes pautadas em diferentes concepções de mundo e de ser humano, ora pautadas no assistencialismo, ora na psicologia e bem poucas na pedagogia em âmbito geral.

Nos anos anteriores à promulgação da Constituição Federal/88, as escolas primárias (nomenclatura do período), regidas pelo Estado, eram compostas por professores indicados, e/ou convidados para o posto de trabalho. A coordenadoria estadual possuía um delegado de ensino que respondia por estas escolas. As creches eram vinculadas ao Fundo Social de Solidariedade, ligadas ao Centro de Promoção Social Municipal – CEPROSOM e eram construídas com o apoio do Grupo Empenho (ONG que desenvolvia diversos projetos sociais no município). A escola de jovens e adultos, neste período, tinha como responsável pela política de erradicação do analfabetismo a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar⁹, em nível federal.

Apesar de ter herdado do MOBREAL funcionários, estruturas burocráticas, concepções e práticas político pedagógicas, a Fundação Educar incorporou muitas das inovações sugeridas pela Comissão que em princípios de 1986 formulou suas diretrizes político-pedagógicas. O paralelismo anteriormente existente foi rompido por meio da subordinação da Fundação Educar à Secretaria de Ensino de 1o e 2o Graus do MEC. (HADDAD, 2000, p. 120).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se o ingresso em cargos públicos somente através de concurso público, porém foi assegurado aos profissionais

⁹ A Fundação Educar foi criada em 1985 e, diferentemente do MOBREAL, passou a fazer parte do Ministério da Educação. A Fundação, ao contrário do Mobreal que desenvolvia ações diretas de alfabetização, exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois em 1990 – Ano Internacional da Alfabetização – em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra que assumisse suas funções. Tem-se, a partir de então, a ausência do Governo Federal como articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. (SOARES, Leôncio, BRASIL ALFABETIZADO EM FOCO, PGM 1 – Alfabetização de Jovens e Adultos: um pouco da História. Disponível em: <<http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/baf/tetxt1.htm>>)

(diretores e professores) com mais de cinco anos de exercício no cargo, a estabilidade no mesmo (CLT estável). Em 1987, criou-se a Lei nº 2081, que regulamentava o magistério no município e no ano de 1990 ocorreu o primeiro concurso público para professores. A partir disso houve a necessidade da criação de documento estatutário a fim de regulamentar os profissionais da educação no exercício do cargo. Contudo, somente em 1991, o primeiro documento sobre o Estatuto do Magistério Municipal foi instituído através da Lei nº 70/91. (SME Legal¹⁰).

Em 1992, a versão do primeiro estatuto é alterada pela Lei nº 90/92. Na sequência, outras alterações ocorrem: em 1994, com a Lei nº 133/94 e no ano de 1996, com a Lei nº 173/96 que altera novamente o texto do documento. Em 1999, a Lei nº 207 revoga a anterior e a substitui, sofrendo alterações em 2008, com a Lei nº 410. No ano de 2009, a Lei Complementar nº 461, de 02 de junho de 2009, a qual dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal que contém o Plano de Carreira da categoria, e dá outras providências, torna-se o documento definitivo (permanece vigente) recebendo alterações através de Leis Complementares alterando seu texto sem substituir o documento na íntegra (SME Legal – idem nota de rodapé 10).

O processo de municipalização das Unidades Escolares - UE em Limeira e a vinculação das creches à Secretaria Municipal de Educação - SME teve início após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, momento no qual também se iniciou oficialmente a formação continuada para docentes realizada no município pela rede pública de ensino.

Até o ano de 1996, havia formações realizadas como oficinas pedagógicas as quais tratavam de conteúdos em formações focalizadas, pois a rede não possuía um currículo único, portanto os conteúdos eram abordados de acordo com a proposta pedagógica de cada Unidade Escolar.

Segundo Pereira (2014), o atendimento na Educação Infantil se dava de duas formas, sendo que os estudantes de quatro a seis anos eram atendidos em pré-escolas, denominadas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, onde permaneciam em período parcial. As crianças de zero até seis anos, em sua maioria, provenientes das camadas mais pobres da sociedade, frequentavam em período integral as Creches municipais vinculadas ao CEPROSOM, reforçando seu caráter assistencialista. Neste contexto, as creches até esse

¹⁰ Fonte: Blog SME Legal. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: ago de 2016.

período eram gestadas por professores indicados e assistentes sociais que administravam a oferta de vagas e tinham como critério para ingresso que a mãe estivesse trabalhando¹¹.

Até 1996, a orientação e o acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvidos nas quinze Creches existentes eram de responsabilidade de uma única pedagoga. Os docentes que atuavam nas três etapas da Educação eram treinados em formações mensais nas quais se discutia a proposta pedagógica construtivista. Já nas EMEIs, o acompanhamento do trabalho docente e a orientação pedagógica eram realizados por uma equipe de três pedagogas, por meio de um departamento exclusivo, subordinado à Secretaria da Educação, denominado Oficina Pedagógica. (PEREIRA, 2014).

A partir de 1997, a lei complementar nº 183/1997 buscou atender à LDBEN 9394/96 que tornou evidente a importância da Educação Infantil. A lei complementar estabeleceu, como a primeira etapa da Educação Básica, que as Creches ligadas, até então, ao CEPROSOM passassem a ser gerenciadas pela Secretaria de Educação, sendo definida a oferta em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) para crianças de 4 e 5 anos em regime parcial e os Centros Infantis (CIs) para crianças de 0 a 6 anos em período integral.

A Lei nº 183/97 também trazia em seu texto a extinção dos cargos docentes e de especialistas em Educação junto ao CEPROSOM e os criava com lotação na SME, juntamente com as funções gratificadas de diretor de Escola. Assim os professores que atuavam nas Creches passaram a integrar o quadro do magistério do município e um projeto encaminhado à Câmara Municipal posteriormente, por vereador da época, determinava que os professores que ocupavam a direção de Escolas em 1997 fossem efetivados sem concurso, sendo denominados de “diretores estáveis”.

Neste período não houve uma preocupação para criação de um setor específico educacional e nem com a elaboração de um documento norteador unificando as diretrizes educacionais da Educação Infantil para Creches e EMEIs, sendo que o departamento de Oficina Pedagógica, antes utilizado somente pelas EMEIs passou a ser de responsabilidade da coordenadora pedagógica das Creches. Esse departamento acompanhava o trabalho docente através de atualização e treinamento dos professores por meio de estudos e encontros. (PEREIRA, 2014).

¹¹ O município de Limeira deixou de adotar esse critério em 1997, porém Pereira (2014), ressalta que em 2014, o retomou com a nova administração pública, conforme consta no Decreto nº 5.206/2013 que dispõe sobre a “fila única nas Creches do município de Limeira”.

Quanto ao Ensino Fundamental, até 1996 todas as escolas eram vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino. A partir da LDB/1996 e antecipando-se o processo de municipalização do Ensino Fundamental, em 22 de outubro de 1997, o Sistema¹² Municipal de Ensino foi criado por meio da Lei Complementar nº 183, sendo composto por segmentos de ensino em diferentes instituições Escolares: Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) para atendimento de indivíduos da Educação Infantil em período parcial, Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) para os estudantes do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries em período parcial, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) para atendimento em período parcial de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, Escolas Municipais de Ensino Supletivo (EMES) aos discentes maiores de 14 anos e Centros Infantis (CI) para atendimento de indivíduos da Educação Infantil em período integral. (LIMEIRA, 1997).

Neste período, após a LDB, aconteceram mudanças significativas na rede pública municipal de ensino da cidade, como a 1ª Conferência Municipal de Educação de Limeira – COCEM (1996) que por alguns problemas não elucidados no período, foi cancelada e o processo para a 1ª COCEM oficial (1997) foi reiniciado com a participação de membros da Secretaria Municipal de Educação, professores, sindicatos e entidades representativas da rede pública e privada da educação de Limeira. Em 1998, a 1ª COCEM foi aprovada e resultou na construção de documento que foi promulgado na forma da Lei nº 461/2009 - Estatuto do Magistério Público Municipal de Limeira, vigente atualmente. Uma das especificidades dessa Lei era a criação de funções correlatas ao magistério, dentre elas a de coordenador pedagógico, que viria a se constituir em função “chave” na formação e orientação docente dentro das Unidades Escolares, sendo um profissional responsável pela ligação entre a SME e as UEs.

Em 2 de julho de 1998, por meio da assinatura pelo poder executivo municipal do convênio celebrado entre Estado e Município, denominado Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, conforme Resolução SE 123, de 13/11/98, ocorreu a municipalização¹³ das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental que foi, gradativamente,

¹² Em consulta aos documentos que regularizam o funcionamento da educação pública municipal de Limeira percebe-se que os mesmos não apresentam uma regularidade ao citar “rede” ou “sistema”, sendo utilizados os dois termos em diferentes documentos. Hoje, a estrutura pública municipal de ensino de Limeira comporta um “sistema” com todas as suas atribuições, porém não há lei vigente que regulamente a manutenção dessa denominação.

¹³ Municipalização objetiva a transferência, prioritariamente, da matrícula dos alunos do ensino fundamental do estado para as redes municipais, seguindo os critérios e condições estabelecidos, de forma progressiva e

atendendo a estudantes de 1ª a 4ª série e posteriormente com a implementação do Ensino Fundamental de 9 anos, passou-se a atender estudantes do 1º ao 5º ano.

Pereira (2014) relata que houve a necessidade de reestruturação do departamento pedagógico após a municipalização, devido à necessidade de acompanhamento da Educação Infantil e a nova demanda do Ensino Fundamental. Para isso, ampliou-se o quadro de profissionais da então oficina pedagógica que, em 1997, passou a denominar-se Centro Municipal de Estudos Pedagógicos – CEMEP. Neste período não havia nenhum processo de seleção ou certificação para compor a equipe de profissionais que atuariam nesse centro visto que, anteriormente, a equipe era composta por meio de indicação do Secretário da Educação da época.

Com a municipalização das escolas que antes eram vinculadas ao Estado, o município teve suas demandas aumentadas o que exigiu grande reforço de recursos humanos e materiais, para a manutenção desse segmento de Ensino. Assim, no início de 1998, precedendo a necessidade do aumento de profissionais da rede de ensino com a municipalização, ocorre o primeiro concurso público para professores que tomam posse para integrar o primeiro ano letivo do Sistema de Ensino Municipal com Educação Infantil e Ensino Fundamental. (PEREIRA, 2014).

Inicialmente, as atividades escolares eram pautadas nos livros didáticos e na experiência dos professores do Sistema de Ensino Estadual. Entretanto, a partir da LDB/96, houve no mesmo ano a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's e os profissionais da educação municipal iniciaram reuniões para discutirem a construção de um currículo único e norteador. Essa proposta curricular se pautou no programa de desenvolvimento profissional continuado do Ministério da Educação – MEC, denominado “Parâmetros em Ação” (1999), no qual uma representante da Secretaria Municipal de Educação de Limeira recebeu formação em Brasília e se tornou a difusora para a rede toda. Neste ano, os professores da rede do município que aderiram ao programa receberam em casa kits dos PCN's a fim de fomentar a prática em sala de aula.

Nos anos de 2000 e 2001, a equipe do Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEP) foi capacitada pelo Instituto de Qualidade no Ensino¹⁴ (IQE) em uma formação que

responsável, visando à elevação da qualidade do ensino. Fonte: <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/municipalizacao>>. Acesso em: dez de 2013.

¹⁴ O IQE é uma associação civil de caráter educacional e de assistência social, sem fins econômicos, criada em 1994 e mantida com o apoio de empresas privadas e parcerias com governos. Sua missão é contribuir para a melhoria do processo do ensino e da aprendizagem nas Escolas da Rede Pública, investindo na formação e

tinha como carga horária 500 horas em Língua Portuguesa e 500 horas em Matemática. Ao mesmo tempo, a equipe do CEMEP realizava formações para os professores da rede. A partir desta formação que ocorreu em 2000 e 2001, tomando por base os PCN's, começou a ser construído um novo currículo de ensino baseado em habilidades, nas diferentes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Educação Física) que passou a ser utilizado pelos docentes como ferramenta para a ação pedagógica nos anos seguintes e permaneceu vigente até o ano de 2012.

Quanto a Educação Infantil, no ano 2000, a equipe do CEMEP esboçou o primeiro documento orientador das práticas pedagógicas, denominado “Plano de Ensino para a Educação Infantil”, tomando como base os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - RCNEI¹⁵ de 1998. E em 2002 esta mesma equipe elaborou os Planos de Ensino¹⁶ padronizados para todas as escolas da rede pública municipal de ensino de Limeira, sendo que havia um plano de ensino específico para o Ensino Fundamental e outro para a Educação Infantil. Tais planos foram reorganizados com a participação dos coordenadores pedagógicos e professores representantes de cada uma das unidades escolares, numa proposta pedagógica padronizada para toda a rede, a qual continha habilidades, conteúdos e situação didática. Este documento, o Plano de Referência Curricular (PRC), tornou-se a primeira etapa da construção das Diretrizes Educacionais da rede pública municipal de ensino de Limeira (PEREIRA, 2014).

Esse ponto é relevante, porque, ao eleger esses documentos como aportes teóricos, a Educação do Município de Limeira revelou estar alinhada aos propósitos das Diretrizes Curriculares Nacionais¹⁷ estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer nº04/98 e pela Resolução nº 02/98 (CNE/CEB, 1998). (PEREIRA, 2014, p. 43).

Em 2003, a SME de Limeira, preocupada com as dificuldades encontradas ao assumir os anos iniciais do Ensino Fundamental, adotou a estratégia de capacitar os docentes do

valorização do educador e na relação da Escola com sua comunidade, promovendo a cidadania. Seu público-alvo são os alunos (crianças, adolescentes e jovens) das Escolas Públicas do Ensino Básico. Fonte: IQE. Disponível em: <<http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

¹⁵ RCNEI foi concebido para ser utilizado como um guia de reflexão que possa servir de base para a ação educativa dos profissionais que atuam junto às crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, respeitando a especificidade de cada criança e a diversidade cultural do País.

¹⁶ Documento orientador da prática docente, constituído por habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores junto às turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

¹⁷ Caracterizam-se por ser um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as Escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de sua proposta pedagógica e de seu regimento. Fonte: CNE/CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf>. Acesso em 4 dez. 2013.

Ensino Fundamental e através do convênio com o Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, responsável pela coordenação do programa Território Escola – projeto “Estudar Pra Valer”. O município aderiu à formação que tinha como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social, com a realização inicial de capacitação de formadores no pólo de São Carlos.

No ano seguinte, em 2004, houve formação para os docentes do Ensino Fundamental e gestores das Escolas da rede, como forma de propiciar, em todas as áreas do conhecimento, o efetivo aprendizado da leitura e da escrita, na perspectiva do letramento. O programa previa material didático para o aluno e guia de orientação para o professor a fim de auxiliá-lo na sua prática em sala de aula.

Na sua história educacional, o município “adotou” parcerias com o Governo do Estado. Entre elas, figura o convênio estabelecido entre o SME e a Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo, para adesão ao programa “Letra e Vida”, que inicialmente capacitou, num curso em São Paulo, duas profissionais do CEMEP, certificando-as para serem formadoras do programa. Neste mesmo ano, concomitantemente as suas capacitações, iniciaram o treinamento da primeira turma de professores do Ensino Fundamental que lecionavam nas turmas de 1º ano, sendo que nos dois anos seguintes, esse treinamento continuou na rede.

Neste ano, também foi instituído na rede pública municipal de ensino de Limeira, em consonância com a Lei Federal nº 11.274/2006, que trata da implementação do Ensino fundamental de nove anos, mudança nas etapas de escolaridade da Educação Infantil, que até então era composta por Pré-escola I (4 anos de idade), Pré-Escola II (5 anos de idade) e Pré-Escola III (6 anos de idade) e passou a ser composta por Maternal II (3 anos e 6 meses de idade), Etapa I (4 anos de idade) e Etapa II (5 anos de idade)¹⁸ e mudança no Ensino Fundamental que passou de 1ª a 4ª série para 1º (6 anos de idade) ao 5º (10 anos de idade) ano sob a responsabilidade do município.

No período das mudanças legais estabelecidas pela LDB 9394/96, a Lei 11.274/2006 e a criação do FUNDEF, Pereira (2014) ressalta que as políticas públicas estavam voltadas para o Ensino Fundamental, tanto na regulamentação como no financiamento. Assim, a preocupação

¹⁸Os documentos utilizados pela rede pública municipal de ensino de Limeira, ora apresentam a nomenclatura “Etapa I e II”, ora 1ª e 2ª Etapa. Somente neste parágrafo utilizei a primeira nomenclatura, respeitando a possibilidade de sua presença nos documentos oficiais, porém nos demais utilizei a segunda nomenclatura, coadunando com os documentos curriculares atualmente em vigência na rede.

do município com a Educação Infantil se restringia ao déficit de vagas nas creches, uma vez que a expansão da rede física no município de Limeira se deu pela construção de novas escolas municipais que atendiam em especial ao Ensino Fundamental, denominadas Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental - CEIEFs, não havendo mais a construção de Centros Infantis para atender às crianças de 0 a 5 anos em período integral.

A criação e construção dessas Unidades Escolares, CEIEFs, que atendiam algumas turmas de Educação Infantil em período integral se fundamentou na proposta de utilização de verba do FUNDEF também para a Educação Infantil, pois somente integrada com o Ensino Fundamental numa mesma Unidade Escolar isso seria possível legalmente.

De acordo com Pereira (2014), para amenizar os efeitos indesejáveis das políticas públicas na Educação Infantil, sobretudo nos Centros Infantis, em 2007, a Secretaria Municipal de Educação de Limeira estabeleceu parceria com a sociedade civil por meio do Programa Redes pela Educação Infantil – REDINs, que em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) tinha como objetivo diagnosticar dificuldades e elaborar projetos para o aumento do acesso e qualidade da Educação Infantil, bem como a formação de profissionais que atuavam nas Escolas de Educação Infantil como gestores, docentes e demais profissionais.

Em 2007, também aconteceu a formação continuada de profissionais da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, com o apoio técnico do Instituto Avisa Lá, na qual houve o treinamento de monitores e profissionais dos Centros Infantis, em diversas áreas do desenvolvimento infantil, ações possíveis somente mediante o financiamento pela Fundação Bernard Van Leer¹⁹.

Somente no ano de 2009 ocorre a regulamentação da Educação Infantil, apesar de sua vinculação à rede pública municipal de ensino de Limeira ter ocorrido desde 1997. Essa regulamentação se deu através da Deliberação CME Nº 01 de 31/03/2009, a qual dispõe sobre a atualização, fixação e consolidação de normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino do Município de Limeira.

Também neste ano, a Secretaria Municipal de Educação assinou novo convênio em parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEE, para a implantação do programa “Ler

¹⁹ A Fundação *Bernard Van Leer*, de origem holandesa, investe no desenvolvimento e suporte de programas para melhorar as oportunidades oferecidas a crianças de 0 a 8 anos em situação de desvantagem social e econômica. Criada em 1949, sua constituição é um legado do industrial e filantropo holandês Bernard van Leer. Fonte: IDIS. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/acontece/noticias/fundacao-bernard-van-leer-define-seu-programa-de-investimento-social-no-brasil>>. Acesso em: 17 de jun. 2014.

e Escrever”. Para este trabalho, foi feita pelo Secretário da Educação, no período, a indicação de professores da rede para compor uma equipe, a qual recebeu formação específica e posteriormente realizou formação com os professores coordenadores, que tinham por função transmitir aos docentes a mesma formação dentro das Unidades Escolares em HTPCs. O programa era acompanhado por visitas periódicas às Unidades Escolares pela equipe da Secretaria Municipal de Educação que observava e orientava o andamento dos projetos “sugeridos” pelo programa.

No final de 2012, com a proximidade do fim de mandato político no município encerrou-se a parceria com a SEE do programa “Ler e Escrever”. Partiu-se, então, para uma nova proposta de programa educacional para o município, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em convênio com o Governo Federal. O PNAIC foi instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 e é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, que tem por objetivo garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, tomando por base o Decreto nº 6.094 de 24/04/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas do PDE e define, no inciso II do art. 2º, a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.” (MEC²⁰).

A implementação do PNAIC também tomou por base o Plano Nacional de Educação²¹ - PNE Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências, a qual traz em seu anexo a Meta 5 desta Lei, que trata do compromisso de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, aos oito anos de idade. A equipe que compõe o quadro de orientadores do PNAIC passou por um processo de

²⁰ Fonte: MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

²¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. O Ministério da Educação se mobilizou de forma articulada com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, direcionando o seu trabalho em torno do plano em um movimento inédito: referenciou seu Planejamento Estratégico Institucional e seu Plano Tático Operacional a cada meta do PNE, envolveu todas as secretarias e autarquias na definição das ações, dos responsáveis e dos recursos. A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 também foi orientada pelo PNE. Fonte: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

seleção, abrangendo prova dissertativa, entrevista e pontuação por títulos, no qual foram selecionados inicialmente 14 professores da rede, que assinaram termo de compromisso com a Secretaria Municipal de Educação para atuação no programa.

Na seção que se segue, descrevo a rede de ensino no município de Limeira, sob a luz das legislações municipais, sobretudo do Regimento Comum às Escolas da Rede de Ensino de Limeira, homologado em 03 de março de 2011, da Deliberação CME nº 04, de 09 de dezembro de 2009, da Deliberação CME nº 01, de 31 de março de 2009, da Deliberação CME nº 04, de 03 de dezembro de 2010, da Deliberação CME nº 01, de 02 de outubro de 2013 e da Deliberação CME nº 001, de 22 de setembro de 2011, que dispõem sobre a atualização, fixação e consolidação de normas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos e Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino Fundamental – Anos Iniciais na rede pública municipal de ensino de Limeira - SP.

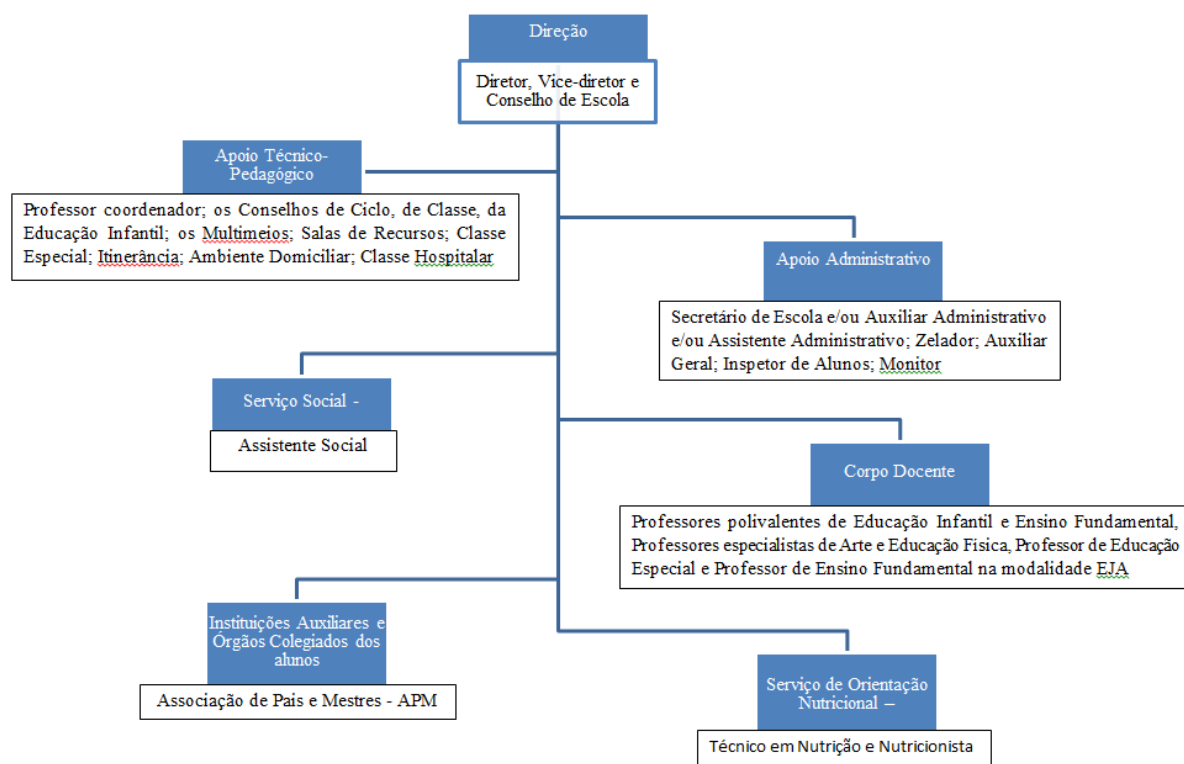
2.2 Estrutura e funcionamento da rede pública municipal de ensino de Limeira

O Regimento comum às escolas da rede de ensino de Limeira é o documento que rege as instituições da rede pública municipal de ensino de Limeira, aplicando-se seus dispositivos às escolas municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental e à Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos – EJA. (SME, 2011). Este documento não tem “força” de lei e encontra-se desatualizado, porém é importante ressaltar que o regimento tem servido como documento norteador do funcionamento das Unidades Escolares no município.

As unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Limeira são integradas por diferentes núcleos de atividades que, segundo o artigo 7º da Seção III do Regimento Comum, a estrutura funcional dessas unidades é composta por:

- Direção - Diretor, Vice-diretor e Conselho de Escola.
- Apoio Técnico-Pedagógico - Coordenação Pedagógica (Professor coordenador); os Conselhos de Ciclo, de Classe, da Educação Infantil; os Multimeios, compreendendo: biblioteca, educação especial, atendimento educacional especializado (Salas de Recursos; Classe Especial; Itinerância; Ambiente Domiciliar; Classe Hospitalar) e outros recursos pró-curriculares.

- Apoio Administrativo – Secretaria (Secretário de Escola e/ou Auxiliar Administrativo e/ou Assistente Administrativo) e Atividades Complementares (Zelador; Auxiliar Geral; Inspetor de Alunos; Monitor).
- Serviço Social - Assistente Social.
- Instituições Auxiliares e Órgãos Colegiados dos alunos - Associação de Pais e Mestres – APM.
- Serviço de Orientação Nutricional – Técnico em Nutrição e Nutricionista.
- Corpo Docente: Professores polivalentes de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Professores especialistas de Arte e Educação Física, Professor de Educação Especial e Professor de Ensino Fundamental na modalidade EJA.



Fonte: organograma elaborado pela autora em 07/06/2017, com base no Regimento Comum às escolas da rede de ensino de Limeira.

Para melhor compreensão do funcionamento de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos – EJA no município, seguem as descrições das instituições que compõem a rede pública municipal de ensino de Limeira.

2.2.1 Ensino Fundamental – EF

A regulamentação do Ensino Fundamental de nove anos no município de Limeira se deu por meio da Deliberação CME nº 04/2009, que, em seu artigo 1º, toma por base a Indicação CME nº 02/2009, que através da:

[...] Lei Federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu art. 5º que “os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei...”. [...] O Parecer CNE/CEB nº 06/2005, ao estabelecer algumas normas que deverão ser respeitadas na implantação do Ensino Fundamental com a duração de 9 (nove) anos, estabelece como uma delas (item 5) que “os sistemas de ensino deverão fixar as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos completos ou que venham a completar seis anos no início do ano letivo.” (CME, 2009, p. 03).

Formas de atendimento nas instituições de Ensino Fundamental e mista da Rede Pública Municipal de Ensino de Limeira:

EMEIEF

Instituições que atendem à faixa etária de 3 a 10 anos. A faixa etária de 3 a 5 anos da Educação Infantil (modalidade pré-escola) é organizada em turmas de Maternal II - MII, 1ª etapa e 2ª etapa. A faixa etária de 6 a 8 anos refere-se ao Ciclo I e é dividida em turmas de 1º, 2º e 3º anos. A faixa etária de 9 e 10 anos refere-se ao Ciclo II e é organizada em turmas de 4º e 5º anos. Essas faixas etárias são atendidas em um dos turnos por professores com formação mínima na modalidade Magistério.

CEIEF

Instituições que atendem à faixa etária de 0 a 10 anos. A faixa etária de 0 a 2 anos e 11 meses (modalidade Creche) é dividida em turma de Berçário I - BI, Berçário II - BII, Maternal I - MI. As turmas são atendidas por “monitores” em período integral, sem formação pedagógica, sendo exigido desses profissionais o Ensino Fundamental completo. A faixa etária de 3 a 5 anos da Educação Infantil (modalidade pré-escola) é organizada em turmas de Maternal II - MII, 1ª etapa e 2ª etapa. Essa faixa etária é atendida em um dos turnos por professores com formação mínima na modalidade Magistério e, no outro turno, por monitores. A faixa etária de 6 a 8 anos refere-se ao Ciclo I do Ensino Fundamental e é dividida em turmas de 1º, 2º e 3º anos. A faixa etária de 9 e 10 anos refere-se ao Ciclo II do Ensino Fundamental e é organizada em turmas de 4º e 5º anos.

O Regimento Comum da Rede Municipal de Ensino de Limeira dos anos iniciais do Ensino Fundamental da modalidade regular prevê:

Artigo	Redação
Art. 4º	As escolas da Rede Municipal de Ensino terão carga horária mínima anual de 1.000 (mil) horas, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos, no mínimo. Será organizado em dois ciclos presenciais, com a duração de 5 (cinco) anos letivos: 1º ciclo, com a duração de 3 (três) anos – 1º, 2º e 3º anos e o 2º ciclo, com a duração de 2 (dois) anos – 4º e 5º anos.
Art.33	O Conselho de Ciclo(s) tem como atribuições: avaliar o rendimento individual e coletivo dos alunos; propor a constituição de turmas de recuperação paralela; classificar e/ou reclassificar os alunos da própria unidade escolar; classificar e/ou reclassificar alunos recebidos por transferência; deliberar sobre os casos de aprovação e reprovação.
Art.90	O currículo terá uma base comum, a qual será complementada por uma parte diversificada: Língua Portuguesa; Matemática; Conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil; Arte; Educação Física; História com as contribuições da história e cultura afro-brasileira e indígena; Conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069/90; Ensino Religioso, de matrícula facultativa; Conteúdos referentes a questões sociais e demais temas transversais.
Art.91	O 1º Ciclo dos anos iniciais destina-se ao domínio da escrita e leitura, garantindo-se a construção das competências estabelecidas para o atendimento desta finalidade, e o 2º Ciclo destina-se ao aprimoramento das mesmas competências, respeitando-se o desenvolvimento próprio de cada criança desta faixa etária de atendimento.
Art.93	As turmas serão agrupadas, conforme segue: no 1º. Ano do Ciclo I: os alunos ingressantes que tenham 6 (seis) anos completos ou a completar até a data base, estabelecida pelo Sistema Municipal de Ensino.
Art.101	Ao término de cada Ciclo, o professor expedirá um parecer final sobre a condição do aluno, indicando se ele deverá passar para o próximo ciclo ou permanecer no atual, para adquirir as habilidades que não foram assimiladas.
Art.103	As unidades escolares, para os ciclos, adotarão o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação contínua da aprendizagem dos alunos e do processo ensino-aprendizagem.
Art.105	Será considerado concluinte do ciclo o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas, calculada anualmente e atingido satisfatoriamente os objetivos essenciais de cada ciclo.
Art.108	Serão submetidos a estudos de recuperação os alunos do Ensino Fundamental que não estejam assimilando o conteúdo curricular previsto para cada período de trabalho docente de maneira contínua, paralela, ao longo do ano letivo ou ao final do Ciclo I e/ou Ciclo II do ensino fundamental.
Art.113	A fim de garantir a frequência mínima de 75% do total de horas letivas por parte de todos os alunos do Ensino Fundamental, a Direção da escola deverá tomar as seguintes providências: manter os pais ou responsável legal informados quanto às suas responsabilidades; tomar as providências cabíveis, no âmbito da escola, com os alunos faltosos e respectivos professores e notificar ao Conselho Tutelar do Município.
Art.114	As atividades de compensação de ausências para os alunos do Ensino Fundamental serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da turma, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas pela frequência irregular às aulas.
Art.122	O trabalho efetivo em sala de aula será de, no mínimo, 4 (quatro) horas, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
Art.124	A duração da hora-aula para os alunos do Ensino Fundamental será de 50 (minutos) no diurno;

Art.133	Aos alunos aprovados ao final do Ciclo serão conferidos históricos escolares contendo certificado de conclusão, com as especificações cabíveis, possibilitando a continuidade dos estudos no ciclo seguinte.
---------	--

Fonte: Quadro C criado pela autora, a partir do Regimento comum das escolas da rede municipal de ensino de Limeira homologado em 03/03/2011 pelo Secretário Municipal de Educação do período.

Na sequência, um panorama da movimentação discente na rede pública municipal de ensino de Limeira, no Ensino Fundamental, no período de 2000 a 2016 com base nos dados do mês de maio de 2016 (censo).

Tabela evolucional do número de alunos da rede municipal - Ensino Fundamental:

ANO	TOTAL 1o ANO	TOTAL 2o ANO	TOTAL 3o ANO	TOTAL 4o ANO	TOTAL 5o ANO	TOTAL GERAL
2000	3659	2595	2422	2106	2212	12994
2001	3847	2827	2575	2433	2273	13955
2002	3863	2971	2953	2837	2973	15597
2003	3660	2782	2767	2719	2689	14617
2004	4332	3033	3125	3032	3202	16724
2005	4150	3714	2997	3102	3253	17216
2006	3595	3568	3710	3022	3271	17166
2007	3339	3165	3451	3747	3282	16984
2008	3113	2897	3164	3538	3898	16610
2009	3157	2819	2987	3300	3820	16083
2010	3111	2879	2795	2976	3479	15240
2011	1564	2912	2926	2760	3184	13346
2012	2801	1549	2964	2856	2904	13074
2013	2098	2775	1775	2715	2992	12355
2014	2510	2100	2882	1625	2868	11985
2015	2624	2537	2372	2643	1781	11957
2016	2592	2633	2744	2185	2701	12855

Fonte: Tabela A criada pela autora com base no relatório de número de alunos da rede municipal - Ensino Fundamental - base de dados: mês de maio (censo). Disponível em: <http://www.sm Limeira.com.br/rel_crescimento_rede_fundamental.php>. Acesso em: 17 abr. 2017.

2.2.1. Educação Infantil – EI

A regulamentação da Educação Infantil no município de Limeira se deu por meio da Deliberação CME nº 01/2009 que, em seu artigo 1º, toma por base a Indicação CME nº 01/2009, a qual define que em seu:

Art. 1º. A presente Deliberação atualiza, regulamenta e consolida a implementação da Educação Infantil no Sistema (grifos nossos) Municipal de Ensino de Limeira, conforme Indicação nº. 01/2009 [...], observado o disposto no art. 208, inciso IV da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº. 53 de 2006, bem como a instituição do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, ocorrida por força do art. 32 da Lei Federal nº. 9.394/1996 - LDB, com nova redação dada pela Lei Federal nº. 11.274/2006. (CME, 2009, pág. 01).

Formas de atendimento nas instituições de Educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Limeira:

Centros Infantis - C.I.s (Creches)

Instituições que atendem à faixa etária de 0 a 3 anos, na modalidade Creche, e à faixa etária de 4 a 5 anos, na modalidade pré-escola, ambas em período integral. A faixa etária de 0 a 2 anos e 11 meses é dividida em turma de Berçário I (de 0 a 1 ano), Berçário II (de 1 a 2 anos), Maternal I (2 a 2 anos e 11 meses). As turmas são atendidas por “monitores”, sem formação pedagógica, sendo exigido desses profissionais o Ensino Fundamental completo. A faixa etária de 3 a 5 anos é organizada em turmas de Maternal II (3 anos a 3 anos e 11 meses), 1ª etapa (de 4 anos a 4 anos 11 meses) e 2ª etapa (de 5 anos a 5 anos e 11 meses). Essa faixa etária é atendida em um dos turnos por professores com formação mínima na modalidade Magistério e, no outro turno, por monitores.

Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs (pré-escolas)

Instituições que atendem à faixa etária de 3 a 5 anos em período parcial. As turmas são organizadas em Maternal II (3 anos e 4 meses a 3 anos e 11 meses), 1ª etapa (de 4 anos a 4 anos 11 meses) e 2ª etapa (de 5 anos a 5 anos e 11 meses) e atendidas por professores com formação mínima em Magistério.

O Regimento Comum da Rede Municipal de Ensino de Limeira da Educação Infantil prevê:

Artigo	Redação
Art.4	Cabe à Secretaria Municipal da Educação definir o número de dias letivos e horas da Educação Infantil, por meio de ato normativo anual, ou seja, a cada início de ano letivo, as unidades Escolares de Educação Infantil seguem a deliberação do Calendário Escolar que é elaborado por uma comissão composta por Agentes de Desenvolvimento Educacionais (ADEs), membros do Departamento de Planejamento da Secretaria, membros da Superintendência Administrativa e Pedagógica da Secretaria, gestores de Escola e dirigentes sindicais convidados pela Secretaria.
Art.40	O Conselho da Educação Infantil será presidido pelo Diretor de Escola e integrado pelo Professor-Coordenador, por todos os professores da educação infantil oferecida pela

	escola e caso haja, pelo professor do Atendimento Educacional Especializado que realize este atendimento na U.E.
Art.42	As deliberações do Conselho de Educação Infantil devem estar de acordo com este Regimento Escolar e demais dispositivos legais. Parágrafo Único. As decisões do Conselho de Educação Infantil serão sempre lavradas em livro ata próprio. O Conselho da Educação Infantil deve reunir-se, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, a partir da convocação do Diretor e/ou por solicitação de mais da metade de seus membros.
Art.92	O currículo da Educação Infantil compõe-se de 2 grandes eixos: I - Formação pessoal e social, compreendendo: identidade e autonomia e II - Conhecimento do mundo, compreendendo: Artes visuais, Música, Movimento, Natureza e sociedade, Matemática e Linguagem oral e escrita ²² . O currículo do curso da Educação Infantil também deverá observar os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e demais orientações dos órgãos do Sistema de Ensino.
Art.95	Na Educação Infantil, a organização dos grupos e/ou das turmas na Unidade Escolar, incluindo a relação do número de alunos por professor/monitor/ambientes, deverá observar as normas estabelecidas pelo <u>Sistema</u> (grifos nossos) Municipal de Educação e demais órgãos competentes. Na Educação Infantil, o professor deverá contar com o auxílio de monitor para auxiliar no cuidado com os alunos; Para fins de atendimento aos grupos e/ou das turmas deverão ser considerados como ambientes os diversos espaços internos e externos da unidade escolar.
Art.100	Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.
Art.120	Na Educação Infantil, o intervalo destinado ao recreio será computado para fins de cumprimento dos mínimos exigidos quanto à duração do período diário de aula.
Art.127	Os dias letivos previstos somente poderão ser suspensos em decorrência de situações que justifiquem tal medida, com a autorização da Secretaria Municipal da Educação, exceção feita nos casos de força maior, ficando ambas as situações sujeitas à compensação para o devido cumprimento do período letivo. A compensação é a critério da Secretaria Municipal da Educação, na Educação Infantil.
Art.128	A matrícula na Educação Infantil será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, quando o aluno for menor de idade.
Art.130	Será garantida vaga na escola pública de educação infantil mais próxima de sua residência a toda criança, a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Fonte: Quadro D criado pela autora, a partir do Regimento comum das escolas da rede municipal de ensino de Limeira homologado em 03/03/2011 pelo Secretário Municipal de Educação.

A seguir, o panorama da movimentação discente de 4 e 5 anos de idade na rede pública municipal de ensino de Limeira, na Educação Infantil, no período de 2000 a 2016 com base nos dados do mês de maio de 2016 (censo).

²² Há uma divergência entre documentos vigentes atualmente, pois, no ano de 2015, a partir de estudos sobre a Psicologia Histórico-Cultural e com base em legislação específica para Educação Infantil, foi criado um novo documento curricular para a rede de ensino municipal de Limeira, que consta em duas partes, ou seja, a primeira para Berçário I e II e Maternal I (0 a 3 anos) e o segundo, para Maternal II e 1ª e 2ª etapas (3,5 a 5 anos), compreendendo cinco eixos de aprendizagem: Linguagem Verbal, Linguagem Matemática, Indivíduo e Sociedade, Cultura Corporal de Movimento e Arte.

Tabela evolucional do número de alunos da rede municipal – Educação Infantil:

ANO	TOTAL 1ª ETAPA	TOTAL 2ª ETAPA	TOTAL GERAL
2000	702	2865	3567
2001	800	3122	3922
2002	907	3074	3981
2003	1118	3109	4227
2004	1088	3225	4313
2005	1154	2944	4098
2006	1776	3040	4816
2007	2263	2964	5227
2008	2617	3079	5696
2009	1609	3191	4800
2010	2989	1693	4682
2011	2245	3139	5384
2012	2749	2361	5110
2013	2857	2873	5730
2014	2889	2963	5852
2015	2855	2916	5771
2016	2820	2892	5712

Fonte: Tabela B criada pela autora com base no relatório de número de alunos da rede municipal – Pré-Escola - base de dados: mês de maio (censo). Disponível em:

<http://www.smelimeira.com.br/rel_crescimento_rede_pre.php>. Acesso em: 17 abr. 2017.

A tabela C abaixo apresenta o panorama da movimentação discente de 0 a 3 anos de idade na rede pública municipal de ensino de Limeira, nos Centros Infantis (Creche), no período de 2000 a 2016 com base nos dados do mês de maio de 2016 (censo).

Tabela evolucional do número de alunos da rede municipal – Creche:

ANO	TOTAL BERÇARIO 1	TOTAL BERÇARIO 2	TOTAL MATERNAL 1	TOTAL MATERNAL 2	TOTAL GERAL
2000	227	328	315	395	1265
2001	235	354	383	331	1303
2002	226	407	450	401	1484
2003	229	360	490	372	1451
2004	297	415	547	186	1445

2005	246	486	536	143	1411
2006	26	294	448	710	1478
2007	18	352	530	750	1650
2008	29	362	576	780	1747
2009	92	422	767	1804	3085
2010	111	499	750	1727	3087
2011	214	572	798	1898	3482
2012	261	709	989	1957	3916
2013	331	744	989	1903	3967
2014	334	703	1021	1928	3986
2015	421	767	948	1872	4008
2016	462	861	1145	1945	4413

Fonte: Tabela C criada pela autora com base no relatório de número de alunos da rede municipal – Pré-Escola - base de dados: mês de maio (censo). Disponível em: <http://www.smelimeira.com.br/re_l_crescimento_rede_creche.php>. Acesso em: 17 abr. 2017.

2.2.2. Educação de Jovens e Adultos – EJA

A regulamentação da Educação de Jovens e Adultos no município de Limeira se deu por meio da Deliberação CME nº 01/2011, que, em seu artigo 1º, toma por base a Indicação CME nº 01/2011, a qual define que em seu:

Art. 1º A presente Deliberação institui, através da Indicação CME nº 001/2011, as Normas para a Educação de Jovens e Adultos, em nível de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na Rede Municipal de Ensino de Limeira/SP, observado o disposto na Resolução CNE/CEB nº 03/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 07/2010. (CME, 2011, pág. 01).

Formas de atendimento nas instituições de Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal de Ensino de Limeira:

Escolas Municipais de Ensino Supletivo - EMES

Instituições que atendem à faixa etária como exigência do aluno. Neste caso, a idade mínima exigida é de 15 (quinze) anos completos, na modalidade EJA. O curso do EJA é gratuito e está organizado em dois termos, tendo cada termo duração de 1 (um) ano letivo. O termo I correspondente ao Ciclo I e o termo II correspondente ao Ciclo II, ambos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo a rede municipal somente responsável pelo Termo I.

Essa faixa etária é atendida em um dos turnos por professores com formação mínima na modalidade Magistério.

No quadro E, seguem os artigos do Regimento comum das escolas municipais que regulamentam o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos no Município:

Artigo	Redação
Art. 4º	As escolas da Rede Municipal de Ensino terão carga horária mínima anual de 1.000 (mil) horas, distribuídas em 800 (oitocentas) horas para o Ensino Fundamental da modalidade Educação de Jovens e Adultos presencial.
Art.94	Na Educação de Jovens e Adultos, os alunos serão agrupados em turmas formadas por, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) alunos. Exige-se do aluno a idade mínima de 14 (quatorze) anos completos para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos.
Art.102	Na Educação de Jovens e Adultos, ao término de cada termo, o professor expedirá um parecer final sobre a condição do aluno, indicando se ele deverá passar para o próximo termo ou permanecer no atual, para adquirir as habilidades que não foram assimiladas.
Art.121	Na Educação de Jovens e Adultos, o intervalo destinado ao recreio não será computado para fins de cumprimento dos mínimos exigidos quanto à duração do período diário de aula.
Art.124	A duração da hora-aula para os alunos do Ensino Fundamental será de 40 (minutos) no noturno;
Art.129	São condições para matrícula na Educação de Jovens e Adultos, ter idade mínima estabelecida em Lei e em normas expedidas pela Secretaria Municipal da Educação.
Art.133	Aos alunos da Educação de Jovens e Adultos aprovados ao final do Ciclo serão conferidos históricos escolares contendo certificado de conclusão, com as especificações cabíveis, possibilitando a continuidade dos estudos no ciclo seguinte.

Fonte: Quadro E criado pela autora, a partir do Regimento comum das escolas da rede municipal de ensino de Limeira homologado em 03/03/2011 pelo Secretário Municipal de Educação.

Na sequência, o panorama da movimentação discente na rede pública municipal de ensino de Limeira, no Ensino Fundamental na modalidade EJA, no período de 2000 a 2016 com base nos dados do mês de maio de 2016 (censo).

Tabela evolucionar do número de alunos da rede municipal - - Educação de Jovens e Adultos:

ANO	ALFABETIZAÇÃO	PÓS-ALFABETIZAÇÃO	TOTAL GERAL
2000	536	468	1004
2001	495	435	930
2002	580	507	1087
2003	424	336	760
2004	451	412	863
2005	415	371	786

2006	356	368	724
2007	376	411	787
2008	391	383	774
2009	343	340	683
2010	277	330	607
2011	239	247	486
2012	181	234	415
2013	150	197	347
2014	122	156	278
2015	129	166	295
2016	113	188	301

Fonte: Tabela D criada pela autora com base no relatório de número de alunos da rede municipal – EJA - base de dados: mês de maio (censo). Disponível em: http://www.smelimeira.com.br/rel_crescimento_rede_eja.php. Acesso em:17/04/2017.

Em relação ao perfil atual da rede pública municipal de Limeira e o número de docentes que atuam na rede, tem-se a seguinte constituição:

- Os professores que atuam no Ensino Fundamental²³:
 1. Efetivos: 496 no total, sendo 304 ativos, 135 afastados, 29 readaptados e 24 em outras situações;
 2. Contratados: 231 profissionais ativos.
- Os professores que atuam na Educação Infantil:
 1. Efetivos: 457 no total, sendo 281 ativos, 131 afastados, 21 readaptados e 116 em outras situações;
 2. Contratados: 117 profissionais ativos.
- Professores que atuam tanto no Ensino Fundamental, como na Educação Infantil, oriundos da rede pública estadual de ensino:
 1. Total geral: 71 profissionais, sendo 37 ativos, 16 afastados e 14 em outras situações.

Abaixo, segue o resumo do número de docente da rede pública municipal de ensino de Limeira em 2016:

²³ Incluindo profissionais que atuam na modalidade EJA.

Níveis	Ensino Fundamental	Educação Infantil	Ensino Fundamental – modalidade EJA	Ensino Fundamental e Educação Infantil – Estado	TOTAL da rede
TOTAL	711 docentes	574 docentes	16 docentes	71 docentes	1372 docentes

Fonte: Tabela E criada pela autora com base nos dados supracitados, oriundos do site da Secretaria Municipal de Limeira – SP. Disponível em: <http://www.smelimeira.com.br/rel_efetivos.php>. Acesso em: abril/2017.

O Plano Gestor tem por finalidade ser o documento norteador das unidades escolares e deve ser elaborado por cada unidade, atendendo suas especificidades, contendo proposta de trabalho, objetivos, análise do contexto escolar e de seu entorno, avaliação do trabalho dos anos anteriores, das metas a curto, médio e longo prazo, planos de curso para cada nível e modalidade de ensino que a escola atende, projetos, planos de atendimento especializado e planos de trabalhos dos profissionais da Escola.

Nesse percurso histórico da formação continuada da rede pública municipal de Limeira, é importante ressaltar que até o final de 2012, o Plano Referencial Curricular da rede continha o Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nele havia um rol de habilidades que norteavam as práticas pedagógicas para toda a rede pública municipal de ensino.²⁴

No capítulo 3 serão apresentados os programas de formação continuada e suas especificidades para professores e outros profissionais da educação no município de Limeira.

²⁴ A partir de 2013, através do novo Secretário Municipal de Educação, ocorreu uma mudança na proposta educacional do município para a abordagem da Pedagogia Histórico-Crítica. Neste mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação apresentou um rol de conteúdos desde o Maternal II (Educação Infantil) até o 5º ano (Ensino Fundamental). Em 2014, a Secretaria da Educação de Limeira passou por uma reestruturação pedagógica e, neste mesmo ano, implantou a versão preliminar dos Currículos para a Educação Infantil (Maternal II, 1ª e 2ª Etapas), Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) e Ensino Supletivo (alfabetização e pós-alfabetização) tendo como concepção norteadora a nova abordagem pedagógica, bem como Psicologia Histórico Cultural enquanto base para a concepção de desenvolvimento psíquico da criança. Após análise, contribuição dos profissionais da rede e revisão do documento, em 2015, o currículo preliminar se tornou definitivo, instituindo um novo olhar para o ensino público no município de Limeira. É importante ainda registrar que, em 2015, ocorreram as discussões para viabilizar as mudanças no sistema de escolarização da rede pública municipal de ensino de Limeira. Tais discussões, através de estudos, debates, conferências e consulta pública pelo site da Prefeitura ocasionaram a elaboração do Plano Municipal de Educação - PME. Nessas conferências havia a oportunidade dos profissionais da rede, outros segmentos sociais e a comunidade em geral de participar e discutir os rumos de uma educação de qualidade para o município, sendo registradas as reflexões produzidas acerca dos temas educacionais com o objetivo de fundamentarem as propostas para o PME. Os trabalhos realizados pelas comissões foram intensos e culminaram na aprovação do documento final do PME em agosto deste mesmo ano.

3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM LIMEIRA

A importância do professor na sociedade é indiscutível, pois é ele quem organiza um determinado conhecimento e dispõe de metodologias para propiciar boas condições de aprendizagem. À medida que as sociedades se modernizam e se complexificam, cresce a demanda por professores com conhecimentos mais especializados e abrangentes. (BRASIL, 2012).

Diante dessa perspectiva, este capítulo trata dos programas de formação continuada implantados em Limeira no período de 1996 a 2012.

Para analisar cada programa de formação continuada utilizei os documentos que se encontram nos arquivos na Secretaria Municipal de Educação realizando análise documental e busquei subsídios complementares nas referências bibliográficas de cada programa “adotado” para a rede pública de ensino municipal de Limeira.

A formação continuada em Limeira será apresentada de acordo com os programas que foram implantados na rede pública municipal de ensino. O critério utilizado foi o período cronológico de 1996 (com a transição das oficinas pedagógicas descentralizadas para a implantação do Departamento de Educação e constituição da rede pública municipal de ensino de Limeira) até o ano de 2012, momento no qual a rede passa por grandes transformações como o fim do CEMEP e a criação da Diretoria Pedagógica²⁵. Ainda em 2012, houve a mudança da equipe de formação através de processo seletivo oferecido para a rede em edital. Também consideramos a concepção pedagógica de ensino e a concepção de desenvolvimento psíquico humano, a construção de um novo currículo escolar num movimento de trabalho e a produção intelectual sobre o conhecimento científico.

Neste percurso de transição educacional, alguns fatos como a publicação da LDB nº 9394/96 e dos PCN's, a constituição oficial da rede de ensino público de Limeira com a vinculação das creches e da EJA à Secretaria Municipal de Educação em 1997 e o processo de municipalização das Unidades Escolares em Limeira em 1998, já descritos no capítulo 2, influenciaram na necessidade de se obter políticas de formação continuada para os docentes da rede, que vinham de diferentes perspectivas pedagógicas fragmentadas de acordo com a autarquia subordinada. Portanto, houve nesse período a implantação do Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE e a criação do Centro Municipal de Estudos

²⁵ De 2013 a 2015, a Divisão de Formação era um dos setores que compunham a Diretoria Pedagógica.

Pedagógicos – CEMEP e concomitantemente a implantação dos programas de formação continuada.

As formações continuadas, apesar de apresentarem forte predominância no segmento do Ensino Fundamental, também aconteciam nas modalidades de Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. Essas formações eram realizadas de acordo com a demanda da rede devido às mudanças educacionais do período e em parcerias com instituições privadas ou ONGs.

Com base na pesquisa de Pereira (2014), até o ano de 1996, não houve uma preocupação com a elaboração de um documento norteador unificando as diretrizes educacionais da Educação Infantil para Creches e EMEIs. Neste período, haviam formações realizadas como oficinas pedagógicas, as quais tratavam de conteúdos em formações descentralizadas e a rede não possuía um currículo único. Portanto, os conteúdos eram abordados de acordo com a proposta pedagógica de cada Unidade Escolar.

A orientação e o acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvidos nas quinze Creches existentes eram de responsabilidade de uma única pedagoga. Os docentes que atuavam nas três etapas da Educação eram treinados em formações mensais nas quais se discutia a proposta pedagógica construtivista. Já nas EMEIs, o acompanhamento do trabalho docente e a orientação pedagógica eram realizados pela equipe de três pedagogas, por meio de um departamento exclusivo, subordinado à Secretaria da Educação, denominado Oficina Pedagógica. Este departamento, antes utilizado pelas EMEIs, passou a ser de responsabilidade da coordenadora pedagógica das Creches, a qual acompanhava o trabalho docente através de atualização e treinamento dos professores por meio de estudos e encontros. (PEREIRA, 2014).

No ano 2000, segundo Pereira (2014), a equipe do CEMEP esboçou o primeiro documento orientador das práticas pedagógicas, denominado “Plano de Ensino para a Educação Infantil”, tomando como base os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - RCNEI²⁶ de 1998. E em 2002, esta mesma equipe elaborou os Planos de Ensino²⁷ padronizados para todas as escolas da rede pública municipal, sendo que havia um plano de ensino específico para o Ensino Fundamental e outro para a Educação Infantil,

²⁶ RCNEI foi concebido para ser utilizado como um guia de reflexão que possa servir de base para a ação educativa dos profissionais que atuam junto às crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, respeitando a especificidade de cada criança e a diversidade cultural do País.

²⁷ Documento orientador da prática docente, constituído por habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores junto às turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

reorganizado com a participação dos coordenadores pedagógicos e professores representantes de cada unidade escolar, o qual continha habilidades, conteúdos e situação didática. Este documento, o Plano de Referência Curricular (PRC) tornou-se a primeira etapa da construção das Diretrizes Educacionais da rede pública municipal de ensino de Limeira.

Para amenizar os efeitos indesejáveis das políticas públicas na Educação Infantil, sobretudo nos Centros Infantis, em 2007, a Secretaria Municipal de Educação de Limeira estabeleceu parceria com a sociedade civil por meio do programa de formação de Redes para a Educação Infantil – REDINs²⁸. O programa foi idealizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS²⁹ e tinha como objetivo diagnosticar dificuldades e elaborar projetos para o aumento do acesso e qualidade da Educação Infantil, bem como a formação de profissionais que atuam nas Escolas de Educação Infantil como gestores, docentes e demais profissionais.

Em 2007, também aconteceu a formação continuada de professores de Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, com o apoio técnico do Instituto Avisa Lá³⁰ e o treinamento de monitores e profissionais dos Centros Infantis, em diversas áreas do desenvolvimento infantil, ações possíveis somente mediante o financiamento pela Fundação Bernard van Leer³¹.

²⁸ Programa voltado para potencializar os talentos e recursos das comunidades, favorecendo a articulação intersetorial nos municípios e, certamente, provocando transformações sociais por meio de investimento social comunitário. Este investimento se concretizará com a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros dos setores público e privado e, também, das organizações da sociedade civil. Fonte: IDIS, 2006, p. 3.

²⁹ Realizador do Programa REDINs. É uma associação civil sem fins lucrativos com sede em São Paulo, fundada em 1999, para estimular a promoção e disseminação dos conceitos e experiências do investimento social privado visando contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade. O IDIS surge para ter um papel de liderança no desenvolvimento do investimento social cooperativo e comunitário no Brasil, trabalhando com recursos humanos e privados para fins públicos. Oferece assessoria e apoio técnico a empresas, indivíduos, famílias e organizações que atuam ou pretendem atuar como investidores sociais. Atua também com agências internacionais, pesquisadores e estudiosos sobre o terceiro setor, indivíduos ou grupos interessados em realizar investimento social. Fonte: IDIS, 2006, p. 5.

³⁰ Organização não-governamental (ONG), sem fins lucrativos, com finalidade pública. Desde 1986, vem contribuindo para qualificar a prática pedagógica das redes públicas de Educação Infantil. A partir de 2002 passou atuar também no Ensino Fundamental (séries iniciais) nas áreas de leitura, escrita e matemática. São exemplos dessa contribuição os diferentes programas de formação continuada que atingiram até o presente momento por volta de 200 municípios de diferentes estados brasileiros. Vários membros da equipe técnica do Avisa Lá colaboraram intensamente com a elaboração dos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil do MEC (1998), com os programas de formação e currículo da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. O Instituto Avisa Lá participa ativamente de programas do MEC tais como Indique para Educação Infantil e Ensino Fundamental em parceria com a ONG Ação Educativa, Diretrizes em ação em parceria com o UNICEF. Fonte: Instituto Avisa Lá. Disponível em: <<http://avisala.org.br/index.php/quem-somos/>>. Acesso em 29 ago. 2016.

³¹ Fundação de origem holandesa que investe no desenvolvimento e suporte de programas para melhorar as oportunidades oferecidas a crianças de 0 a 8 anos em situação de desvantagem social e econômica. Criada em 1949, sua constituição é um legado do industrial e filantropo holandês Bernard van Leer. Fonte: IDIS.

Além das formações em parceiras, a partir da criação do CEMEP, as demandas da rede eram atendidas através de formações específicas tanto no segmento da Educação Infantil, como na Educação de Jovens e Adultos com registro de formações mensais ou bimestrais.

As formações continuadas visavam atender toda a rede pública municipal de ensino de Limeira, entretanto a predominância das formações em carga horária era voltada para o Ensino Fundamental, pois o número elevado de profissionais que atuavam nesse segmento, bem como a necessidade de investimentos nos resultados das avaliações externas exigia a melhoria dos índices educacionais de alfabetização e os recursos financeiros que as metas de ensino trazem implícitas em sua apresentação.

3.1. Centro Municipal de Estudos Pedagógicos – CEMEP

O Centro Municipal de Estudos Pedagógicos – CEMEP (oficina pedagógica municipal), criado em 1997, surgiu da necessidade de reestruturação do Departamento de Educação da SME. Após a inclusão da Educação Infantil, EJA e a nova demanda do Ensino Fundamental com o processo de municipalização na rede, houve a necessidade de ampliar o quadro de profissionais para atuarem no CEMEP. Neste período, não havia nenhum processo de seleção ou certificação para compor a equipe desse centro, que era assumida por meio de indicação do responsável pela pasta da Educação na época.

O CEMEP, de acordo com o PTOPE (2002), atuava na rede pública municipal de ensino de Limeira como um centro de estudos, no qual diretores, vice-diretores, professores coordenadores, professores e monitores tinham a oportunidade de discutir, se capacitar, adquirir novos conhecimentos, tirar dúvidas e se aperfeiçoar na sua formação didático-pedagógica na unidade escolar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. O CEMEP também atuava como um centro de ligação entre o município e as autarquias superiores como a Secretaria Estadual de Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação e Cultura, no que se refere à implantação de projetos pedagógicos em parcerias. (LIMEIRA, 2004).

Quanto às diretrizes organizacionais do CEMEP, a oficina tinha como:

II. 1 – VISÃO: Crescimento profissional do educador para que o ensino municipal seja referência em todo o país; II.2 – MISSÃO: Oferecer aperfeiçoamento contínuo ao profissional da educação para que haja um trabalho de qualidade; II.3 – VALORES: A ÉTICA, o RESPEITO MÚTUO, a TRANSPARÊNCIA e a COOPERAÇÃO são os valores preconizados pela nossa organização; II. 4 – POLÍTICA: A formação dos profissionais do ensino tem se apresentado como questão importante a ser enfrentada no caminho da reconstrução da escola pública. A formação exige um conjunto de ações e condições que se realizam no espaço da Oficina Pedagógica e na própria escola. A Oficina pedagógica age como mediadora entre o conhecimento que o grupo possui e aquele necessário para permitir avanços na prática pedagógica para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. A participação de todos os professores nos programas de formação é de fundamental importância para disseminar e implantar uma nova concepção político-pedagógica: ideias relacionadas à democratização das relações de poder na escola e à garantia do sucesso escolar para todos os alunos. (Plano de Trabalho da Oficina Pedagógica, Item II – Diretrizes da Organização Educacional, 2002, p. 15-16)

Segundo o Plano de Trabalho da Oficina Pedagógica - PTOp (2002), o objetivo principal do CEMEP era oferecer aperfeiçoamento contínuo aos profissionais da educação para que houvesse um trabalho de qualidade. Nesse sentido, uma questão importante a ser enfrentada no caminho da reconstrução das escolas públicas era a formação profissional, a qual exigiu um conjunto de ações e condições que se realizavam no espaço da oficina pedagógica e na própria escola. Assim, a oficina pedagógica atuava como mediadora entre o conhecimento que o grupo na unidade escolar possuía e aquele que a equipe julgava necessário para permitir avanços na prática pedagógica, a fim de atingir o sucesso do processo de ensino-aprendizagem e a participação de todos os professores. Segundo o relatório de atividades desenvolvidas pelo CEMEP (2001), os programas de formações têm importância fundamental para determinar e implantar uma nova concepção político-pedagógica, sendo esta última pautada em ideais relacionados a democratização das relações de poder na escola e a garantia do sucesso escolar para todos os alunos.

Quanto aos objetivos específicos, de acordo com o PTOp (2002), o CEMEP visava:

- introduzir o uso da informática na escola para ampliar as opções de ação didática com a finalidade de criar ambientes de ensino-aprendizagem que favorecessem a postura crítica, a curiosidade, a observação e análise e a troca de ideias de forma que o aluno pudesse ter autonomia no seu processo de aprendizagem, buscando e ampliando conhecimentos no ambiente educacional por meio de tecnologia, propiciando a construção de conhecimentos;
- promover articulação da teoria à prática em oito escolas da rede pública municipal inicialmente, sendo ampliada às demais gradativamente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em consonância com os pressupostos e opções filosóficas expressas nos PCN's de acordo com o programa do IQE;

- capacitar professores alfabetizadores para dominar as condições didáticas necessárias à apropriação dos conhecimentos pelos alunos;
- buscar, de forma integrada, o aperfeiçoamento contínuo da equipe;
- refletir sobre a prática pedagógica;
- subsidiar o trabalho prático do educador através do embasamento teórico de professores coordenadores e diretores;
- proporcionar o desenvolvimento da autonomia do profissional da Educação;
- apoiar a implantação da proposta pedagógica de cada Unidade Escolar;
- orientar a elaboração do plano gestor de cada escola;
- orientar, acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem na rede pública municipal;
- incentivar e divulgar projetos inovadores, bem como experiências bem-sucedidas nas salas de aulas;
- promover o encontro dos professores municipais para troca de experiências através do PQTE e outras parcerias.

O CEMEP tinha como base três princípios norteadores da ação pedagógica em que se pautava, sendo eles:

II.7.1 – Filosóficos - Visão de Homem: o indivíduo é considerado um sistema aberto. No desenvolvimento a criança irá reinventar todo o processo racional da sociedade e, à medida que ela reinventa o mundo, desenvolve sua inteligência. [...] o conhecimento resulta da relação que o indivíduo estabelece com o meio, portanto a aprendizagem não é automática nem mecânica; **II.7.2 – Pedagógicos** - *Processo ensino-aprendizagem*: a relação professor-aluno é dialógica, horizontal e não imposta. [...] A educação está focalizada no desenvolvimento de competências em vários campos do saber. [...] o conhecimento é sempre uma construção individual, mediada pelo social, ou seja, o aluno é um construtor de representações significativas contextualizadas. O domínio dos conteúdos deixa de ser o objetivo final do processo ensino-aprendizagem e passa ser o meio para desenvolver as habilidades específicas de cada área do conhecimento. *Avaliação*: não tem como fim classificar, excluir, aprovar ou reprovar. [...] Segundo tal concepção, a ação avaliativa deve evidenciar todo o processo e não apenas o produto. Por isso, constitui-se de três momentos: avaliação inicial, contínua e final. [...] **II.7.3 – Metodológicas** - As orientações metodológicas se apoiam nos quatro Pilares da Educação (UNESCO): **Aprender a conhecer**: significa combinar a cultura geral com as possibilidades do aumento dos saberes num contínuo exercício do aprender a aprender para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida; **Aprender a fazer**: envolve a tomada de decisões e a realização de uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória. É preciso que os alunos construam instrumentos para analisar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação para atingir as metas a que se propõem; **Aprender a conviver**: participando e cooperando na compreensão do outro, na percepção das interdependências, realizando projetos e preparando-se para gerir conflitos e no respeito pelos valores humano, da compreensão mútua e da paz; **Aprender a ser**: contribuir para o desenvolvimento mental, corporal e espiritual a fim de atingir uma

realização completa com cada vez maior capacidade de autonomia de cada ser. (Plano de trabalho da Oficina Pedagógica, 2002, p. 17-19)

No fim de 1998, a Secretaria Municipal de Educação de Limeira propôs às escolas da rede pública municipal, a realização de um trabalho diferenciado tanto na organização da escola quanto no processo de ensino-aprendizagem. Todas as unidades escolares foram convidadas e de acordo com a quantidade de escolas interessadas foi feita uma seleção com base no tamanho e na localização das mesmas. A diretora da EMEIEF Aracy Nogueira Guimarães, que atuava nos anos 1999 e 2000, por iniciativa própria fez um levantamento específico do nível de aprendizagem dos alunos, que apresentou resultados inferiores aos das outras escolas municipais, porém com pequenos avanços. No final de 2000 e início de 2001, esta diretora juntamente com seus professores formulou um planejamento, definindo metas e estabelecendo quais habilidades deveriam ser atingidas em cada bimestre. Além dessa escola, as EMEIEF's Major José Levy Sobrinho, Dep. Laércio Corte, Dr. Waldemar Lucato, Maria Ap^a Machado Julianelli, José Paulino Araújo Vargas, Fazenda Citra e Maria Ap^a De Luca Moore estavam trabalhando por área de conhecimento. O professor responsável por uma área trabalhava em várias turmas projetos pedagógicos que abordavam a nova forma de trabalhar com conteúdos. Tais projetos não foram apresentados à oficina pedagógica, mas estavam anexos ao Plano Gestor de cada unidade escolar.

Ao final do ano 2000 houve a necessidade, por parte do CEMEP, de se estabelecer critérios para a realização de formações para os professores da rede pública municipal de ensino de Limeira com o objetivo de sanar algumas dificuldades nas unidades escolares. Nesse sentido, foi aplicado na rede um questionário, o qual foi respondido pelos professores juntamente com seus diretores e coordenadores e a partir do levantamento desses resultados, diagnosticaram-se as expectativas dos professores da rede pública municipal de ensino de Limeira quanto à necessidade de formação continuada. A equipe que atuava no CEMEP neste período produziu um plano de ações para 2001. Os resultados do questionário mostraram que os professores pediam formações nas diversas áreas do conhecimento, em local adequado, evitando ministrá-los ao final do ano letivo, que houvesse trocas de experiências, maior oportunidade de participação nos seminários do PQTE e que a SME trouxesse propostas educacionais inovadoras.

Em 2001, a equipe do CEMEP realizou o levantamento dos resultados de alunos em defasagem na aprendizagem e a porcentagem de alunos alfabetizados do primeiro ao terceiro ano de escolaridade do Ensino Fundamental. A partir desse resultado percebeu-se um

aumento pequeno na porcentagem de alunos alfabetizados no primeiro ano, porém sem aumento dos índices nos demais anos de escolaridade. Portanto, a alfabetização continuou sendo um assunto para a formação continuada neste mesmo ano com os professores da rede municipal, visto que esse levantamento mostrou nesse período que ainda havia alunos do terceiro e quarto ano de escolaridade que não sabiam ler escrever. Outro problema levantado junto aos professores foi o ingresso de crianças no primeiro ano de escolaridade do Ensino Fundamental com seis anos, que segundo os professores era um dificultador no processo de alfabetização em virtude da imaturidade e falta de coordenação motora, baseando-se na concepção do período, segundo a qual a maturação do organismo era um pré-requisito para aprendizagem.

Quanto ao perfil dos alunos, de acordo com o levantamento, as escolas municipais no período atendiam mais crianças oriundas de periferia, que demonstravam uma carência socioeconômica, migrantes e sem residência própria, contribuindo para mudanças seguidas à procura de aluguel acessível. Em contraponto, havia na rede uma clientela subsidiada e participativa que, embora minoria, deu preferência à escola municipal. Havia 9338 alunos na rede de Ensino Fundamental regular no ano de 2000, desse total 3,2% retidos, 1,33% evadidos e 96,72% aprovados. Os alunos entre 10 e 12 anos sem a base alfabética frequentavam classes de aceleração. Quanto a Educação de Jovens e Adultos, neste mesmo ano, havia 1334 alunos matriculados, desse total, 676 alunos estavam no nível de alfabetização (118 promovidos, 325 retidos e 233 evadidos) e 658 alunos no nível pós-alfabetização (249 promovidos, 136 retidos e 273 evadidos) e a partir desse diagnóstico foram definidas ações para formação continuada também nessa modalidade. (PTOP, 2002).

O CEMEP, segundo o PTO (2002), buscava, nas suas ações, utilizar os HTPC's dos professores que se encontravam em situação de acúmulo de cargos. As formações oferecidas eram sobre alfabetização, com capacitação dentro do horário de trabalho, mas sem certificação, e se destinavam a professores coordenadores, professores do primeiro ano de escolaridade que não haviam participado do curso de alfabetização, professores do segundo ao quinto ano que tinham muitos alunos com problemas de alfabetização e coordenadores da EMES que não participaram do IQE. Outras formações ocorreram nesse período na rede, voltados para professores de Educação Infantil e professores de Ensino Fundamental, assim como reuniões na oficina pedagógica, voltadas para o professor coordenador do Ensino Fundamental, tratando das áreas específicas de Ciências, Educação Física, Música, Artes,

história do município, ortografia, resolução de problemas, análise das estruturas textuais e fases do desenvolvimento motor.

As formações continuadas, mais especificamente, foram realizadas pelo IQE na fase de constituição da oficina pedagógica, oferecendo 15 encontros de formação para os professores coordenadores das oito escolas que trabalharam com o projeto. Na sequência, ocorreram oito encontros com professores, realizados no período de trabalho sem certificado e fora do horário de trabalho com certificado na oficina pedagógica.

Dentre outras ações, o CEMEP realizou pequenos eventos como reunião pedagógica em HTPC nas escolas com a presença da equipe gestora e professores com dificuldades específicas, grupos de estudos, atendimentos em plantões e exposições de trabalhos realizados. Os eventos de médio porte foram visitas *in loco* para estudo, reuniões com professores de Educação Infantil em reuniões pedagógicas com grupos de quarenta e cinco a setenta pessoas, capacitação para os professores alfabetizadores na oficina pedagógica durante o período de trabalho, cursos com a equipe pedagógica com média de quarenta e cinco professores, palestras e capacitação das oito escolas de acordo com a metodologia do IQE. Os eventos de grande porte foram encontros de trezentos e oitenta professores de Educação Infantil e formação de informática para trezentos e setenta professores do Ensino Fundamental. (PTOP, 2002).

As reuniões com professores realizadas pelo CEMEP eram divididas em três partes: iniciando com dinâmica em grupo, na sequência, estudo para conhecimento teórico por meio da leitura, exposição e discussão dos textos e ideias e finalizando com troca de experiências através da exposição de trabalhos realizados em sala de aula ou de atividades propostas na reunião.

A Oficina Pedagógica, seguindo as diretrizes da SME, procurou não oferecer material pronto para os professores, pois o objetivo era trabalhar com a autonomia responsável do professor, a pesquisa e a criatividade, respeitando as diferenças individuais e os níveis de conhecimento de cada um. (PTOP, 2002).

Quanto aos conhecimentos e experiências que as escolas já possuíam, por meio de visitas às unidades escolares, segundo o Plano de Trabalho da Oficina Pedagógica (2002), constatou-se, no período, que a maioria dos professores tinha experiência com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e que havia uma grande distorção entre o discurso e a prática, pois muitos professores no discurso revelavam uma postura construtivista, contudo na prática os conceitos teóricos não se faziam presentes. Os jogos eram poucos utilizados como recurso

didático. Para os professores, os jogos não favoreciam o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental, pois no entendimento desses professores haveria uma necessidade de maior seriedade e melhor aproveitamento do tempo, distorcendo a função essencial desse recurso didático na aprendizagem.

Havia sete unidades escolares envolvidas em projetos realizados pelo CEMEP, sendo investidos em formações cento e dezenove horas com coordenadores pedagógicos, os quais ficavam responsáveis por trabalhar com as ações junto aos professores de sua unidade escolar. Essas formações ocorreram com carga horária de cinquenta e cinco horas no total com início em março e término em novembro. As visitas realizadas pelo CEMEP a estas unidades escolares tiveram o objetivo de acompanhar a aplicação das atividades e o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula e sanar dúvidas que pudessem ter surgido durante o trabalho com as ações de formação com os coordenadores. Essas visitas aconteceram duas vezes ao mês, de março a novembro.

Outra ação do CEMEP foi a realização de encontros com todos os professores das escolas envolvidas nos projetos. Mensalmente, um professor representante de cada série era dispensado uma vez ao mês (de abril a junho e de agosto a dezembro) no período de trabalho para participar de reunião a fim de sintetizar todos os aspectos trabalhados e esclarecer dúvidas, além de promover troca de experiências entre as escolas. O resultado foi a participação no encontro de sessenta e quatro professores divididos em dois grupos, sendo um grupo no período da manhã com trinta e dois professores e critério de quatro professores por unidade escolar e um grupo no período da tarde com trinta e dois professores com o mesmo critério, sendo a carga horária total de sessenta e quatro horas.

As formações continuadas realizadas pela oficina pedagógica ocorreram em todas as áreas do conhecimento, em classes de aceleração, grupos de estudo, grupos de professores da recuperação voltados para Língua Portuguesa (alfabetização) e Matemática (numeralização).

As formações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação também eram planejadas, organizadas e realizadas pela oficina pedagógica, sendo elas: Seminários de Qualidade Total da Educação – PQTE, cursos na área de Matemática, passeios culturais, cursos para conhecimento de habilidades e competências, cursos de Movimento através de jogos, palestras, cursos de artes plásticas e dramatização, oficinas para a confecção de jogos e materiais de uso diário e cursos de inclusão. (PTOP - 2002).

3.2 Programas de Formação Continuada de Limeira

As formações continuadas da rede pública municipal de ensino de Limeira são apresentadas nesta pesquisa tendo como critério a ordem cronológica de implantação. Os aspectos abordados são: os principais programas, suas características e ações pedagógicas empreendidas. Na sequência, o quadro F apresenta um resumo geral dos principais programas de formação continuada em Limeira no período de 1996 a 2012:

Item	Programas	Origem	Período de início
3.2.1	Programa de Qualidade Total na Educação - PQTE	Fundação Limeira	1996
3.2.2	Oficinas Pedagógicas	Demandas da própria rede	1996
3.2.3	Parâmetros em Ação	MEC	1999
	Programa “Pró-Formador”	Instituto de Qualidade na Educação - IQE (Ministério do Trabalho)	2000
3.2.4	Estudar Pra Valer	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC (iniciativa da Fundação Volkswagen)	2004
3.2.5	Letra e Vida	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (ligado ao Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA)	2006
3.2.6	Ler e Escrever	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2008
	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC	MEC	2012

Fonte: Quadro F criado pela autora com base na pesquisa de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Limeira.

3.2.1 Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE

O Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE, desenvolvido em Limeira a partir do final de 1992, surgiu por iniciativa da FUNDAÇÃO LIMEIRA e um grupo de voluntários, os quais formaram o COMITÊ EXECUTIVO. O programa, ao longo de suas atividades, conseguiu agregar como parceiros facilitadores a Diretoria de Ensino da Região de Limeira, a Secretaria Municipal da Educação de Limeira e o Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET/UNICAMP.

O PQTE foi proposto a todas as organizações educacionais da jurisdição da antiga Delegacia de Ensino de Limeira, buscando a melhoria no processo de ensino-aprendizagem

mediante a utilização da gestão pela qualidade, tanto na área administrativa como na pedagógica, contribuindo não só na melhoria da Educação, mas na qualidade de vida da população.

A parceria instituída no município entre a Oficina Pedagógica Municipal e a Fundação Limeira para a implantação do Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE teve como objetivo proporcionar formação continuada aos profissionais que atuavam na educação do município (dirigentes, supervisores, equipe gestora e professores).

O comitê do programa promoveu, em 1995, o I Seminário Nacional da Qualidade na Educação: em busca da excelência em educação. Entretanto, no ano seguinte (1996) não houve seminário, mas a partir de 1997 até 2010 sua realização tornou-se constante.

Em 1997, o comitê, mantendo a parceria com a rede pública municipal, realizou o I Seminário Internacional e o II Nacional da Qualidade na Educação nos dias 14, 15 e 16 de agosto e com a mudança definitiva do nome tem-se a partir de 1998 os Seminários Internacionais da Qualidade na Educação: em busca da excelência em educação. Contudo, os objetivos de formação continuada permaneciam os mesmos.

O quadro abaixo sintetiza o período de realização das atividades dos seminários do PQTE no município de Limeira:

ANO	ATIVIDADE
1995	I Seminário Nacional da Qualidade na Educação: em busca da excelência em educação
1996	-
1997	I Seminário Internacional da Qualidade na Educação e o II Seminário Nacional da Qualidade na Educação
1998	III Seminário Internacional da Qualidade na Educação
1999	IV Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2000	V Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2001	VI Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2002	VII Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2003	VIII Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2004	IX Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2005	X Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2006	XI Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2007	XII Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2008	XIII Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2009	XIV Seminário Internacional da Qualidade na Educação
2010	XV Seminário Internacional da Qualidade na Educação

Fonte: Quadro G criado pela autora com base no site da Fundação Limeira. Disponível em: <<http://fundacaolimeira.org.br/>>. Acesso em: maio 2017. Arquivos pessoais – impresso, de 2006 a 2009³².

³² Através de meus registros pessoais, visto que participei desses eventos como docente da rede pública municipal de ensino de Limeira.

Na sequência, o quadro F apresenta as inscrições de profissionais da Educação na participação dos seminários do PQTE, com registro do ano de 2003 a 2008:

	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Inscrições pagas pela Secretaria da Educação	170	169	159	190	186	158
Inscrições pagas pelos próprios professores do município	230	236	398	780	641	344
Total de professores do município inscritos	400	405	557	970	827	502

Fonte: Tabela F criada pela autora com base no arquivo digital do CEMEP – ano 2008. Acesso em 17 abr. 2017.

Em 2009, o processo de formação continuada dos profissionais da educação através do Programa de Qualidade Total da Educação – PQTE entra em declínio com a diminuição da participação dos professores da rede pública municipal de ensino, coincidindo com a mudança estatutária, que não previa a contagem de pontos de cursos, seminários e congressos para atribuição de sala de aula a professores da rede. No ano seguinte, o último evento desse programa, nessa parceria, foi realizado com baixa adesão dos profissionais da rede pública municipal de ensino de Limeira.

3.2.2 Oficinas Pedagógicas

Em 1996, as atividades escolares eram pautadas nos livros didáticos e na experiência dos professores do Sistema de Ensino Estadual. Neste período, o prefeito eleito em exercício era Jurandyr da Paixão de Campos Freire (sem partido político), que nomeou para a pasta da Educação a professora Lucia Helena Gullo, que em licença médica ao final do mandato, foi substituída pela professora Cibele Freire.

A partir de 1998, ocorre uma estruturação no formato das formações continuadas, sendo realizadas pelos profissionais do CEMEP, a partir de demandas das unidades escolares através de projetos específicos, os quais eram ligados a parcerias com instituições sociais e/ou governamentais.

Segue abaixo, quadro geral com a periodicidade das formações continuadas de curta duração da rede pública municipal de ensino de Limeira:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CEMEP			
TEMA	ANO	HORAS	ATENDIMENTO
1. Literatura na Educação Infantil	1998	2 horas	
2. Reflexão sobre a Matemática	1998	2 horas	

3. Consideração sobre alfabetização	1998	2 horas	
4. Reflexão sobre problemas de fala	1998	2 horas	
5. Os jogos como recursos didáticos	1998	4 horas	
6. Construção do número	1998	2 horas	
7. Alfabetização e letramento	1998	2 horas	
8. Matemática na Pré-Escola	1998	2 horas	
9. Arte Confeção de cenários	1998	4 horas	
10. Arte na Matemática	1998	4 horas	
11. Arte na Língua Portuguesa	1998	4 horas	
12. Trabalhando estatística através do calendário	1998	2 horas	
13. Trabalhando com Parlendas	1998	2 horas	
14. Planejando o dia em sala de aula	1998	2 horas	- 350 monitoras de CI
15. Arte – Educação	1998	2 horas	- 30 diretoras
16. Matemática - Pré-Escola - Sequência recursiva e repetitiva	1998	2 horas	- 121 professoras de CI
17. Inteligências múltiplas	1998	1h30min	- 97 professoras de EMEI e EMEIEF
18. O que é preciso para ler e escrever	1998	1h30min	- 52 professoras de EMES
19. Métodos de alfabetização e níveis de escrita	1998	2 horas	
20. Atendimento a professores, monitores e diretores	1998	739 horas	
	Total	784 horas	650 pessoas
1. Português	1999	26 horas	
2. Matemática	1999	16 horas	
3. Ciências	1999	10 horas	
4. História e Geografia	1999	14 horas	
5. Educação Física	1999	12 horas	
6. Artes	1999	10 horas	
7. Encontro de professores da Educação Infantil	1999	8 horas	
8. Encontro de professores do Ensino Fundamental	1999	8 horas	
9. Reuniões com Classe de Aceleração	1999	40 horas	- 380 monitoras
10. Atendimento a diretores – plantões	1999	800 horas	- 370 professores
	Total	1.736 horas	- 37 diretores
			787 pessoas
1. Curso RCNEI	2000	40 horas	
2. Língua Portuguesa	2000	64 horas	
3. Matemática e Classe de Aceleração	2000	87 horas	
4. História e Geografia	2000	78 horas	
5. Artes	2000	31 horas	
6. Ciências	2000	98 horas	
7. Reuniões Gerais	2000	46 horas	
8. Alfabetização	2000	64 horas	
9. RCNEI	2000	34 horas	

	Total	542 horas	828 (Dados Incompletos)
1. Alfabetização e Numeralização	2001	24 horas	
2. Recuperação	2001	10 horas	
3. Língua Portuguesa	2001	63 horas	
4. Matemática	2001	27 horas	
5. História e Geografia	2001	2 horas	
6. Artes e Movimentos	2001	96 horas	
7. Língua de Sinais	2001	6 horas	
8. Planejamento	2001	10 horas	
9. Encontro de Professores	2001	4 horas	
10. O repensar da Creche	2001	12 horas	
11. Projeto Inclusão	2001	Não há registro oficial	
12. Projeto Educação de Jovens e Adultos	2001	24 horas	
13. Projeto Informática na Educação Municipal	2001	120 horas	
	Total	398 horas	5.694 pessoas
1. Planejamento	2002	56 horas	
2. Recuperação de Ciclo	2002	64 horas	
3. Reuniões ordinárias	2002	80 horas	
4. Capacitação Kalimera	2002	18 horas	
5. Encontro de Professores da Educação Infantil	2002	8 horas	
6. Encontro de Professores do Ensino Fundamental	2002	8 horas	
7. Projeto RCNEI Continuidade - MEC/FNDE	2002	120 horas	
8. O Repensar da Creche	2002	12 horas	
9. Projeto Inclusão	2002		
10. Tecnologia Educacional	2002	100 horas	
11. Projeto Memórias de uma Cidade	2002	30 horas	
12. Educando para o Trânsito	2002		
13. Língua Portuguesa	2002	31 horas	
14. Ciências	2002	20 horas	
15. História e Geografia	2002	184 horas	
16. Artes e Movimento	2002	134 horas	
17. Educação Física	2002	12 horas	
18. Matemática	2002	27 horas	
19. Língua de Sinais	2002	64 horas	
20. Educação de Jovens e Adultos MEC/FNDE	2002	12 horas	- 17 Centros Infantis
	Total	980 horas	4.336 pessoas
1. Língua Portuguesa	2003	457 horas	

2. Matemática	2003	4 horas	
3. História e Geografia	2003	116 horas	
4. Artes e Movimento	2003	52 horas	
5. Língua de sinais	2003	24 horas	
6. Kalimera	2003	8 horas	
7. Planejamento	2003	163 horas	
8. Encontro de Professores	2003	16 horas	
9. Recuperação Paralela	2003	5 horas	
10. Recuperação de Ciclo	2003	30 horas	
11. Tecnologia Educacional	2003	140 horas	
12. Projeto Memórias de uma Cidade	2003	30 horas	
13. O repensar da Creche	2003	12 horas	
14. Educando para o Trânsito – AUTOBAN	2003	12 horas	
15. Enriquecimento Curricular – INGLÊS	2003	50 horas	
16. Projete	2003	30 horas	
17. Projeto Educação de Jovens e Adultos MEC/FNDE	2003	120 horas	- 17 Centros Infantis
18. O uso do jornal na sala de aula	2003	20 horas	
	Total	1.289 horas	5.776 pessoas
1.Projeto Tecnologia Educacional	2004	40 horas	
2.Capacitação Jogos Regionais	2004	8 horas	
3.Planejamento - Tema: Bairro	2004	16 horas	
4.Projete	2004	40 horas	
5.Estrada e Cidadania – Autoban	2004	40 horas	
6.Projeto de "Educação Especial" - MEC/FNDE	2004	120 horas	
7.Capacitação do EJA - MEC/FNDE	2004	80 horas	
8.Capacitação para o Ensino Fundamental - MEC/FNDE	2004	80 horas	
9.Projeto "Memórias de uma cidade"- capacitação sobre o Atlas Municipal Escolar	2004	12 horas	
10.História e cultura Afro-brasileira	2004	30 horas	
11.Enriquecimento Curricular – Inglês	2004	56 horas	
12.Língua de Sinais	2004	30 horas	
13.Capacitação de novos monitores dos Cis-SSE	2004	32 horas	
14.Joguem Tênis Meninas	2004	4 horas	
15.O Teatro na escola	2004	16 horas	
16.Projeto de Educação Especial – APAE	2004	20 horas	
17.Projeto de Ação Verde	2004	4 horas	
18.Procel	2004	8 horas	
19.Projeto "Memórias de uma cidade"- capacitação sobre "Conheça Limeira Brincando e Aprendendo"	2004	4 horas	
20.Capacitação "Trabalhando o Atlas Municipal Escolar" – EMES	2004	8 horas	

21. Formação Continuada para Orientadores de CCI	2004	20 horas	
22. Reunião Interdisciplinar - SSE - EMEI e EMEIEFs	2004	16 horas	
	Total	684 horas	2.328 pessoas

Fonte: Quadro H criado com base no PTOPI (2002), com resumo das formações continuadas de curta duração realizadas na rede pública municipal de ensino de Limeira, no período de 1998 a 2004, pelos profissionais do CEMEP. Arquivo impresso do CEMEP – ano 2004.

Concomitante às formações específicas realizadas pelo CEMEP, o próprio realiza em parceria com ONGs e/ou governo, formação continuada através de programas com ampla duração, os quais vão subsidiar a formação dos profissionais da rede e fomentar a constituição curricular do município de Limeira.

3.2.3 Programa “Parâmetros em Ação” / “Pró-Formador”

O processo de municipalização das Unidades Escolares em Limeira e a vinculação das creches à Secretaria Municipal de Educação de Limeira teve início após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, momento no qual também se iniciou oficialmente a formação continuada para docentes realizada no município pela rede pública de ensino.

Esse período foi marcado pela mudança na administração municipal. A partir de 1997, assume o prefeito eleito Pedro Teodoro Kühl, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e nomeia para a pasta da educação a professora Ana Terezinha Carneiro Naletto. Em consonância com os ideais partidários, uma vez que o governo federal pertencia ao mesmo partido do prefeito de Limeira, iniciou-se uma reforma educacional no município tomando como base documentos norteadores do Ministério da Educação – MEC. No mesmo ano da implantação da LDB/96, houve a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s e os profissionais da educação municipal de Limeira iniciaram reuniões para discutirem a construção de um currículo único e norteador.

A nova proposta curricular se pautou no programa de desenvolvimento profissional continuado do MEC, denominado “Parâmetros em Ação” (1999), no qual uma representante da oficina pedagógica municipal de Limeira recebeu formação em Brasília e se tornou a difusora para a rede toda. Neste ano, os professores da rede do município, que aderiram ao programa, receberam em casa kits dos PCN’s a fim de fomentar a prática em sala de aula.

O Programa “Parâmetros em Ação” foi desenvolvido a partir de 1998, pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) que tinha como objetivo a formação continuada de professores, de forma a facilitar a leitura, análise, discussão e

implementação dos Parâmetros e dos Referenciais Curriculares Nacionais, elaborado ao longo de 1995 a 1998, bem como os Referenciais para Educação Indígena, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores. Assim, o objetivo do MEC era apoiar os sistemas de ensino no desenvolvimento de propostas pedagógicas de qualidade, na perspectiva de uma educação para a cidadania, desenvolvendo o programa em parceria com as secretarias estaduais e municipais, escolas de formação de professores em nível médio e superior e Organizações Não-Governamentais – ONGs. O programa incluía também ações, tais como: apoio aos interessados na reformulação de planos de carreira, a criação de polos de apoio técnico-operacional, a elaboração e divulgação de novos programas da TV Escola, a realização de seminários sobre formação de formadores em parceria com as universidades e outras instituições e a elaboração e divulgação de módulos orientadores de estudo dos Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais – os Parâmetros em Ação (BRASIL, 1999).

As parcerias para implementação do programa foram planejadas para serem realizadas em um contexto de formação dos profissionais da educação, no qual as práticas locais eram vinculadas as finalidades do programa de forma a

[...] apresentar alternativas de estudo dos Referenciais Curriculares a grupos de professores e a especialistas em educação, de modo que possam servir de instrumentos para o desenvolvimento profissional desses educadores; analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (Educação Infantil e Ensino Fundamental) elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, norteadoras do trabalho das escolas; contribuir para o debate e a reflexão sobre o papel da escola e do professor na perspectiva do desenvolvimento de uma prática de transformação da ação pedagógica; criar espaços de aprendizagem coletiva, incentivando a prática de encontros para estudar e trocar experiências e o trabalho coletivo nas escolas; identificar as ideias nucleares presentes nos Referenciais Curriculares e fazer as adaptações locais necessárias, atendendo às demandas identificadas no âmbito do estado/município ou da própria escola; potencializar o uso de materiais produzidos pelo MEC; incentivar o uso da TV Escola como suporte para ações de formação de professores (BRASIL, 1999, p. 9).

O Departamento de Educação do município ao participar do programa “Parâmetros em Ação” responsabilizou-se pela indicação tanto de coordenadores-gerais (responsáveis pela divulgação nas escolas, organização dos grupos de estudos, orientação das reuniões de cada módulo, além dos recursos materiais utilizados, bem como a assessoria e avaliação do desenvolvimento do programa) e de grupos (responsáveis pelo encaminhamento dos módulos), como pela formulação de cronograma local de desenvolvimento das ações e a reprodução e distribuição do material.

O programa “Parâmetros em Ação” foi constituído em módulos, sendo que para cada módulo estavam indicados o tempo previsto, a finalidade do módulo, as expectativas de

aprendizagem, os conteúdos do módulo, os materiais necessários, a sugestão de materiais complementares, as atividades e os anexos, ou seja, textos, ilustrações e/ou folhas-tarefa necessários à realização do módulo. Os seis conjuntos de módulos que foram organizados em publicações impressas, abrangendo os seguintes níveis e modalidades:

Educação Infantil (11 módulos, 172 horas); Alfabetização (1 módulo, 32 horas); Primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental — de 1ª a 4ª série (12 módulos, 156 horas); Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental — de 5ª a 8ª série (10 módulos, 160 horas); Educação de Jovens e Adultos — 1º segmento (8 módulos, 104 horas) e Educação Indígena. (MENEZES e SANTOS, 2001, p. 32.).

Alguns procedimentos que, segundo o programa, ajudaram a enriquecer a discussão trazida pelo mesmo foram: criação de situações que colocaram em jogo as concepções que os professores traziam em suas práticas profissionais; uso de um caderno para anotações detalhadas; registro pessoal, uma vez que permitia, posteriormente, ao cursista recuperar as questões tratadas durante os encontros; assistir a um programa de vídeo com a possibilidade de reflexão coletiva; realização de atividades em casa ou na escola em que os professores trabalhavam a coleta de escritas dos alunos para análise do grupo; a seleção de textos úteis para alfabetizar, para socialização com os colegas etc.

Nos anos de 2000 e 2001, a ênfase das propostas de formação continuada era dada aos profissionais que atuavam no CEMEP, os quais realizavam o repasse da mesma aos educadores que exerciam suas atividades nas escolas. Neste período, o prefeito eleito em 1997 permanecia no governo. Pedro Teodoro Kühn, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB governou Limeira em um segundo mandato até 2002, quando se afastou da prefeitura para concorrer às eleições estaduais. Com isso, assumiu a prefeitura de Limeira o vice-prefeito eleito, José Carlos Pejon, também do PSDB, para a conclusão do mandato de prefeito até 2004. Permanecia a frente da então Secretaria Municipal da Educação de Limeira, a professora Ana Terezinha Carneiro Naletto.

Em 2000, o Instituto de Qualidade no Ensino³³ - IQE lança o **programa “Pró-Formador”**, com a missão de preparar técnicos para formar educadores da rede pública e mantendo o alinhamento entre a política educacional local e a federal, ocorre a adesão ao

³³ O IQE é uma associação civil de caráter educacional e de assistência social, sem fins econômicos, criada em 1994 e mantida com o apoio de empresas privadas e parcerias com governos. Sua missão é contribuir para a melhoria do processo do ensino e da aprendizagem nas Escolas da Rede Pública, investindo na formação e valorização do educador e na relação da Escola com sua comunidade, promovendo a cidadania. Seu público-alvo são os alunos (crianças, adolescentes e jovens) das Escolas Públicas do Ensino Básico. Fonte: IQE. Disponível em: <<http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

programa pelo município, o qual capacitou profissionais do CEMEP em formações ocorridas em cidade polo, sendo Limeira indicada para o Centro de Formação de Piracicaba. Essas formações ocorreram com carga horária de quinhentas horas em Língua Portuguesa e quinhentas horas em Matemática e depois de capacitados, os profissionais do CEMEP realizaram formações para professores do Ensino Fundamental da rede pública municipal, seguindo as diretrizes dos PCN's. O projeto teve continuidade com novas formações em 2001.

No município de Limeira, o programa tinha dois objetivos: desenvolver um trabalho de formação em serviço que considerasse os saberes dos educadores, mas que promovesse reflexão sobre a prática pedagógica apoiada em aspectos teóricos; e, possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos educadores, à medida que tivessem condições de elaborar atividades coerentes com o discurso teórico, não ficando restritos a modelos pré-determinados. As escolas envolvidas inicialmente eram: EMEIEF “Aracy Nogueira Guimarães”, EMEIEF “Clara Manzoni Lang”, EMEIEF “José Castilho”, EMEIEF “José Roberto Braz”, EMEIEF “Maria Aparecida de Lucca Moore”, EMEIEF “Maria Ap. Julianelli”, EMEIEF “Waldemar Lucato” e EMEIEF “Maria Madalena” com formações divididas em 3 etapas, sendo a 1ª Etapa - Reunião com coordenadores dessas escolas, tendo como objetivo desenvolver as sessões de formação. Estes coordenadores ficaram responsáveis por trabalhar as sessões junto aos professores de sua Unidade Escolar; 2ª Etapa - Centralização do trabalho nas dificuldades que os alunos apresentaram na avaliação diagnóstica do ano corrente. Em Matemática foram exploradas as sessões que abordavam Geometria e na área de Língua Portuguesa foram trabalhadas as sessões sobre Tipologia Textual; e 3ª Etapa - Visitas às escolas, que tinham como objetivos acompanhar o desenvolvimento e sanar dúvidas que pudessem ter surgido durante o trabalho com as sessões de formação.

A partir das formações do IQE aos profissionais do CEMEP e tomando por base os PCN's, iniciou-se a construção do currículo de ensino para a rede pública municipal de Limeira, sendo baseado em habilidades, nas diferentes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Educação Física) que passou a ser utilizado pelos docentes como documento norteador da ação pedagógica nos anos seguintes e permaneceu vigente até 2012, sofrendo algumas alterações no decorrer desse período.

Buscando garantir acesso à aprendizagem, a SME de Limeira desenvolveu algumas ações no período, organizadas em sete grupos, segundo Capicotto (2006): monitoramento de aprendizagem, inclusive com a implantação do Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal – SAREM³⁴; ampliação do atendimento à Educação Infantil; visitas de acompanhamento; disseminação de experiências bem-sucedidas; organização do plano de referência curricular; recuperação paralela e enriquecimento curricular; e, formação inicial e continuada.

Muitos professores da rede municipal de ensino estão fazendo o curso de licenciatura plena por meio da parceria PEC Municípios – Formação Universitária. Sabemos, no entanto, que somente a formação inicial não é garantia de um ensino público de qualidade, pois, nos cursos oferecidos, nem sempre são aprofundados conteúdos específicos, como os referentes à alfabetização. Além disso, todo educador necessita refletir continuamente sobre o trabalho que realiza e buscar novos conhecimentos. Sendo assim, o município investe em cursos de aperfeiçoamento contínuo, definindo o conteúdo de formação a partir dos resultados apresentados pelos alunos. (CAPICOTTO, 2006, p. 107).

Quanto às formações e os planejamentos realizados com os profissionais da rede pública municipal de ensino de Limeira, com base no IQE, o apêndice 1 apresenta o quadro descritivo da organização dos mesmos.

3.2.4 Programa Território Escola com o projeto Estudar Pra Valer!

No ano de 2004, o prefeito em exercício era José Carlos Pejon – PSDB e também a professora Ana Terezinha Carneiro Naletto permanecia como Secretária Municipal de Educação de Limeira. Ao participar de uma reunião da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), na qual algumas experiências de outros municípios foram socializadas, a secretária municipal de educação conheceu o Programa Território Escola com o projeto “Estudar Pra Valer!”, o qual tinha como objetivo desenvolver ações voltadas à melhoria da qualidade da educação. O programa era financiado pela Fundação

³⁴ O Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal – SAREM foi concebido para estas finalidades: avaliar para interpretar, planejar e obrigatoriamente, intervir. O SAREM teve como objetivo conhecer os patamares de aprendizagem alcançados pelos alunos de um ano para o outro, verificar se as situações didáticas utilizadas estavam cumprindo o seu papel e se a recuperação contínua estava sendo eficaz. O SAREM buscava “ler” a realidade de cada grupo, a fim de que cada turma estabelecesse suas estratégias, explorando seus recursos e criando seus itinerários. Esse sistema de avaliações configurou-se como um dos instrumentos avaliativos mais importante na rede pública municipal de ensino de Limeira e permaneceu em vigência durante muitos anos.

Volkswagen³⁵ e a responsabilidade da coordenação técnica cabia ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Neste mesmo ano uma unidade escolar da rede municipal participou do projeto piloto. (SILVA, 2013).

A partir de 1º de janeiro de 2005, toma posse o prefeito eleito, Silvio Félix da Silva, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e nomeia como Secretário Municipal da Educação de Limeira, o professor Antonio Montesano Neto, que firma a parceria, com duração de 4 anos para desenvolver o programa no município de Limeira, entre a Secretaria Municipal de Educação, CENPEC e a Fundação Volkswagen. O programa contemplou dez unidades escolares municipais, sendo realizada mensalmente formação para que professoras (10 em cada escola), coordenadores pedagógicos e gestores pudessem atuar conforme a concepção pedagógica do Programa Território Escola com o projeto EPV!.

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) é uma organização da sociedade civil, em atuação desde 1987. Sem fins lucrativos, o centro tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social. Suas ações têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades. O CENPEC atua desenvolvendo e implementando programas e projetos de iniciativa de Responsabilidade Social Empresarial, disseminando informação, conhecimento e metodologias, na formação de professores, gestores, técnicos e agentes educacionais e sociais e na assessoria a políticas públicas de educação, cultura e ação comunitária. Entre os trabalhos atuais, o CENPEC desenvolve e atualiza o Guia Políticas de Educação Integral: orientações para implementação no município. (CENPEC³⁶).

Neste mesmo ano, houve formação para os docentes do Ensino Fundamental e gestores das escolas da rede, como forma de propiciar, em todas as áreas do conhecimento, o efetivo aprendizado da leitura e da escrita, na perspectiva do letramento. O programa previa material didático para o aluno e guia de orientação para o professor a fim de auxiliá-lo na sua prática em sala de aula. No ano de 2009, a SME de Limeira realizou a impressão dos livros do módulo inicial, 1º, 2º, 3º e 4º anos do material Estudar Pra Valer! para serem utilizados por

³⁵A Fundação Volkswagen é uma entidade reconhecida como de utilidade pública federal, com finalidade educacional, sócio-cultural e assistencial, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos. Suas ações pretendem constituir-se em eficazes instrumentos de inclusão social, contribuindo para a democratização do direito à educação de qualidade, para a construção de uma sociedade mais igualitária e conseqüentemente para o desenvolvimento sustentável do nosso país. Fonte: Limeira, SP. Termo de parceria e compromisso, assinado em 25 de junho de 2007, pág. 01, item (I).

³⁶ Fonte: CENPEC. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/especialistas/cenpec/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

sete das nove escolas que desenvolveram o Projeto junto ao CENPEC, sendo distribuídas assim:

Material do EPV	Módulo inicial	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Escolaridade	Etapa I	Etapa II	2º ANO	3º Ano	4º Ano
Mário Covas	133	102	132	121	179
Pastor Ismael	95	110	117	110	111
Cassiana Soares Lenci	75	87	90	90	93
Maria Ap. de Lucca Moore	150	120	140	190	210
Márcia Sillmann	60	81	70	113	125
Aracy Nogueira	115	145	160	160	245
José Paulino	150	100	130	130	130
TOTAL	778 apostilas	745 apostilas	839 apostilas	914 apostilas	1093 apostilas

Fonte: Tabela G criada pela autora com base no levantamento da relação de livros das 9 escolas participantes do EPV! e na C.I. CEMEP: 09/09, do CEMEP para o Departamento de Recursos Financeiros e Patrimônio, em 03/05/2017, referência: Solicitação de impressão do material Estudar Pra Valer! para Secretaria Municipal de Educação – arquivo impresso do CEMEP (2009).

As atividades desenvolvidas em Limeira pelo CEMEP relativas ao programa para a formação de capacitadores e professores da rede se perderam devido ao não registro em pastas oficiais da SME. O que se pode perceber é que algumas pessoas que tiveram formação do programa possuem tais registros, porém devido ao comprometimento pessoal e profissional, poucas se dispuseram a colaborar compartilhando esses registros, dos quais alguns deles aparecem nesta pesquisa no apêndice 2, porém de forma descontínua e com lacunas entre os anos de permanência do programa.

Segundo relatório do CEMEP (PTOP, 2002) sobre as capacitações realizadas, o Programa Território Escola com o projeto “Estudar Pra Valer” veio enriquecer as metodologias adotadas em Língua Portuguesa, pois apresentavam um conjunto de atividades que se desenvolviam em torno de gêneros discursivos, sequências didáticas com situações significativas e propostas de intervenção para cada nível de aprendizagem. As contribuições dessas formações, de acordo com esse relatório, foi o auxílio aos alunos que não conviviam em ambiente no qual a leitura e a escrita faziam parte de seus cotidianos, sendo essencial o vínculo de práticas significativas e uso social da escrita para os mesmos nesse contexto.

Após dois anos de parceria, o CENPEC encerrou o período de formação direto nas escolas e o EPV! continuou sendo utilizado, sob a coordenação do CEMEP, que recebia orientações do parceiro... [] E em 2006, antes mesmo do término do EPV!, a

Secretaria da Educação, por meio do CEMEP, realizava com os professores das primeiras séries o Projeto de Alfabetização Letra e Vida. (SILVA, 2013, p. 37-38).

3.2.5 “Programa de Formação de Professores Alfabetizadores Letra e Vida”

Em 2006, o município “adotou” parcerias com o Governo do Estado de São Paulo. A Secretaria Municipal da Educação, mediante convênio estabelecido com a Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo, firma convênio para formação continuada através do programa “Letra e Vida”, que inicialmente capacitou, num curso em São Paulo, duas profissionais do CEMEP, certificando-as para serem formadoras do programa. Neste mesmo ano, concomitantemente a capacitação das formadoras, iniciou-se em abril o treinamento da primeira turma de professores do Ensino Fundamental que lecionavam nas turmas de 1º ano. Os treinamentos de professores ocorreram também nos dois anos seguintes.

O programa Letra e Vida era um programa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que tinha como objetivos: melhorar significativamente os resultados da alfabetização nas redes de ensino, contribuir para a mudança de concepção quanto à metodologia de formação dos professores e fomentar os conhecimentos adquiridos pelos educadores a fim de capacitar profissionais estáveis para o desenvolvimento de formação continuada de professores alfabetizadores. “O programa é um esforço de várias instituições educacionais federais, estaduais, municipais, públicas e particulares, no sentido de desenvolver, de forma, contínua, mecanismos e ações eficazes para a capacitação de educadores que trabalham com a formação inicial do aprendiz.” (SÃO PAULO, 2003, p. s/n)

O programa Letra e Vida teve sua origem ligada ao Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA, certificado pelo Conselho Executivo de Normas Padrão (CENP) e coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Estado de São Paulo. Iniciou suas atividades em outubro de 1999, sendo resultado de uma conversa institucional entre a SEF e a TV Escola, da qual participou Telma Weisz³⁷, que veio a ser depois supervisora pedagógica do Programa. Inicialmente, o programa tinha como proposta a produção de programas de vídeo transmitidos pela TV Escola e um guia a respeito de como

³⁷ Telma Weisz é doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo e considerada a mais respeitada especialista em alfabetização do País. A educadora criou o Programa de Formação de Professores (Profa), lançado em 2001, pelo Ministério da Educação. Atualmente, Telma Weisz supervisiona a versão paulista do programa, o Ler e Escrever, da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo. Fonte: Atarde.com.br . Disponível em: <<http://educacao.atarde.uol.com.br/?p=10067>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

trabalhar com estes programas na internet. Contudo, ao ser apresentado o projeto ao então Ministro da Educação, Paulo Renato, a proposta do programa efetivou-se em dimensão federal.

No ano seguinte, o SEF após reorganizar os cronogramas e elaborar as unidades do curso, distribuiu o material e o apresentou nos “Encontros Regionais do Programa Parâmetros em Ação e Seminários Nacionais de Educação Infantil e de Educação de Jovens e Adultos”, dando-se “por nascido oficialmente o projeto de formação de alfabetizadores em caráter nacional, com a tarefa de acelerar a revolução conceitual anunciada há cerca de 20 anos na alfabetização.” (BRASIL, 2003, p. 4). Com o fim do mandato político do PSDB no governo federal, o PROFA migrou para o estado de São Paulo, o qual, sob a administração pública estadual do PSDB, recebeu a denominação de Letra e Vida.

No município de Limeira, cada formação continuada do programa Letra e Vida tinha duração de um ano e a carga horária era de cento e oitenta horas, sendo quatro horas de duração de curso e uma hora de trabalho pessoal, com encontros semanais totalizando quarenta e duas semanas de formação, com direito a três faltas durante o curso todo. O curso era ministrado por duas profissionais que atuavam no CEMEP, que dividiam sessenta professores em duas turmas, formados anualmente. Os professores cursavam em horário diferente (oposto) ao de serviço e no caso dos professores que acumulavam cargo, a participação no curso era feita no horário de trabalho do Ensino Fundamental. Ao término do curso, o participante com frequência acima de setenta e cinco por cento, que havia realizado todas as tarefas e entregue um projeto de leitura e escrita baseado na concepção metodológica do programa, como trabalho final, recebia um certificado emitido pelo MEC. O conteúdo do curso era dividido em módulos:

O módulo I aborda conteúdos de fundamentação, relacionados aos processos de aprendizagem da leitura e da escrita e à didática da alfabetização. Os módulos II e III tratam especialmente de propostas de ensino e aprendizagem da língua escrita na alfabetização, sendo o módulo II mais focado em situações didáticas de alfabetização e o módulo III, nos demais conteúdos de Língua Portuguesa que tem lugar no processo de alfabetização. (BRASIL, 2003, p. 20).

<i>MÓDULO 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de Formação • Concepção de Ensino • Concepção de Aprendizagem • Hipóteses de escrita 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de leitura • Estratégias de leitura • Alfabetização e cultura escrita • Planejamento
-----------------	---	---

<i>MÓDULO 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do trabalho pedagógico • Agrupamentos Produtivos • Análise de atividades • Estratégias de leitura-hipóteses de leitura 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de textos do ponto de vista discursivo • Análise de textos bem escritos • Identificação da concepção implícita no trabalho pedagógico
<i>MÓDULO 3</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de leitura e escrita • Projetos didáticos • Alfabetização de jovens e adultos • Estratégias para a formação de leitores 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema alfabético e norma ortográfica • Pontuação • Gramática

Fonte: Quadro I criado pela autora com base nos slides do resumo dos módulos da formação continuada do programa Letra e Vida 2006 em Limeira, SME – arquivo digital do CEMEP, 2006.

O curso destinava-se a professores que ensinavam a ler e escrever no Ensino Fundamental, o qual fornecia passo a passo uma proposta de alfabetização e letramento baseada na teoria construtivista e a metodologia do programa apoiava-se fundamentalmente em estratégias de resolução de situações-problema através da análise de produção dos alunos.

Dentro dessa proposta, uma grande parte das aulas do programa é voltada a ensinar aos professores quais são as “hipóteses de escrita” e qual é a concepção de escrita que a criança tem em cada uma das fases na qual se encontra. As hipóteses de escrita, segundo a orientação do programa, são: pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico-alfabético e alfabético³⁸. (SILVESTRE, 2009, p. 84).

O programa “Letra e Vida” abordava como metodologia de prática pedagógica “a ideia de agrupamentos por hipóteses”, a fim de que os alunos fossem organizados para que

³⁸ Essa concepção vem dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky que, de 1974 a 1976, realizaram um estudo com um grupo de crianças oriundas de áreas carentes de Buenos Aires, na Argentina. Estas crianças foram entrevistadas várias vezes ao longo da 1ª série do Ensino fundamental. As pesquisadoras também entrevistaram crianças de 4, 5 e 6 anos de idade sem escolarização. A seleção ocorreu a partir de dois grupos sócio-econômicos diferentes: famílias de classe média altamente instruídas (em sua maioria profissionais liberais) e famílias de operários (em sua maioria operários não-especializados, com serviços temporários de baixa-renda). As crianças de 6 anos foram entrevistadas nas primeiras semanas de seu 1º ano escolar do Ensino Fundamental, antes do início de qualquer instrução em leitura e escrita; as crianças de 4 e 5 anos frequentavam jardins de infância em que não havia instrução especial nesses assuntos. Todas as entrevistas foram feitas individualmente por meio do método experimental comumente usados em estudos piagetianos. [...] Os resultados dessa pesquisa, levaram as pesquisadoras a elencar características e reuni-las em “hipóteses de escrita” conforme os níveis supracitados. Fonte: Repositório UNESP: Silvestre, Fernanda Gustavo. O professor alfabetizador: sua formação, o programa “Letra e vida” e as lacunas conteudísticas. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliariari, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93867/silvestre_fg_me_arafcl.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 ago 2016.

avançassem na hipótese de sua escrita. De acordo com o programa, ler é um processo complexo que envolve várias estratégias de decodificação, antecipação, inferência, seleção e verificação, as quais levam o aluno a apropriação do significado da leitura, bem como explora a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a linguagem oral (e escrita) como um todo.

O programa se foca em formar professores que levem seus alunos a ter contato com a maior quantidade possível de textos, [...] ainda assim, algumas atividades trazidas pelo “Letra e Vida” são importantes, como por exemplo, as listas de palavras. Quando ainda não se sabe ler e escrever convencionalmente, estudar listas de palavras do mesmo campo semântico (e sintático), como substantivos, ajuda os alunos a terem mais dicas para descobrirem o que está escrito. Em grande parte, as primeiras leituras trazem consigo muito jogo de adivinhação. O programa ainda infere que fazer esse tipo de listas faz parte de uma situação real de comunicação, faz com que a leitura seja mais significativa, mais contextualizada. O programa aconselha fazer o exercício em dupla, para que ambos os alunos questionem-se sobre qual resposta dar e, nessa parceria, possam aprender uns com os outros. (SILVESTRE, 2009, p. 97-98).

No material gráfico do Módulo I, o curso foi apresentado aos professores alfabetizadores como um programa que contribuiria para criar um país de leitores, introduzindo os objetivos das coletâneas de textos apresentadas no material, a finalidade da formação de ampliar as competências profissionais dos professores a fim de refletirem sobre a prática, bem como as expectativas de aprendizagem dos participantes do programa tornando-se progressivamente capazes de atuar eficazmente na formação inicial do aluno.

Ao participar do programa, o professor preenchia uma ficha cadastral e assinava um termo de compromisso, tomando ciência de todas as obrigações a serem realizadas até o término do curso. Na hipótese de desistência do mesmo, o professor deveria justificar por escrito e fazer a devolução do material do programa à SME.

O apêndice 3 apresenta o quadro da formação continuada do programa Letra e Vida realizada na rede pública municipal de ensino de Limeira no ano de 2006, a qual ocorreu nos anos seguintes com os mesmos objetivos e conteúdos abordados, mantendo o mesmo formato até 2011, porém abrangendo outros anos de escolaridade.

Em 2011, também ocorreu formação no formato de aprofundamento das formações continuadas realizadas dentro do programa nos anos anteriores, destinado aos professores com atuação no Ensino Fundamental que concluíram a formação do Letra e Vida. A formação foi oferecida à rede pública municipal de ensino a fim de atender a necessidade intrínseca de atualização do profissional da Educação e seu direito ao investimento contínuo na qualidade de sua formação.

O curso tinha como objetivo discutir e aprofundar os conteúdos tratados no Letra e Vida, tais como: concepção, modalidades organizativas, organização de rotina, análise de atividades envolvendo o uso da leitura diária, estratégias de leitura, diferença entre atividades com o foco em linguagem escrita e sistema de escrita, apreciação de textos bem escritos, projetos, etapas de produção, análise de atividade de revisão de textos envolvendo aspectos discursivos, notacionais e ortográficos. As formações ocorreram em quatro turmas de aproximadamente quarenta docentes cada, com carga horária de trinta horas no total e os conteúdos foram distribuídos conforme quadro da formação (apêndice 4).

No início de 2011, dos seiscentos e sessenta e seis professores atuantes como efetivos do Ensino Fundamental, duzentos e cinquenta e nove professores já haviam concluído sua formação no Letra e Vida até 2010. Só neste último ano, cento e cinquenta e ao final de 2011, outros cento e vinte e quatro professores também concluíram o curso neste mesmo formato.

No ano de 2012, além da oferta de formação continuada do programa Letra e Vida para cento e vinte e três inscritos, divididos em três grupos, que não se concretizou devido a suspensão do curso, houve a formação do “Aprofundamento de Conteúdos Letra e Vida” realizada na SME para sessenta e quatro professores inscritos, divididos em dois grupos, o qual manteve o mesmo formato de 2011. Ainda ocorreram novas ações ligadas ao programa como as visitas formativas realizadas às Unidades Escolares em HTPC³⁹s pela equipe do CEMEP, com formadoras capacitadas pelo programa, que buscavam auxiliar *in loco* o trabalho pedagógico realizado na unidade escolar (anexo 1).

O projeto de orientação pedagógica *in loco* ocorreu a partir da suspensão do curso Letra e Vida, conforme CI PLV nº 07/2012 de 20/03/2012, com referência de orientação pedagógica – Letra e Vida (anexo 2) e atendendo à solicitação da rede de ensino, por ocasião da tabulação dos resultados dos questionários avaliativos enviados às escolas no final de 2011 e cronograma completo e detalhado dos conteúdos abordados na formação do PLV da SME de Limeira.

Neste ano, através da CI 11/2012 de 08/02/2012, o CEMEP enviou às unidades escolares orientações para organização de HTPC podendo esse tempo ser dividido no primeiro momento em reflexão, posteriormente em planejamento e finalizando com o estudo de documentos referenciais que são diretrizes para o ensino em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, sugeridos em anexo à CI (anexo 3). Tendo por

³⁹ HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo.

base a recente alteração no período da jornada de trabalho docente, os professores passaram a cumprir uma maior quantidade de Horas de Trabalho Pedagógico na unidade escolar, o que demandou uma atuação da equipe de gestão escolar, a fim de que esse tempo maior se revertesse em formação docente buscando resultar em crescimento profissional e melhoria na qualidade de ensino.

O programa Letra e Vida serviu de referência para a formação de professores alfabetizadores no período em que vigorou, como também de base para a implantação do programa Ler e Escrever, igualmente coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Estado de São Paulo, coexistindo na rede pública municipal de ensino de Limeira no período de 2008 a 2012.

3.2.6 Programa Ler e Escrever

No ano de 2012, o prefeito reeleito em 2008, Silvio Félix (PDT), deixou o mandato cassado por Comissão Processante, tomando posse o vice-prefeito eleito, Orlando José Zovico, sem partido. Ainda neste segundo mandato, permaneceu à frente da Secretaria Municipal da Educação de Limeira, o professor Antonio Montesano Neto que, posteriormente se afastou da função para concorrer às eleições estaduais, assumindo a pasta a professora Araciana Rovai Cardoso Dalfré, que permaneceu na função até a conclusão do mandato, pelo intervalo de tempo entre 24 de fevereiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012.

Diante desse panorama político, a SME manteve os encaminhamentos pedagógicos da rede a partir do convênio firmado em 2008, com a Secretaria Estadual de Educação para a implementação do programa “Ler e Escrever”. Para este trabalho, foi feita pelo Secretário da Educação do período, a indicação de professores da rede para compor uma equipe, a qual recebeu formação específica e posteriormente realizou formação com os professores coordenadores da rede, que tinham por função transmitir aos docentes a mesma formação dentro das Unidades Escolares em HTPC. O programa era acompanhado através de visitas periódicas às Unidades Escolares pela equipe da Secretaria Municipal de Educação que observava e orientava o andamento dos projetos “sugeridos” pelo programa.

Os principais objetivos do *Ler e Escrever* são: apoiar o Professor Coordenador em seu papel de formador de professores dentro da escola; apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2ª série do Ciclo I / EF; criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão; comprometer as Universidades com o ensino público;

possibilitar a futuros profissionais da Educação (estudantes de cursos de Pedagogia e Letras), experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do Ciclo I / EF. (LER E ESCREVER⁴⁰).

As ações desenvolvidas pelo programa eram encontros de formação sistemáticos (visando aperfeiçoar a didática de alfabetização e a formação de professores nas escolas), recuperação da aprendizagem, aluno pesquisador nas salas de 1o ano e de PIC⁴¹ (Bolsa Alfabetização – que previa a atuação de estudantes universitários), elaboração e distribuição de materiais didáticos, distribuição de materiais complementares e acompanhamento institucional sistemático para apoiar o desenvolvimento do trabalho. Tendo em vista que a SME não dispõe de arquivo pedagógico oficial desses programas e os materiais das formações recebidas e dadas pela SME permanecem com os profissionais que os receberam na ocasião em que trabalhavam na oficina pedagógica, os registros das pautas com objetivos e conteúdos abordados e as especificidades referente ao curso ministrado a professores coordenadores da equipe do CEMEP da rede de Limeira, realizado pelo programa Ler e Escrever para capacitação de formadores não foram encontrados na íntegra (apêndice 5). Nesta pesquisa somente foi possível apresentar alguns dos registros da formação continuada para professores coordenadores de Unidade Escolar da rede pública municipal de ensino de Limeira com base nos materiais dos profissionais que receberam as formações com especificidades referentes ao curso na ocasião em que trabalhavam na oficina pedagógica na cidade de Limeira (apêndice 6).

No mesmo ano de 2010, foram realizadas formações do Programa Ler e Escrever com gestores e ADE's, as quais se pautavam nos seguintes objetivos e conteúdos do programa:

⁴⁰ Fonte: Ler e Escrever. Disponível em: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/Home.aspx>>. Acesso em: ago de 2016.

⁴¹ PIC – Projeto Intensivo no Ciclo.

ANO: 2010	Objetivos	Conteúdos
Carga horária: sem registro oficial	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre questões relacionadas a concepções de ensino e de aprendizagem; • Refletir sobre a análise dos dados das escolas (SAREM, Avaliação da escrita, etc); • Discutir ações dos gestores que podem favorecer o trabalho o trabalho pedagógico na escola; • Reconhecer diferentes atividades de leitura e a importância de cada uma na aprendizagem dos alunos; • Analisar mapa de sondagem; • Discutir ações possíveis de encaminhamentos para ajudar os alunos em suas aprendizagens; • Verificar as alterações presentes na Planilha de Sondagem discutindo sobre ela; • Compreender que a Planilha de Sondagem é m instrumento de coleta de dados, que deve ser estudada, pois seu objetivo é orientar o trabalho de professor coordenador uma vez que ela apresenta a situação dos alunos quanto aos níveis de escrita; • Analisar os critérios para criação de uma sala de PIC; • Discutir a necessidade do trabalho com produção de texto e desenvolvimento da linguagem escrita; • Avaliar o programa Ler e Escrever. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expectativas de aprendizagem; • Atividades de leitura: leitura pelo professor, leitura pelo aluno, leitura compartilhada; • Importância da leitura diária, avaliação (acompanhamento dos avanços dos alunos) e trabalhos desenvolvidos em sala de aula; • Ações necessárias: encaminhamentos para ajudar os alunos em suas aprendizagens; • Planilha de sondagem; • Níveis de escrita; • Projeto didático: “Quem escreve um conto, aprende um tanto” – Guia de Planejamento e orientações Didáticas – Professor – 2ª série; • Critérios para criação de uma sala de PIC; • Produção de texto; • Avaliação do Programa Ler e Escrever.
Período de realização: início em março, com 7 formações		
Regularidade: mensal		
Público Alvo: Gestores e ADE's		
Total: sem registro oficial		

Fonte: Quadro J criado pela autora com base nas pautas de formação continuada de gestores e ADE's do Programa Ler e Escrever 2010 em Limeira, SME e arquivo pessoal cedido por cursistas - impresso, 2010.

No ano de 2011, houve nova formação a professores coordenadores da equipe do CEMEP da rede de Limeira, realizado pelo programa Ler e Escrever para nova capacitação de formadores, sendo tratados nesses encontros a ampliação dos objetivos e conteúdos dos cursos anteriores, conforme apêndice 7.

Também em 2011, ocorreram formações de vice-diretores da rede pública municipal de ensino de Limeira referente ao programa, conforme descrição na tabela a seguir:

ANO: 2011	Objetivos	Conteúdos
	1º ENCONTRO	
Carga horária: sem registro oficial	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as atribuições do Vice-diretor; • Conhecer a concepção do Programa Ler e Escrever; • Conhecer a estrutura e organização do Programa Ler e Escrever. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuições do Vice-diretor; • Concepção do Programa Ler e Escrever; • Material e organização do Programa Ler e Escrever.
Período de realização:		

<p>início em 25/03, com 6 formações</p> <p>Regularidade: mensal</p> <p>Público Alvo: Vice-diretores</p> <p>Total: sem registro oficial</p>	2º ENCONTRO	
	Não há registro oficial	
	3º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o material do Programa Ler e Escrever “Guia de Planejamento e orientação Didática do professor Alfabetizador – 1º ano de escolaridade”; • Refletir sobre a concepção de aprendizagem do Programa Ler e Escrever; • Discutir sobre o melhor aproveitamento do tempo didático nas rotinas dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Material do 1º ano; • Concepção de aprendizagem; • Rotina: organização didática do tempo.
	4º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Retomar a concepção de aprendizagem do Programa Ler e Escrever; • Esclarecer dúvidas sobre Modalidades Organizativas do Tempo; • Discutir sobre o melhor aproveitamento do tempo didático nas rotinas dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de aprendizagem; • Modalidades organizativas do tempo; • Rotina: organização didática do tempo.
	5º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir sobre o melhor aproveitamento do tempo didático nas rotinas dos professores; • Utilizar-se das modalidades organizativas para garantir uma rotina produtiva percebendo a importância do trabalho permanente com leitura; • Refletir sobre procedimentos e estratégias indicadas para desenvolver a competência leitora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidades organizativas do tempo; • Atividade permanente de leitura; • Competência leitora; • Tratamento didático de leitura. 	
6º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre procedimentos e estratégias indicadas para desenvolver a competência leitora; • Perceber que a leitura é condição para a escrita de bons textos; • Compreender que a sequência didática e o projeto são modalidades organizativas que dão condições didáticas para a produção de textos; • Reconhecer a importância das etapas de produção para a elaboração de um texto bem escrito; • Diferenciar o que é linguagem escrita de sistema de escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Competência leitora; • Tratamento didático de leitura; • Leitura; • Modalidades organizativas (sequência e projeto); • Etapas de produção; • Intervenções; • Linguagem escrita e sistema de escrita. 	

Fonte: Quadro K criado pela autora com base nas pautas de formação continuada de vice-diretores do Programa Ler e Escrever 2011 em Limeira, SME e arquivo pessoal cedido por cursistas - impresso, 2011.

O Programa Território Escola com o projeto Estudar Pra Valer! e o Ler e Escrever coexistiram durante todo o ano de 2010, assim como o Letra e Vida. Entretanto, em 2011, o EPV! foi finalizado, permanecendo o Programa Letra e Vida, conforme já tratado no item anterior.

No final de 2012, com a proximidade do fim de mandato político no município encerrou-se a parceria com o Estado do Programa “Ler e Escrever”, partindo-se então para uma nova proposta de programa educacional para o município, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em convênio com o Governo Federal. O PNAIC foi instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 e é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, que tem por objetivo garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, tomando por base o Decreto nº 6.094 de 24/04/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas do PDE e define, no inciso II do art. 2º, a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.” (MEC⁴²).

⁴² Fonte: MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 09 fev. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou o desenvolvimento histórico da formação continuada de professores da rede pública de ensino de Limeira, no período de 1996 a 2012.

As transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas desencadearam políticas educacionais que influenciaram nos modelos de formação continuada implantadas no Brasil e de acordo com o recorte dessa pesquisa, também na educação pública da cidade de Limeira.

Neste contexto, a formação continuada na rede pública municipal de ensino de Limeira se funde com a formação do perfil profissional dos educadores da rede hoje, pois os professores vinham de uma experiência pedagógica ligada a diferentes concepções de ensino.

Os professores exerciam a docência de acordo com a proposta pedagógica de cada unidade escolar, tratando de conteúdos de forma descentralizada e a metodologia era passada de um profissional a outro com base na experiência, vista como uma “receita” pedagógica, pois a rede não possuía um documento norteador.

As políticas de formação continuada pensadas como uma das maneiras de se preparar o sujeito para as mudanças ocorridas no século XX, ligadas ao ponto de vista político, econômico e cultural influenciaram nas reformas dos métodos de ensino.

As providências concretas para o exercício do controle político-ideológico sobre o magistério envolvem sua formação e sua atuação profissional. Ou seja, a reforma dos anos de 1990, e seu prosseguimento no novo século, atingiram todas as esferas da docência: currículo, livro didático, formação inicial e contínua, carreira, certificação, locus de formação, uso das tecnologias da informação e comunicação, avaliação e gestão. (EVANGELISTA E SHIROMA, 2007, p. 537).

As concepções, os objetivos e as metodologias envolvidos num determinado programa de formação continuada permearam a prática docente, ainda que não conscientemente, mas impregnada pelo modismo.

As políticas de formação continuada no município de Limeira se deram com base na concepção em moda no período, ou seja, ancorado nas ideias “neo” da década de 90. O CEMEP foi criado para colocar em prática as orientações pedagógicas do neoescolanovismo com o lema “aprender a aprender”, o neoconstrutivismo como concepção psicológica, na qual o aluno constrói sua aprendizagem e o neotecnicismo apresentado nos materiais dos programas conveniados.

Os responsáveis pelo CEMEP o autodenominavam como um centro de estudos, entretanto, não se caracterizava assim, visto que era uma instituição executora de ações do Estado e outros órgãos. O centro realizava treinamento docente a partir da indicação externa dos programas, através de um “currículo” direcionado por estes. O professor passou a ser um cumpridor de tarefas, através do treinamento que recebia, sendo definido por estes programas o que, como e quando trabalhar determinado conteúdo, perdendo sua identidade profissional.

A tendência neotecnicista que aparece nos “materiais pedagógicos” teve forte influência na prática pedagógica provocando o esvaziamento da função docente e o processo de ensino-aprendizagem acabou se constituindo como um processo de eficiência e produtividade, medido através de um sistema de avaliação, seja federal (Prova Brasil), estadual (SARESP) ou municipal (SAREM).

Não se pode perder de vista que a produção e circulação desses materiais funcionam como interventores sobre a prática pedagógica, inclusive seduzindo os professores para que acreditem que não aderir às pedagogias do “aprender a aprender” significa permanecer à margem das mais avançadas formas de educação. (MARSIGLIA, 2011, p. 197).

Todo esse sistema se configurou num “verdadeiro” processo de busca por resultados que desembocavam na pedagogia baseada no corporativismo e na qualidade total da educação, promovido no município de Limeira através da implantação do PQTE, que esteve presente na trajetória educacional da cidade por 14 anos.

Em relação ao PQTE, nota-se, claramente, que Limeira foi um “laboratório” das políticas educacionais que estão em franco desenvolvimento e implantação em âmbito nacional, articulando ações à gestão pedagógica que envolve avaliação, currículo e formação docente. Nesse contexto, foram iniciadas formações continuadas, ocorreu a criação de um currículo “municipal” e foi criado o SAREM para coleta e controle quantitativo dos níveis de aprendizagem dos alunos da rede, sendo que essas ações regulavam, controlavam e direcionavam o trabalho docente.

É importante ressaltar que os programas de formação continuada não só influenciaram a formação docente, mas também a formação de um currículo único para o município de Limeira. Inicialmente, esse currículo foi construído com base na formação continuada ligada ao IQE, o qual continha competências e habilidade como metas de aprendizagens a serem alcançadas pelos alunos. Posteriormente, ocorrem algumas revisões, sem grandes mudanças, baseando-se nas propostas dos programas seguintes implantados na rede, como do projeto

EPV! do CENPEC, o Letra e Vida e o Ler e Escrever, ambos do governo do Estado de São Paulo.

Este currículo esteve vigente na rede pública municipal de ensino de Limeira até o final de 2012, o qual foi substituído em 2013 por um rol de conteúdos e posteriormente em 2014, pela primeira versão do documento que após várias revisões viria a ser aprovado pela CME e publicado no DOM em 2016, em sua redação final, como documento curricular oficial da rede.

A partir da pesquisa percebem-se objetivos comuns entre os programas de formação continuada, como a produção de atividades práticas que condicionem o trabalho docente à metodologias “prontas” no ensino da Língua Portuguesa e da Matemática. Entretanto, ao analisar as propostas dos programas foi possível identificar o incentivo ao estudo teórico, a reflexão sobre a prática e a autonomia profissional, o que não se consolidou nos materiais apresentados, visto que condicionava a prática em sala de aula com procedimentos ligados à técnica, provocando o esvaziamento da função docente e do caráter como profissional intelectual.

As oficinas pedagógicas e os primeiros programas de formação continuada, como o Parâmetros em Ação (IQE) e o projeto EPV! (CENPEC) tinham como público-alvo os coordenadores pedagógicos das unidades escolares e poucos professores que atuavam em sala de aula participavam. No programa Letra e Vida houve uma modificação na forma de aplicação dessas formações, trazendo o professor de sala de aula para a formação em horário de serviço, caracterizando um grande avanço no sentido da valorização da carreira do magistério.

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se constatar que o Letra e Vida foi o programa com maior número de participantes da rede, seguido pelo programa Ler e Escrever, que foi apresentado como um desdobramento do primeiro, ambos ligados ao governo do estado de São Paulo, o qual tem, há mais de vinte anos, a política educacional do PSDB com influência direta do neoliberalismo.

A política neoliberal influenciou diretamente a educação no município de Limeira, visto que houve uma privatização indireta ao se “adotar” programas externos de formação continuada de professores, ou seja, com repasses de verbas públicas aos setores privados. Também é importante registrar que isso fica evidente com a privatização do ensino de 0 a 3 anos através do programa Bolsa Creche, o que gerou a transferência da responsabilidade do público para a iniciativa privada, gerando uma “desresponsabilização” do poder público

municipal com a qualidade educacional dos indivíduos nesta faixa etária, pois fica evidente que o que se prioriza nesses convênios não é a formação do ser, mas atender a demanda de vagas “a qualquer custo” para cumprir a lei da Educação Básica do direito à educação.

Estima-se que os professores da rede toda tenham passado por alguma dessas formações até 2012, ao menos por um programa. Entretanto, o fato dessa abrangência ter atingido cem por cento dos professores da rede, não ficou evidenciado um avanço no processo de ensino-aprendizagem no município, mesmo porque houve muita interpretação teórica distorcida nesse período, uma vez que Piaget e Vigotski se complementavam no estudo do desenvolvimento cognitivo, como aparece nas diferentes pautas de formação continuada desses programas, não havendo um estudo aprofundado dessas concepções e nem uma análise desses estudos num contexto mais amplo de aprendizagem.

As formações procuravam dar uma resposta imediata às dificuldades do professor, da escola e, muitas vezes, era uma dificuldade muito pontual em relação a como corrigir um texto, como apresentar a letra bastão para o aluno, de modo que as formações se pautavam por esse enfoque.

Nesse contexto, é preciso pensar em todo esse processo de formação continuada e a importância de se olhar para a escola, a educação e o trabalho do professor dentro de uma dimensão mais ampla, ou seja, analisar o que esse movimento representa na sociedade. A formação docente pode levar o professor a reproduzir desigualdades ou com ações contribuir para a transformação social e para que os alunos tenham condições mais favoráveis em relação aos conteúdos escolares. Segundo Marsiglia (2011, p. 196) “Ainda que a educação escolar não transforme por si mesma a sociedade, ela pode contribuir decisivamente na articulação da luta mais ampla por essa transformação, desde que não esteja alinhada a pedagogias comprometidas com a conservação do capitalismo”.

Quando se pensa sobre as repercussões dessas formações continuadas, seus efeitos e resultados para a escola e principalmente para o aluno se faz necessário pensar que enquanto educador não se pode levar por qualquer concepção ou modismo. É necessário que se tenha claro qual a concepção que o professor tem de educação e como o mesmo pensa o processo de ensino-aprendizagem e mais do que isso, o papel do professor na sala de aula.

Contudo, o investimento em formação continuada não é o suficiente para a qualificação profissional, pois outro aspecto também importante é o professor compreender que ele é um profissional intelectual e que faz parte do seu trabalho estudar. É através desse estudo, dessa compreensão mais ampla educacional, que ele vai ter condições de não ficar “refém” de

quaisquer encaminhamentos que possam surgir. Quando ele tem esse respaldo, quando ele tem fundamentação para argumentar, ele não é levado por qualquer encaminhamento que não tenha uma sustentação e/ou clareza em relação aquilo que se propõe para o ensino eficaz.

Intelectuais ligados ao Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREALC – afirmaram que “o maior obstáculo para a implementação das reformas educativas é o professor” (Puryear, 2003). Um tal raciocínio deve-se, provavelmente, ao reconhecimento do fato de que os professores compõem a maior e mais organizada categoria de funcionários públicos na maioria dos países (Delors, 1998; Tedesco, 1998) e sua ação pode, em tese, configurar-se como obstáculo às propostas de reforma seja por apresentarem uma oposição crítica ou, mesmo, por não entenderem de que trata a reforma. (EVANGELISTA E SHIROMA, 2007, p. 533)

Depois de quinze anos da criação da rede pública municipal de ensino, constata-se que neste período pesquisado, todas essas formações não levaram à melhoria da educação pública municipal de Limeira. Foram quinze anos sem um currículo próprio e sem objetivos do município para a educação pública. Diante desse panorama, o que se conclui é que o processo de formação continuada de professores tornou-se um sistema de treinamento e adaptação dos objetivos do setor privado a serviço do capitalismo.

É importante olhar o passado, mas procurando a cada tempo compreender as falhas, aquilo que precisa ser melhorado, porque os professores passaram por essa história e ela os constituiu como rede de ensino. É preciso olhar quais foram os aspectos importantes e superar distorções e dificuldades para que tenhamos a tão almejada educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALFERES, M. A. e MAINARDES, J. **A formação continuada de professores no Brasil**. In: Seminário de Pesquisa do PPE – 26 e 27/05/2011. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/001.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016

ATARDE.COM.BR. **Telma Weisz: especialista em alfabetização**. In: A tarde educação, construindo novos leitores. Disponível em: <<http://educacao.atarde.uol.com.br/?p=10067>>. Acesso em: 29 ago. 2016

BETTINI, R. F. A. J. **A instrução pública em Limeira**. 1993. 228f. Tese (Doutorado em Educação na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP – 1993.

BRASIL. INEP - **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: mar. 2016

_____. **Portal Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. SEF. **Programa de desenvolvimento profissional continuado: alfabetização** / Secretaria de Ensino Fundamental – Brasília: A Secretaria, 1999. 134p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf>. Acesso em 11 ago. 2016.

_____. SEF. **Programa de desenvolvimento profissional continuado** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: A Secretaria, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_fund1e2.pdf>. Acesso em:

CANDAU, V. M. F. **Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais**. In: Formação de Professores: Tendências Atuais. Org. REALI, A. M. M. R. e MIZUKAMI, M. G. N. – São Carlos: EdUFSCar, 1996.

CAPICOTTO, A. D. **Estudo de caso: Indicações e propostas para uma boa política municipal de Educação – Limeira/SP**. In: Cadernos CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e ação comunitária). Educação e Cidade. Nº 1 (2006) – São Paulo: CENPEC, 2006.

CARIELLO, F. **A formação profissional e continuada de professores da rede municipal de Niterói – reflexões acerca da primeira década do século XXI**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.

CEMEP, Prefeitura Municipal de Limeira – SME. **Plano de trabalho da Oficina Pedagógica, Item II – Diretrizes da Organização Educacional**. CEMEP: 2002. Limeira – SP, p. 15-16.

_____. **Plano de trabalho da Oficina Pedagógica, Item II, subitem: 7 – Princípios Norteadores da Ação Pedagógica**. CEMEP: 2002. Limeira - SP, p. 17-19.

CENPEC. **Estudar pra Valer! Leitura e produção de textos no Ensino Fundamental: O que Faz**. Disponível em: <<http://wwwold.cenpec.org.br/estudar-pra-valer>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **CENPEC**. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/especialistas/cenpec/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CME – Limeira, SP. **Regulamentação do Ensino Fundamental de nove anos no município de Limeira**. Deliberação CME nº 04/2009, com base na Indicação CME nº 02/2009. Secretaria Municipal da Educação - SME. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **Atualização, regulamentação e consolidação da implementação da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Limeira**. Deliberação CME nº 01/2009, com base na Indicação CME nº 01/2009. Secretaria Municipal da Educação - SME. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **Normas para a Educação de Jovens e Adultos, em nível de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na Rede Municipal de Ensino de Limeira/SP**. Deliberação CME nº 01/2011, que, em seu artigo 1º, toma por base a Indicação CME nº 01/2011, com base na Indicação CME nº 001/2011, observado o disposto na Resolução CNE/CEB nº 03/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Secretaria Municipal da Educação - SME. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

EVANGELISTA, O. e SHIROMA, E. O. **Professor: protagonista e obstáculo da reforma**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FERREIRA, A. T. B. e LEAL, T. F. **A formação continuada de professores: enfim o que pensam e sugerem os docentes?** In: Formação continuada de professores: Reflexões sobre a Prática. Recife: Editora Universitária. UFPE, 2010.

FONSECA, M. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro**. Revista Fac. Educ. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-69, jan. 1998.

FRIGOTTO, G e CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Revista Educação e Sociedade. vol. 24, n.82, abril 2003. pp. 93-130.

FUNDAÇÃO LIMEIRA. **Programa Qualidade Total da Educação.** Disponível em: <<http://fundacaolimeira.org.br/>>. Acesso em: abr. 2016.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo A. A. (Org.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perda no mercado educacional do neoliberalismo*, 1999. Disponível em: <<https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. Entrevista: **Na América Latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projecto.** Enviado em 16/03/2007 para “A Página da Educação”. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/34855>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. **O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional.** In: Gentili, Pablo, Silva, Tomaz Tadeu da (orgs.), (1995). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 111-177.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. (Org. ANPEd). Editorial: **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, n. 14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em: maio 2016.

HERMIDA, J. F. **A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções.** IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Acesso em: 06 mar. 2016.

IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Manual de diagnóstico situacional baseado em ativos.** Programa REDINs. IDIS: out. 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Tradução: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

INSTITUTO AVISA LÁ. **Formação Continuada de Educadores – Sobre nós.** Disponível em: <<http://avisala.org.br/index.php/quem-somos/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

IQE – Instituto Qualidade no Ensino. **O INSTITUTO - Quem somos / Objetivo / HISTÓRICO.** Disponível em: <<http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

____ – Instituto Qualidade no Ensino. **Fundamentos do programa Pró-formador.** Disponível em: <http://www.iqe.org.br/programas/fundamentos_pro_formador.pdf>. Acesso em 11 ago. 2016.

____ - Instituto Qualidade no Ensino. **Pró-formador**. Disponível em: <<http://www.iqe.org.br/programas/programas.php>>. Acesso em 11 ago. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **O projeto de educação Nacional: a desatenção aos critérios de qualidade das aprendizagens escolares**. In: Fórum Brasil de Educação. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/livros/conferências/mostra_documento>. Acesso em: 28 ago. 2016.

LIMEIRA, Prefeitura Municipal de. **Estatuto do Magistério Público Municipal**. Lei Complementar nº 461, 02 de junho de 2009. Alterações: Lei Complementar nº. 470, de 06 de julho de 2009; Lei Complementar nº. 472, de 08 de julho de 2009; Lei Complementar nº. 497, de 1º de dezembro de 2009; Lei Complementar nº. 540, de 17 de agosto de 2010; Lei Complementar nº. 613, de 20 de dezembro de 2011; Lei Complementar nº. 632, de 17 de abril de 2012. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

____. **Jornal Oficial do Município – JOM**. Disponível em: <http://serv42.limeira.sp.gov.br/jof/NetJornal_cns_edicoes_site/>. Acesso em: jun. de 2016.

____. **Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira**. Lei Complementar nº 442, de 12 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.limeira.sp.gov.br/legislacoes/files/fazenda/Plano%20Diretor/442%20Plano%20Diretor%20de%20Limeira.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

____. **Lei Complementar nº 183/1997**: cria a Rede Municipal de Ensino de Limeira. Limeira, SP, 1997.

LIMEIRA – SP. **SME Legal**. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: ago. 2016.

MARIN, A. J. **Educação Continuada: Introdução a uma análise de termos e concepções**. In: Cadernos CEDES. Campinas: Papirus, n. 36; educação continuada; 1. ed. p. 13 - 20. Campinas, 1995.

MARSIGLIA, A. C. G. **Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial na rede estadual de ensino paulista: análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008**. 2011. 227f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara – Araraquara/ SP, 2011.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes Parâmetros em Ação**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/parametros-em-acao/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes Cenpec**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/cenpec/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PEREIRA, J. C. S. **Educação Infantil no município de Limeira – SP: Um estudo comparativo do desempenho de alunos de creches e pré-escolas nos anos iniciais do**

Ensino Fundamental. 191f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG – 2014.

PEREIRA, C. M. Artigo: **Educação de jovens e adultos: uma contribuição à discussão da proposta pedagógica da rede estadual de ensino.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/983-4.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

PLATAFORMA DO LETRAMENTO. **Materiais dos projetos — material do projeto estudar pra valer!...** . In: **Revista online** - 09/06/2014. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/552/material-do-projeto-estudar-pra-valer.html>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ROSSINI, S. C. I. **Análise da implementação do sistema de avaliação educacional em Limeira-SP a partir da atuação dos gestores escolares das escolas pesquisadas.** 136f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2013.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **PROJETO LETRA E VIDA.** Secretaria da Educação - 28/07/2003. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/projeto-letra-e-vida>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. **Programa Ler e Escrever: apresentação.** Secretaria da Educação – Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. Disponível em: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/UplConteudo.ashx?jksdkasdk=184&OT=O>>. Acesso em 15 ago. 2016.

SAVIANI, D. **A Função Docente e a Produção do Conhecimento.** Revista Educação e Filosofia, v. 11, n. 21 e 22. jan./ jun e jul./ dez. 1997. p. 127 – 140.

_____. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do HISTEDBR”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html>. Acesso em: jul. 2017.

_____. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40. Jan./ Abr. 2009. p. 143 – 155.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 4.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção memória da educação).

SILVA, A. V. **A elaboração da proposta curricular para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública municipal de Limeira durante o ano de 2013: uma análise sobre os contextos de influência e produção de texto.** 2014. 198f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG – 2014.

SILVESTRE, F. G. **O professor alfabetizador: sua formação, o programa “Letra e Vida” e as lacunas conteudísticas.** 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93867/silvestre_fg_me_arafcl.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SME, Prefeitura Municipal de Limeira. **Regimento Comum Das Escolas Da Rede Municipal De Ensino De Limeira** – Secretaria Municipal da Educação. Homologado em 03 de março de 2011. Disponível em: <<https://smelegal.wordpress.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

- Ano: 2001	Periodicidade	TEMA
<p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Língua Portuguesa</p> <p>- Período de realização: De 08/02 a 27/11</p> <p>- Carga Horária: 64h</p> <p>- Atendimento: 1790 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores Coordenadores de Ensino Fundamental, Professores de Ensino Fundamental, Diretores e Professores de EJA.</p>	<p>Fevereiro: 1 Março: 5 Abril: 7 Maio: 6 Junho: 6 Agosto: 4 Setembro: 3 Outubro: 4 Novembro: 2</p>	<p>-reflexão de práticas pedagógicas na alfabetização; -análise de metodologias: tradicional X construtivismo; -princípios da alfabetização; -fases da aquisição da escrita; -atividades para fase de alfabetização; -reflexão sobre habilidades de leitura e produção; -o trabalho com textos em Língua Portuguesa; -história da escrita; -sistema de escrita da Língua Portuguesa; -planejamento e sua relação com a prática pedagógica; -ortografia; -análise de sugestões das avaliações; -métodos de alfabetização tradicional; -intervenções de acordo com as fases da escrita; -elementos do texto narrativo; -leitura e produção de texto epistolar; -construção de atividades para o avanço dos alunos; -plano de ensino: relação entre conteúdo e habilidades; -a importância da intervenção para a construção da escrita; -o trabalho com diversidade textual; -histórias em quadrinhos; -uso da linguagem oral.</p>
<p>- Ano: 2001</p> <p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Matemática</p> <p>- Período de realização: De 30/03 a 27/11</p> <p>- Carga Horária: 49h20</p> <p>- Atendimento: 1236 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental, Professores Coordenadores da Educação Infantil e Ensino Fundamental.</p>	<p>3 ao mês, exceto julho e novembro (1)</p>	<p>-a questão da numeralização; -significados dos números em sala de aula; -atividades relativas a numeralização; -o conjunto dos números naturais; -o sistema de numeração decimal: histórias e suas características; -sistema de numeração decimal: análise e suas características; -atividades sobre o SND I; -atividades sobre o SND II; -numeralização: números naturais; -números naturais: conceito e representação; -numeralização: resolução de problemas; -jogos e brincadeiras: uma maneira gostosa de aprender conceitos Matemáticos; -estratégias de resolução de problemas; -resolução de problemas; -orientações para a elaboração da Avaliação de Matemática.</p>
<p>- Ano: 2002</p>	<p>Fevereiro: 4 Março: 3</p>	<p>-analizando os instrumentos da avaliação 2001 e Plano de Ensino;</p>

<p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Língua Portuguesa</p> <p>- Período de realização: De 14/02 a 25/11</p> <p>- Carga Horária: 34h30</p> <p>- Atendimento: 813 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores Coordenadores de Ensino Fundamental e educação Infantil, Professores de Ensino Fundamental, Professores da recuperação paralela e Professores de EJA.</p>	<p>Abril: 1 Maio: 1 Junho: 2 Julho: 1 Agosto: 1 Setembro: 2 Novembro: 1</p>	<p>-reflexões sobre o Plano de Ensino; -reflexões sobre avaliação e Plano de Ensino EJA; -levantamento das habilidades do 5º ano; -produção de atividades a partir de habilidades da alfabetização; -texto jornalístico; -o trabalho com poemas; -habilidades X atividades; -história da escrita e fases da aquisição; -sistema de escrita da Língua Portuguesa e ortografia; -texto narrativo; -história em quadrinhos; -planejamento da educação Infantil; -texto poético.</p>
<p>- Ano: 2002</p> <p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Matemática</p> <p>- Período de realização: De 30/01 a 24/10</p> <p>- Carga Horária: 33h</p> <p>- Atendimento: 384 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental, Professores Coordenadores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, Professores da EJA, Professores de recuperação paralela e Professores de recuperação de ciclo.</p>	<p>Janeiro: 2 Fevereiro: 2 Março: 4 Abril: 1 Maio: 3 Junho: 2 Julho: 1 Agosto: 1 Setembro: 1 Outubro: 1</p>	<p>-ensinando geometria; -análise da avaliação e orientação para o planejamento EJA; -situação-problema: ideias da multiplicação e divisão; -situação-problema: ideias da adição e subtração; -princípios da contagem; -planejamento: levantamento das habilidades; -análise dos resultados das avaliações de dezembro de 2001: Matemática; -resolução de problemas; -planejamento da Educação Infantil e reflexões; -planejamento do Ensino Fundamental e reflexões.</p>

<p>- Ano: 2003</p> <p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Língua Portuguesa</p> <p>- Período de realização: De 06/02 a 28/08</p> <p>- Carga Horária: 207h</p> <p>- Atendimento: 1956 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores Coordenadores de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores Coordenadores de Ensino Fundamental, Professores de Ensino Fundamental, Professores de EJA e Professor Coordenador de EJA.</p>	<p>Fevereiro: 3 Março: 6 Abril: 6 Maio: 5 Junho: 2 Agosto: 5</p>	<p>Ensino Fundamental: -níveis de escrita; -esquema textual da narrativa; -história em quadrinhos; -tipologia textual; -texto jornalístico; -texto poético; -planejamento;</p> <p>EJA: -planejamento; -fechamento do Plano de Ensino; -plano de Ensino da Educação Especial; -entendendo a grade de habilidades por meio de atividades; -atividades interdisciplinares a partir do poema; -texto jornalístico na alfabetização; -Língua Portuguesa; -Matemática; -Natureza e Sociedade; -encontro pedagógico;</p> <p>Educação Infantil: -planejamento; -fechamento do plano de ensino; -análise de escritas infantis; -o trabalho com a diversidade textual.</p>
<p>- Ano: 2003</p> <p>- Atividade: Formação e planejamento na área de Matemática</p> <p>- Período de realização: De 14/02 a 30/07</p> <p>- Carga Horária: 45h</p> <p>- Atendimento: 1053 pessoas</p> <p>- Público Alvo: Professores Coordenadores de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores Coordenadores de Ensino Fundamental,</p>	<p>Fevereiro: 1 Março: 6 Abril: 1 Maio: 1 Junho: 2 Julho: 3</p>	<p>-a Matemática e o espacial; -material dourado; -habilidades em defasagem: Recuperação de Ciclo; -planejamentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial.</p>

Professores de Ensino Fundamental, Professores de Recuperação de Ciclo, Professores de Recuperação Paralela, Professores de EJA, Professor Coordenador de EJA, Professores de Educação Especial e Professor Coordenador de Educação Especial.		
---	--	--

Fonte: Quadro 1 criado pela autora com base no relatório de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação – capacitações realizadas de 2001 a 2003 – arquivo impresso do CEMEP.

APÊNDICE 2

	Tema	Objetivo	Conteúdo
<p>- Ano: 2004</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Professora Coordenadora da unidade escolar do projeto piloto e Profissionais que atuavam no CEMEP</p> <p>- Carga Horária: 8h para cada encontro</p> <p>1ª oficina: 27/02 2ª oficina: 16/04 3ª oficina: 18/06 4ª oficina: 05/08 5ª oficina: 21/10</p> <p>Total: 40h</p>	Oficina Teórico-metodológica de Matemática	<p>-apresentar o desenho do projeto;</p> <p>-problematizar os dados iniciais do diagnóstico;</p> <p>-discutir sobre o ensino/ aprendizagem do tema definido pela demanda do grupo;</p> <p>-vivenciar e elaborar atividades relacionadas ao tema;</p> <p>-relacionar o trabalho desenvolvido na oficina aos pressupostos que orientam o programa de formação do Projeto quanto à concepção de Matemática e seu ensino do Projeto.</p>	<p>1ª oficina</p> <p>-leitura de HQ;</p> <p>-apresentação do desenho do Projeto;</p> <p>-o que os dados do diagnóstico revelam;</p> <p>-vivências sobre o tema definido pela demanda do grupo;</p> <p>-vídeo: O brincar e a Matemática – Kátia Stocco Smole, Maria Ignez Diniz e Patrícia Cândido;</p> <p>-planejando e elaborando vivências;</p> <p>-avaliação do encontro.</p> <p>Tarefa: levar produções de alunos e/ou registros de professor sobre o trabalho realizado a partir do tema discutido na oficina.</p>
		<p>-refletir sobre o sentido e significado do ensino da Geometria;</p> <p>-discutir sobre o ensino/ aprendizagem e avaliação dos conteúdos</p>	<p>2ª oficina</p> <p>-leitura do livro: Domínio das cores – Roberto Caldas;</p> <p>-o que se ensina de Geometria nas escolas;</p> <p>-vivência: explorando as formas do ambiente – pesquisando embalagens;</p> <p>-retomando os textos da aula</p>

		<p>relacionados ao tema Espaço e Forma; -vivenciar e elaborar atividades relacionadas ao tema.</p>	<p>anterior e socialização das experiências dos professores – exposição dos grupos; -vivência: explorando formas – Tangram e Geoplano; -o ensino da Geometria e o livro didático; -avaliação do encontro.</p> <p>Tarefa: levar produções de alunos e/ou registros de professor sobre o trabalho realizado a partir do tema discutido na oficina. E ler o texto Ensino e Aprendizagem de matemática no 1º / 2º ciclo – PCN. Elaborar 1 questão sobre o texto.</p>
3ª oficina			
		<p>-discutir sobre os diferentes significados das operações adição e subtração e as relações existentes entre elas; -fazer um estudo reflexivo do cálculo, contemplando os diferentes tipos: exato e aproximado. Mental e escrito, promovendo a construção, pelo aluno, de um repertório básico para o seu desenvolvimento; -vivenciar e elaborar atividades relacionadas a essas operações; -discutir sobre os limites e possibilidades do uso de recursos como a calculadora, material dourado, material Cuisinaire e jogos no ensino das operações.</p>	<p>-música: Cotidiano – Chico Buarque; -tema: operações adição e subtração -vivência: o ensino e aprendizagem das operações adição e subtração – resolução de problemas; -estudo e discussão do texto Adição e subtração: significados extraídos do PCN – Matemática e comparação com a proposta de ensino desse conteúdo do livro didático adotada pela escola; -vivência: explorando alguns recursos para o ensino das operações; -o uso da calculadora – texto para aprofundamento: A influência da calculadora na resolução de problemas matemáticos – Kátia M. de Medeiros; O uso do material dourado; O uso do material Cuisinaire; -o uso dos jogos; -avaliação do encontro. Tarefa: levar produções de alunos e/ou registros de professor sobre o trabalho realizado a partir do tema discutido na oficina. Ler texto sobre resolução de problemas</p>
4ª oficina			
		<p>-discutir sobre os diferentes significados das operações multiplicação e divisão e as relações existentes entre elas; -refletir sobre os</p>	<p>-leitura: Tocaram a campainha – Hutchins, Pat; -explorando alguns recursos para o ensino das operações; -explorando alguns recursos para o ensino das operações; -o uso de jogos, do material</p>

		<p>limites e possibilidades do uso de recursos como material dourado, material Cuisinaire e jogos no ensino das operações;</p> <p>-discutir sobre a importância da resolução de problemas no ensino e aprendizagem Matemática;</p> <p>-vivenciar e elaborar atividades relacionadas ao tema.</p>	<p>dourado e do material Cuisinaire;</p> <p>-estudo e discussão do texto: Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática – D. Fiorentini e M. A. Miorim;</p> <p>-relatos de práticas;</p> <p>-leitura do texto: O feiteiro “Triplo” e o anão “Dobro”;</p> <p>-vivência: O ensino e aprendizagem das operações multiplicação e divisão – resolução de problemas;</p> <p>-estudo e discussão do texto: Resolução de problemas e Comunicação – M. I. Diniz;</p> <p>-o ensino das operações multiplicação e divisão e o livro didático;</p> <p>-avaliação do encontro.</p>
		5ª oficina	
		<p>-discutir o significado do número racional e de suas representações (fracionária e decimal), a partir de seus diferentes usos no contexto social;</p> <p>-discutir sobre a importância da resolução de problemas no ensino e aprendizagem da matemática;</p> <p>-refletir sobre a avaliação em matemática analisando as práticas mais frequentes e as concepções que as embasam.</p>	<p>-leitura: A escolha (charge) – Tonuci;</p> <p>-devolutiva da avaliação do 4º encontro;</p> <p>-análise de extrato de aula;</p> <p>-numerais racionais: atividades envolvendo a representação fracionária e decimal do número racional;</p> <p>-análise do livro didático;</p> <p>-resolvendo diferentes tipos de problemas;</p> <p>Práticas de avaliação: o que e como se avalia a aprendizagem dos alunos;</p> <p>-avaliação do encontro.</p>
<p>- Ano: 2005</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Profissionais que atuavam no CEMEP</p> <p>- Carga Horária: 8h para cada encontro</p> <p>Encontro/ oficina:</p>	<p>Encontro de gestores</p> <p>E Oficina Teórico-metodológica de Língua Portuguesa</p>	1º Encontro	
		<p>-diagnóstico inicial;</p> <p>-apresentação do programa Território Escola e do Projeto Estudar Pra Valer!</p>	<p>-acolhimento;</p> <p>-música: Porta entreaberta – Ivan Lins;</p> <p>-exposição da pauta;</p> <p>-apresentação do programa Território Escola;</p> <p>-apresentação do Projeto Estudar Pra Valer!;</p> <p>-elaboração do contrato pedagógico;</p> <p>-texto: Função social da escola e dinâmica em grupo;</p> <p>-síntese do dia;</p>

<p>1ª - 10, 11, 12 /05 2ª - 15, 16 /06 3ª - 16, 17, 18 /08 4ª - 21, 22 /09 5ª - 19, 20 /10 6ª - 16, 17 /11</p> <p>Total: 112h</p>			-avaliação do dia; -ciranda da Lia.
	2º Encontro		
	-conhecer o papel do gestor e suas funções; -estudar concepção de alfabetização na perspectiva do letramento; -trabalhar com projetos de leitura e escrita.		-acolhimento; -retomada do encontro anterior e devolutiva das avaliações; -retomada da tarefa; -texto: O papel do gestor e dinâmica em grupo; -projetos de leitura e escrita; -síntese do dia; -tarefa; -avaliação do encontro.
	3º Encontro		
	-realizar um trabalho diversificado através da leitura e escrita.		-acolhimento; -retomada do encontro anterior e devolutiva das avaliações; -retomada da tarefa; -texto: Trabalho diversificado e dinâmica em grupo; -trabalho de leitura e escrita; -síntese do dia; -tarefa; -avaliação do encontro.
	4º Encontro		
- ler textos dos gêneros Fábulas, Mitos e Lendas		-acolhimento; -retomada do encontro anterior e devolutiva das avaliações; -retomada da tarefa; -texto: Mito e Ciência; Projeto Mitos e lendas; Projeto Fábulas; A família conta histórias; Projeto Histórias que a família conta. -trabalho: criando fábulas -escrita; -síntese do dia; -tarefa; -avaliação do encontro.	
5º Encontro			
-irradiar o projeto Estudar Pra Valer!; -fundamentar teoricamente para avaliar.		-acolhimento; -música: Margarida – Roupas Nova; -retomada do encontro anterior e devolutiva das avaliações; -notícias do Projeto; -fundamentação teórica: Avaliação/ Portfólio: Portfólio: a avaliação compartilhada; Avaliação. -acompanhamento: papel do gestor; -síntese do dia; -tarefa;	

			-avaliação do encontro.
		6º Encontro	
		Não há registro oficial	
<p>- Ano: 2006</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Professores, Professores Coordenadores e Diretores</p> <p>- Carga Horária: 8h para cada encontro</p> <p>1º encontro 2º encontro 3º encontro 4º encontro 5º encontro</p> <p>Total: 40h</p> <p>Três visitas de acompanhamento de 8h cada:</p> <p>Total: 24 h/ano</p>	<p>Encontros e Acompanhamentos, apoio e intervenção na unidade escolar da aplicação na área de Língua Portuguesa</p>	1ª Encontro	
		<p>-apresentar o programa; -abordar a Avaliação Diagnóstica Inicial.</p>	<p>-abertura: Fundação VW; -acolhimento; -leitura: “Reinauguração (Carlos Drummond de Andrade); -apresentação dos participantes; -introdução da formação / 2006: Apresentação do CENPEC, Programa Território Escola, Projeto EPV! E Comunidade Virtual; Calendário dos encontros. -diário de bordo; -notícias do projeto; -oficina de leitura; -tarefa; -avaliação; -encerramento.</p>
		2ª Encontro	
		<p>-investir na formação conjunta de Professores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores; -implementar as orientações curriculares de Língua Portuguesa em leitura e escrita;</p>	<p>-acolhimento; -aprendizagem da leitura e da escrita no primeiro ciclo do Ensino Fundamental; -diário de bordo; -notícias do projeto; -tarefa; -avaliação; -encerramento.</p>
		3ª Encontro	
		<p>-avaliar o ano; -levantar perspectivas para 2007.</p>	<p>-estudo exploratório envolvendo alunos e professores com foco no projeto Estudar Pra Valer!: Realizado na escola acompanhada, junto a 4 classes – 1 de cada série; Data para a aplicação das atividades (estudo exploratório) junto aos alunos dessas classes – 04 e 05 de outubro de 2006; Entrevista com a direção da escola, com os professores, alguns alunos e pais; Preenchimento do mapa do rendimento escolar dos alunos das classes acompanhadas, referente ao ano anterior (resultados de 2005) pelo gestor da escola; Produções dos alunos e alguns registros do professor, como</p>

			<p>planejamento e atividades que ele realizou.</p> <p>-entrega do 2º relatório parcial/ FVW com dados sobre Limeira;</p> <p>-devolutiva do 2º encontro de formação;</p> <p>-mostra do final do ano – definição;</p> <p>-avaliação do ano (Balanço do ano): Álbum de recordações; Pôster com a trajetória do EPV! Nesses dois anos;</p> <p>-perspectivas para 2007: Planejamento do início do ano; Sobreposição de projetos – esclarecimentos para os professores.</p>
		4º e 5º Encontro	
		Não há registro oficial	
<p>- Ano: 2007</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Professores, Professores Coordenadores e Diretores</p> <p>- Carga Horária: 8h para cada encontro</p> <p>1º encontro 2º encontro 3º encontro 4º encontro</p> <p>Total: 40h</p> <p>Seis visitas de acompanhamento de 8h cada:</p> <p>Total: 48 h/ano</p>	<p>Encontros e Acompanhamentos, apoio e intervenção na unidade escolar da aplicação na área de Língua Portuguesa</p>	<p>1º Encontro</p> <p>-compartilhar a visão de letramento, na qual a apropriação da leitura e escrita ocorra em contextos reais e significativos por meio da criação e execução de projetos.</p>	<p>-realização de avaliação da escrita por meio de portfólio para todas as escolas;</p> <p>-acompanhamento por meio de visitas a todas as escolas a Rede Municipal;</p> <p>-implementação do Clube de Leitura nas escolas de Ensino Fundamental;</p> <p>-suporte e estímulo aos projetos desenvolvidos pelas escolas que envolvam leitura e escrita;</p> <p>-utilização do trabalho diversificado em sala de aula como uma das formas de garantir o sucesso no processo ensino-aprendizagem.</p>

<p>- Ano: 2007</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Profissionais que atuavam no CEMEP</p> <p>- Carga Horária:</p> <p>Março: 2 encontros, 1 visita à unidade escolar e 1 reunião: 8h cada = 32h;</p> <p>Abril: 2 encontros: 8h cada = 16h;</p> <p>Mai: 2 reuniões e 3 encontros: 8h cada = 40h;</p> <p>Junho: 2 encontros e 1 reunião: 8h cada = 24h;</p> <p>Julho: 1 encontro e 1 reunião: 8h cada = 16h;</p> <p>Agosto: 4 encontros e 2 reuniões: 8h cada = 48h;</p> <p>Setembro: não teve;</p> <p>Outubro: 2 encontros e 2 reuniões: 8h cada = 32h;</p> <p>Novembro: 2 encontros: 8h cada = 16h;</p> <p>Total no ano: 224h.</p>	<p>Sequência Didática: Matemática</p>	<p>Orientar os profissionais que atuam na formação continuada da SME de Limeira na aplicação do programa EPV através da experiência dos municípios de Resende, Bebedouro e São Carlos.</p>	<p>- reuniões, encontros e visitas às unidades escolares desses municípios;</p> <p>- oficinas teórico- metodológicas;</p>
<p>- Ano: 2007</p> <p>- Série sugerida: 1ª</p>	<p>Sequência Didática: A subtração e a</p>	<p>Analisar e interpretar situações problema relacionadas com a</p>	<p>-resolução e formulação de situação problema relacionado à ideia de comparação;</p>

<p>série</p> <p>- Atendimento: Coordenador Pedagógico e Professores do Ensino Fundamental</p> <p>- Carga Horária: Não há registro</p>	<p>ideia de comparação</p>	<p>subtração com o foco na comparação e resolvê-las por meio de estratégia pessoal.</p>	<p>-utilização do sinal convencional na escrita da subtração.</p>
<p>- Ano: 2007</p> <p>- Série sugerida: 2ª a 4ª série</p> <p>- Atendimento: Coordenador Pedagógico e Professores do Ensino Fundamental</p> <p>- Carga Horária: Não há registro</p>	<p>Sequência Didática: Leitura de problemas – problemas com falta ou excesso de dados.</p>	<p>Desenvolver habilidades de leitura que possibilite a interpretação e compreensão do enunciado de problemas com falta ou excesso de dados.</p>	<p>-estratégias e procedimentos de leitura; -valorizar a troca de experiências com seus pares como forma de aprendizagem; -confiar na própria capacidade para elaborar estratégias pessoais para resolver problemas.</p>
<p>- Ano: 2008</p> <p>- Série sugerida: Todas</p> <p>- Atendimento: Professores de 1ºano do Ensino Fundamental de 9 anos, Coordenador Pedagógico e Diretores</p> <p>- Carga Horária: Não há registro</p>	<p>Encontros e Acompanhamentos, apoio e intervenção na unidade escolar da aplicação na área de Língua Portuguesa</p>	<p>-promover a aprendizagem da leitura, escrita e produção de texto nos anos iniciais do Ensino Fundamental</p>	<p>-acolhimento; -introdução da formação / 2008: Apresentação do CENPEC, Programa Território Escola, Projeto EPV! Calendário dos encontros. -Fundação Volkswagen - considerações; -Secretaria Municipal de Limeira – considerações; -encaminhamentos 2008: aprendizagem da leitura e da escrita no primeiro ciclo do Ensino Fundamental; reuniões, encontros e visitas às unidades escolares do município; oficinas teórico- metodológicas; -encerramento.</p>
<p>- Ano: 2010</p> <p>- Série sugerida: 1ª série</p> <p>- Atendimento: Coordenador Pedagógico e Professores do</p>	<p>Sequência didática: LP - leitura de letra da canção, leitura de livro e análise linguística-</p>	<p>Desenvolver habilidades de leitura que possibilite a interpretação e compreensão de textos de diferentes gêneros, trabalho interdisciplinar com a matemática</p>	<p>-estratégias e procedimentos de leitura; -reconhecer a especificidade do gênero textual trabalhado; -fazer análise linguística de algumas palavras dos textos; -reconhecer o posicionamento de coisas e objetos a partir da análise topológica da situação-problema;</p>

Ensino Fundamental - Carga Horária: Não há registro	consciência fonológica. MAT – noções topológicas. ARTE – análise de obra de arte (quadros)	desenvolvendo noções topológicas e analisar obras de arte a partir de uma temática (CASA).	-observar e analisar a especificidade de duas obras de arte e compará-las, sabendo diferenciá-las.
---	--	--	--

Fonte: Quadro 2 criado pela autora criada com base nas pautas de formação continuada do programa Território Escola em Limeira, SME – arquivo pessoal cedido por cursistas - impresso, 2004 a 2010.

APÊNDICE 3

	Objetivos	Conteúdos
ANO: 2006 Período de realização: abril à novembro Regularidade: semanalmente Carga horária: 180h Público Alvo: professores alfabetizadores Atendimento: 60 professores	Módulo 1 – Unidade 1	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um contexto favorável para a aprendizagem de todos. • Apresentar e discutir as expectativas de aprendizagem, relacionando-as com o processo de formação. • Estabelecer combinados que reflita uma concepção de formação orientada por estratégias metodológicas de resolução de problemas e apoiada na discussão da prática pedagógica, na aprendizagem em parceria e no trabalho coletivo. • Sensibilizar os professores para a importância do registro escrito no processo de formação profissional e de desenvolvimento pessoal. • Explicar a estrutura e o funcionamento do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de formação. • Expectativas de aprendizagem. • Contrato didático. • Registro escrito como recurso de formação profissional e desenvolvimento pessoal. • Importância do processo pessoal de alfabetização na relação com a leitura e a escrita. • Estrutura e funcionamento do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores.
	Módulo 1 – Unidade 2	
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, através da contextualização histórica das práticas de alfabetização no século XX, no mundo ocidental. • Explicitar e discutir a concepção do grupo sobre ensino e aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de ensino e aprendizagem. • Identificação das concepções que existem por trás das experiências escolares relatadas.
Módulo 1 – Unidade 3		
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar e discutir hipóteses de escrita de alunos que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente. • Possibilitar a compreensão de que há atos inteligentes por trás das estranhas escritas 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de escrita. • Análise de escritas não-convencionais. • Observação das possibilidades de intervenção do professor 	

	<p>dos alunos que não sabem ler e escrever.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular os professores a observarem de maneira investigativa as produções escritas de seus alunos, para que encontrem nelas elementos que lhes permitam compreender o momento de aprendizagem de cada um. • Favorecer o desenvolvimento de procedimentos de estudo de textos expositivos. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<p>em uma situação diagnóstica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de estudo de textos expositivos. • Procedimentos para fazer registros de forma organizada.
Módulo 1 – Unidade 4		
	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar e discutir escritas pré – silábicas. • Possibilitar a compreensão de que há atos inteligentes por trás das estranhas escritas dos alunos que não sabem ler e escrever. • Estimular os professores a observar de maneira investigativa as produções escritas de seus alunos, para que encontrem nelas elementos que lhes permitam compreender o momento de aprendizagem de cada um. • Incentivar os professores a identificar os avanços, dificuldades e necessidade de aprendizagem de seus alunos. • Relacionar os conteúdos estudados à prática pedagógica. • Tematizar as possibilidades de compreender o que os alunos sabem sobre a escrita. • Favorecer o desenvolvimento de procedimentos de estudo de textos expositivos. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de escrita pré-silábica. • Análise de escritas não convencionais. • Observação das possibilidades de intervenção do professor em uma situação diagnóstica. • Implicações pedagógicas dos conteúdos abordados na unidade. • Procedimentos para estudar textos expositivos. • Procedimentos para fazer registros de forma organizada.
Módulo 1 – Unidade 5		
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o fato de que os alunos podem e devem escrever, mesmo antes de estarem alfabetizados. • Mostrar de que forma o ato de escrever coloca bons problemas para os alunos pensarem sobre a escrita. • Evidenciar o quanto a produção dos alunos informa o professor sobre o que eles pensam e o que sabem sobre a escrita. • Discutir que por trás da ideia de que os analfabetos podem escrever – aprender com isso – existe uma concepção de ensino aprendizagem. • Discutir a importância do registro reflexivo no processo de formação dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de escrita para saber o que os alunos sabem. • Atividade de escrita para favorecer a aprendizagem. • Planejamento de situação didática. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada. • Procedimentos para registrar de forma reflexiva o desenvolvimento de uma atividade.

	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	
Módulo 1 – Unidade 6		
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as ideias que as crianças possuem sobre a leitura antes de saber ler convencionalmente. • Apresentar a evolução das hipóteses sobre a leitura. • Tematizar as hipóteses de leitura. • Valorizar os conhecimentos que as crianças possuem sobre a leitura mesmo quando não estão alfabetizadas. • Discutir a importância do registro reflexivo para a formação do professor. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de crianças não - leitoras sobre o que está escrito e o que se pode ler. • Evolução das hipóteses infantis de leitura. • Análise das hipóteses infantis de leitura. • Valorização dos conhecimentos infantis sobre a leitura. • Importância do registro reflexivo sobre uma atividade desenvolvida. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada.
Módulo 1 – Unidade 7		
	<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar os processos envolvidos no ato de ler. • Discutir como se dá o processo de leitura e quais são as estratégias usadas pelo leitor. • Esclarecer que ao lermos temos muitas hipóteses a respeito do conteúdo do texto e que elas são construídas, em grande medida, a partir do nosso conhecimento prévio sobre o assunto tratado, bem como de nossa familiaridade com o gênero do texto. • Mostrar que os procedimentos envolvidos na leitura são construídos no uso, à medida que são mobilizados. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Processos envolvidos no ato de ler. • O que é ler. • Análise do processo de leitura. • Estratégias de leitura: decodificação, inferência, seleção, antecipação e verificação. • Procedimentos de leitura de textos utilizados pelos alunos que ainda não sabem ler: ajuste da "leitura" de textos conhecidos à escrita e combinação de estratégias de leitura. • Conhecimento prévio que ajuda a ler (conteúdo do texto, gênero etc.). • Análise de atividades de leitura para alunos não-alfabetizados. • Desenvolvimento da autonomia para analisar situações didáticas de leitura. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada.
Módulo 1 – Unidade 8		
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar a discussão sobre os procedimentos possíveis e /ou necessários 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos possíveis e /ou necessários para ler quando

	<p>para ler quando não se sabe ler.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mostrar aos professores que por meio de atividades que põem em uso esses procedimentos é possível aprender mais rapidamente a ler e escrever. • Propiciar a reflexão sobre como os critérios de agrupamentos podem contribuir para aprendizagem dos alunos. • Mostrar que quando se agrupa os alunos adequadamente eles trabalham bem e isso permite que o professor atenda mais apropriadamente os grupos que requerem maior ajuda pedagógica. • Mostrar como a utilização de atividades socialmente consideradas como passatempo na alfabetização não significa que as situações lúdicas sejam necessárias para aprender a ler e escrever. • Relacionar os conteúdos estudados à prática pedagógica. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<p>não se sabe (ajuste do que se sabe de cor com o que está escrito e combinação de estratégias de decodificação, seleção, antecipação e verificação).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1 - 1997. • Diferentes situações didáticas que demandam o uso dos procedimentos de leitura para quem ainda não sabe ler e escrever convencionalmente. • Diferentes critérios de formação de grupos. • A natureza reflexiva das situações de leitura propostas. • Planejamento de situações didáticas de leitura para alunos não-alfabéticos. • Análise de situações didáticas. • Implicações pedagógicas dos conteúdos abordados nas Unidades 6, 7 e 8. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada.
Módulo 1 – Unidade 9		
	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar os conteúdos de alfabetização no conjunto das práticas de ensino da língua portuguesa. • Mostrar aos professores que a criança chega à escola com alguns conhecimentos sobre a função da escrita, decorrentes de sua participação em práticas de leitura e escrita presentes no contexto social. • Enfatizar que por meio da leitura (mesmo que escutada) se aprende a linguagem utilizada nos textos escritos, e que essa é uma condição para produzir textos de qualidade. • Conscientizar os professores da importância da leitura diária para os alunos. • Favorecer o desenvolvimento de procedimentos de estudo de textos expositivos. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de alfabetização e letramento. • As práticas sociais de leitura e escrita dentro e fora da escola. • A importância da leitura na formação de leitores e escritores competentes. • Definição de ambiente alfabetizador. • Análise de produções de textos. • Propostas didáticas de alfabetização. • Procedimentos necessários para estudar textos expositivos. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada.

Módulo 1 – Unidade 10	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o planejamento como documento que traduz a concepção dos professores a respeito de como ocorre o processo de ensino e de aprendizagem. • Mostrar que a elaboração coletiva do planejamento é uma ação fundamental para que o trabalho dos professores tenha unidade. • Possibilitar a compreensão do planejamento como um instrumento útil para orientar a prática pedagógica. • Discutir a flexibilidade do planejamento em função da avaliação dos objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento como conjunto de objetivos que determina e orienta a intervenção pedagógica. • Planejamento como instrumento que: <ul style="list-style-type: none"> - explicita a intenção educativa de um grupo de professores; - possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos diferentes professores; - permite a reflexão e a tomada de decisões coletivas; - evita a ruptura e a excessiva fragmentação dos objetivos e conteúdos desenvolvidos nos diferentes ciclos de escolaridade; dá sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas que são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados; - permite ao professor avaliar seu percurso de trabalho, sem perder de vista os objetivos que devem ser desenvolvidos no ciclo. - registro escrito como recurso para o maior entendimento de "para quê", "o quê" e "como" se desenvolve a prática pedagógica em sala de aula.
Módulo 2 – Unidade 1	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os conhecimentos e procedimentos necessários para organizar uma rotina. • Discutir a adequação da rotina em função dos objetivos e conteúdos propostos para o ano. • Orientar a elaboração de uma rotina de trabalho, considerando as diferentes formas de organizar os conteúdos. • Ressaltar a importância de atividades diferenciadas e desafiadoras na organização do trabalho pedagógico. • Mostrar que a organização intencional do trabalho pedagógico reverte em melhor aproveitamento do tempo, permitindo incluir na rotina atividades de reflexão sobre o sistema alfabético e atividades de letramento. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de uma rotina. • Formas de organizar os conteúdos (modalidades organizativas). • Importância da organização do trabalho pedagógico para o alcance dos objetivos da série. • Procedimentos necessários para elaborar uma rotina. • Elaboração de uma rotina de trabalho. • Procedimentos necessários para fazer registros de forma organizada.

Módulo 2 – Unidade 2	
<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar as questões que envolvem a heterogeneidade na sala de aula. • Apresentar possibilidades de trabalho pedagógico, considerando as diferenças de saber entre os alunos e suas necessidades de aprendizagem. • Tematizar as relações entre o conhecimento das hipóteses de escrita e a intervenção pedagógica do professor. • Discutir a possibilidade de agrupar os alunos com escrita pré - silábica de forma produtiva. • Relacionar os conteúdos estudados à prática pedagógica. • Comprovar as vantagens pedagógicas da heterogeneidade. • Favorecer o desenvolvimento de procedimentos de sistematização de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de escrita. • Agrupamentos. • Contribuições pedagógicas dos conteúdos abordados nesta Unidade. • Procedimentos para sistematizar informações.
Módulo 2 – Unidade 3	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a importância do nome próprio durante todo o processo de alfabetização. • Mostrar como as atividades de leitura e escrita do próprio nome e do nome do colega contribuem para a compreensão do sistema de escrita. • Explicitar as contribuições do trabalho com nome próprio para os alunos, desde a hipótese de escrita pré – silábica. • Ressaltar a importância dos nomes como elementos que ajudam a organizar o cotidiano dos alunos. • Enfatizar a necessidade de planejar as atividades com nomes para possibilitar a reflexão das características do sistema de escrita. • Explicitar a importância de propor o trabalho com o nome próprio dentro de situações reais de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nome próprio em situações reais de comunicação. • Atividades que envolvem a leitura e a escrita de nomes próprios. • Os nomes próprios como modelos estáveis de escrita. • Os nomes próprios como disparadores de reflexão sobre o sistema de escrita. • Lista de nomes. • Análise de atividades com nome próprio. • Planejamento de atividades com nome próprio.
Módulo 2 – Unidade 4 (parte I)	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o valor pedagógico do trabalho com listas na didática da alfabetização. • Aprofundar a discussão sobre os procedimentos possíveis e/ou necessários para ler quando não se sabe. • Estabelecer relações entre as representações dos alunos sobre o que está escrito e o que se pode ler, e o trabalho com listas. • Valorizar os conhecimentos que as crianças não - alfabetizadas possuem sobre a leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de leitura. • Hipóteses de leitura. • Procedimentos de leitura utilizados pelos alunos. • Análise de atividade de leitura de listas para alunos não - alfabetizados.

	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as possibilidades de intervenção do professor em atividades de leitura de listas. • Organizar um rol de sugestões de temas de listas que podem ser propostas aos alunos. 	
Módulo 2 – Unidade 4 (parte II)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o valor pedagógico do trabalho com listas na didática da alfabetização. • Discutir as possibilidades de intervenção do professor em atividades de escrita de listas. • Retomar os princípios didáticos que definem uma boa situação de aprendizagem. • Valorizar os conhecimentos que as crianças não -alfabéticas possuem sobre a escrita. • Sistematizar as informações discutidas nesta Unidade. • Orientar o planejamento de atividades de leitura e escrita de listas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de atividades de escrita de listas. • Intervenção pedagógica. • Princípios didáticos que definem uma boa situação de aprendizagem. • Hipóteses de escrita. • Sistematização de informações. • Planejamento de atividade de leitura e escrita de listas.
Módulo 2 – Unidade 5 (parte I)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar e discutir as contribuições pedagógicas do trabalho com textos que se sabe de cor em salas de alfabetização. • Analisar uma boa situação de aprendizagem sob aspectos predeterminados. • Instrumentalizar o professor para que possa organizar boas situações de aprendizagem a partir de textos como parlendas, canções, poesias etc. • Valorizar os conhecimentos que os alunos já possuem antes de ler e escrever convencionalmente. • Favorecer o desenvolvimento de procedimentos de estudo e de troca de ideias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses de escrita. • Hipóteses de leitura. • Estratégias de leitura. • Análise de atividade. • Intervenção pedagógica. • Planejamento de atividade.
Módulo 2 – Unidade 5 (parte II)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a investigar a própria prática, pela reflexão em parceria com outras pessoas. • Refletir sobre as dificuldades encontradas na realização das atividades com os alunos. • Rever a importância das intervenções realizadas pelo professor para o sucesso das situações de aprendizagem. • Compreender os princípios que fundamentam uma boa situação de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão sobre a própria prática. • Atividades que envolvem leitura, escrita e escuta do nome próprio, de listas e textos de memória. • Princípios norteadores para uma boa situação de aprendizagem: <ul style="list-style-type: none"> - os alunos precisam pôr em jogo tudo que sabem e pensam sobre o conteúdo que se quer ensinar; - os alunos têm problemas a resolver e decisões a tomar em

		<p>função do que se propõem a produzir;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a organização da tarefa pelo professor garante a mais ampla circulação de informação possível; - o conteúdo trabalhado mantém suas características de objeto sociocultural real, sem se transformar em objeto escolar vazio de significado social. <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção pedagógica.
Módulo 2 – Unidade 6		
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a capacidade de os alunos produzirem textos antes de saber escrever convencionalmente. • Enfatizar que é por meio da leitura (mesmo a ouvida) que se aprende a linguagem escrita, e que isso é condição para produzir textos de qualidade. • Tornar os professores conscientes da importância da leitura diária para os alunos. • Enfatizar que a leitura de textos nos diferentes gêneros¹ é determinante para produzir linguagem escrita. • Discutir a importância das atividades de reescrita e de reconto para a aprendizagem da linguagem que se escreve. • Evidenciar que o conto tradicional funciona como uma espécie de matriz para a escrita de narrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinção entre a capacidade de produzir textos e a capacidade de grafá-los. • Importância da leitura na formação de leitores e escritores competentes. • Leitura Compartilhada como parte da rotina cotidiana. • Atividades de reescrita e reconto. • Produção de textos em diferentes gêneros. • Importância da prática de ouvir histórias lidas para desenvolver a competência de produzir narrativas escritas.
Módulo 2 – Unidade 7		
	<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar a revisão textual focada nos aspectos relacionados à organização do discurso e do conhecimento linguístico de que os alunos dispõem. • Evidenciar o quanto a produção dos alunos pode informar ao professor sobre o que eles sabem a respeito da organização discursiva de textos escritos. • Mostrar que se aprende a revisar revisando, ou seja, esse é um conteúdo que deve ser ensinado. • Mostrar que revisar um texto vai muito além da correção de ortografia, concordância e pontuação. • Apresentar e discutir as possibilidades de trabalhar a revisão de textos do ponto de vista discursivo também com os alunos que ainda não estão alfabetizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão coletiva de um texto do ponto de vista discursivo. • Procedimentos didáticos para revisão de textos. • Possibilidades de intervenção do professor durante a produção e a revisão de um texto. • Exploração dos recursos de linguagem que se usa para escrever.

	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a reflexão coletiva sobre um mesmo texto como recurso para a aprendizagem do procedimento de revisar. • Mostrar como o professor pode utilizar situações de análise e reflexão sobre a língua como instrumento para melhorar a qualidade da produção dos alunos. • Evidenciar que, ao fazer a revisão, o aluno se desloca da posição de escritor para a de leitor, e vice-versa, em um processo essencial para o desenvolvimento de uma atitude crítica em relação aos próprios textos. • Discutir as possibilidades de trabalhar a revisão de textos do ponto de vista discursivo também com os alunos que ainda não sabem ler e escrever. • Evidenciar que a atividade de revisão de textos é uma situação de análise e reflexão sobre a língua, e exige do professor alfabetizador um conhecimento e um tipo de reflexão que vão além do que se precisa para ensinar o bê-á-bá. • Explicitar que a intervenção do professor é fundamental para tornar os alunos capazes de identificar aspectos do texto que precisam ser melhorados, atribuindo lhes o papel de revisor. 	
Módulo 2 – Unidade 8		
	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciar o quanto a leitura (lida ou escutada) de textos de escritores profissionais pode ajudar o aluno a apreciá-los e a aprender sobre a forma que usam a linguagem escrita. • Mostrar a importância da presença da leitura na rotina do trabalho pedagógico como procedimento para aprender a linguagem que se escreve. • Discutir que se aprende a produzir um texto bem escrito lendo textos de qualidade e refletindo sobre eles. • Evidenciar que a atividade de rever um texto bem escrito toma como objeto de reflexão a própria linguagem. • Esclarecer que rever um texto bem escrito não significa interpretar o texto, ou ensinar gramática normativa. • Mostrar que é também possível trabalhar a análise de textos bem escritos e a reflexão sobre eles com alunos não - alfabetizados. • Apresentar referências de como o professor pode contribuir para melhorar a qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Texto literário como objeto sobre o qual se pode pensar. • Leitura e escuta de textos literários. • Análise e reflexão sobre a linguagem que se escreve e sobre a variedade de recursos usados por bons escritores profissionais. • Procedimentos para revisão de textos bem escritos. • Sugestões de textos bem escritos para o professor ler com os alunos.

	da produção dos alunos durante atividades de análise da língua e de reflexão sobre ela.	
Módulo 2 – Unidade 9		
	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre os objetivos das práticas tradicionais de cópia, ditado e leitura em voz alta. • Conhecer e discutir as concepções implícitas nessas práticas pedagógicas. • Re - significar as atividades de cópia, ditado e leitura em voz alta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das concepções que embasam as práticas em discussão. • Análise de situações didáticas envolvendo cópia, ditado e leitura oral. • Propostas de atividades significativas de cópia, ditado e leitura oral.
Módulo 3 – Unidade 1		
	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a compreensão dos aspectos que envolvem uma avaliação que está a serviço da aprendizagem dos alunos. • Evidenciar os diferentes momentos da avaliação. • Explicitar as relações entre a avaliação dos alunos e a avaliação do professor. • Discutir a importância do trabalho em equipe para uma avaliação a serviço da aprendizagem dos alunos. • Introduzir a reflexão sobre ajuda pedagógica para os alunos com dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita. • Introduzir a avaliação como um instrumento de replanejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação a serviço da aprendizagem dos alunos. • Diferentes momentos da avaliação. • Relação entre a avaliação dos alunos e a avaliação do professor. • O trabalho em equipe na avaliação. • Ajuda pedagógica para os alunos com dificuldades para aprender a ler e escrever. • Avaliação como instrumento de replanejamento.
Módulo 3 – Unidade 2 (parte I)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Problematizar a concepção dos professores sobre o trabalho com projetos didáticos. • Discutir as características e as formas de organizar um projeto didático. • Justificar a relevância do projeto para potencializar o esforço envolvido na aprendizagem. • Evidenciar o compromisso dos alunos com cada etapa do projeto, tendo em vista o produto final. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de trabalho com projetos didáticos. • Aspectos que caracterizam um projeto. • A relevância do projeto para potencializar o esforço envolvido no ato de aprender.
Módulo 3 – Unidade 2 (parte II)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as características e as formas de organizar um projeto didático. • Justificar a relevância do projeto para potencializar o esforço envolvido na aprendizagem. • Definir critérios para a seleção de projetos a serem desenvolvidos pelos professores cursistas. • Analisar bons modelos de projetos de 	<ul style="list-style-type: none"> • A relevância do projeto para potencializar o esforço envolvido no ato de aprender. • Seleção e adaptação de um projeto da Coletânea. • Desenvolvimento do projeto selecionado em sala de aula.

	<p>leitura e escrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adaptar projetos considerando as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos. • Orientar o desenvolvimento do projeto considerando o produto final e os objetivos de aprendizagem. • Evidenciar o compromisso dos alunos com cada etapa do projeto, tendo em vista o produto final. 	
Módulo 3 – Unidade 2 (parte III)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e analisar, nas atividades que compõem um projeto, situações didáticas que atendam ao objetivo de atribuir sentido e função à leitura e à produção de textos. • Justificar a relevância do projeto para potencializar o esforço envolvido na aprendizagem. • Avaliar o desenvolvimento do projeto em andamento; discutir e planejar os encaminhamentos seguintes. • Instrumentalizar os professores cursistas para a elaboração de um relatório avaliativo sobre o desenvolvimento do projeto. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de projetos sob aspectos predeterminados. • Importância do projeto para potencializar o esforço envolvido no ato de aprender. • Reflexão sobre o projeto em andamento. • Importância do registro para avaliar o desenvolvimento do projeto e a aprendizagem dos alunos. • Procedimentos para fazer registros de forma organizada.
Módulo 3 – Unidade 3 (parte I)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância do pensamento de estudiosos como Paulo Freire e Emília Ferreiro para a alfabetização de jovens e adultos e compreender adequadamente suas ideias, bem como, as interpretações equivocadas que delas foram feitas. • Apresentar e discutir hipóteses de escrita de jovens e adultos que não sabem ler e escrever convencionalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire e sua importância. • Contribuições de Emília Ferreiro para a Educação de Jovens e Adultos. • Algumas compreensões equivocadas das ideias freirianas. • Hipóteses de escrita. • Análise de escritas não-convencionais. • Procedimentos para realizar a análise de escritas não-convencionais. • Procedimentos para fazer registros de forma organizada.
Módulo 3 – Unidade 3 (parte II)		
	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a compreensão da alfabetização de jovens e adultos por meio de textos. • Mostrar práticas pedagógicas que consideram as características desse público. • Apresentar modelos de atividades de alfabetização com textos para jovens e adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção da alfabetização de jovens e adultos por meio de textos. • Práticas pedagógicas da alfabetização por meio de textos. • Procedimentos para realizar a

		<p>análise de escritas não-convencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos para fazer registros de forma organizada.
Módulo 3 – Unidade 4		
<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciar que, ao organizar situações de leitura, informamos os alunos a respeito do comportamento leitor. • Orientar o desenvolvimento de situações didáticas de leitura. • Discutir questões relativas à organização do acervo de livros na escola. • Mostrar possíveis sentidos e funções para a leitura, garantindo seu contexto de uso. • Evidenciar a importância de se garantir uma rotina organizada de trabalho com a leitura. • Refletir sobre o percurso pessoal dos professores como leitores. 		<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias didáticas para a formação de alunos leitores. • Seleção de gêneros literários e não-literários na organização de uma rotina de leitura. •
Módulo 3 – Unidade 5		
<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar que é preciso mudar a forma de enxergar a aprendizagem da ortografia na escola. • Possibilitar a compreensão da natureza da ortografia na Língua Portuguesa. • Ajudar os professores a compreender que a maior parte da aprendizagem da ortografia se realiza como construção, e não como memorização. • Mostrar que o professor pode ser um mediador eficiente na aprendizagem do sistema ortográfico. • Mostrar como está estruturada a norma ortográfica: a distinção entre o que é regular e o que é irregular na organização da ortografia. 		<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar aos professores a importância de conhecer as características da norma ortográfica da língua Portuguesa para ajudar o aluno a avançar no domínio da escrita ortográfica. • Enfatizar que se aprende ortografia refletindo sobre os tipos de erro e buscando as regularidades do sistema. • Conscientizar os professores da necessidade de se fazer um diagnóstico dos tipos de erro que os alunos cometem para planejar metas para o ensino e aprendizagem da ortografia. • Enfatizar a importância de decisões didáticas adequadas às situações: o que o aluno precisa compreender e o que deve ser memorizado para o domínio da norma ortográfica. • Mostrar que a escola pode ser vista como um lugar onde o aluno precisa aprender a pensar sobre a língua, a tratá-la como objeto de reflexão. • Enfatizar a importância de o professor estimular os alunos a explicar duas dúvidas em relação à escrita de

		determinadas palavras como recurso para desenvolver a reflexão.
Módulo 3 – Unidade 6		
<ul style="list-style-type: none"> • Problematizar a concepção dos professores sobre pontuação. • Tematizar as questões que envolvem a aprendizagem da pontuação. • Apresentar possibilidades de trabalho pedagógico em que a pontuação é abordada como elemento da textualidade. • Mostrar que o conhecimento do uso da pontuação se dá pela interação frequente com materiais impressos variados e pela prática da análise linguística focada na pontuação desses textos, e não de uma aprendizagem de regras. 		<ul style="list-style-type: none"> • A origem do ato de pontuar. • Pontuação como atributo do texto. • A regra, o estilo e a questão da legibilidade na pontuação. • Situações didáticas.
Módulo 3 – Unidade 7		
<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar os professores a perceber quais pressupostos ou concepções de aprendizagem estão por trás das atividades de linguagem que propõem a seus alunos. • Mostrar a importância de refletir sobre para que e como os conteúdos de gramática são ensinados na escola. • Mostrar que é falsa a ideia de que o conteúdo da gramática garante que o usuário da língua possa de fato escrever melhor. • Possibilitar a compreensão de que não se aprende por exercício, mas por práticas significativas de uso da linguagem. • Evidenciar que o conhecimento epilinguístico é a base para a construção de um discurso metalinguístico. • Ajudar o professor a compreender e valorizar os conhecimentos que os alunos já possuem para que possa focar o trabalho nas questões que de fato correspondem a suas dificuldades. • Relacionar os conteúdos trabalhados à prática pedagógica. • Orientar a elaboração de registros de forma organizada. 		<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre o ensino tradicional de gramática. • Conhecimento epilinguístico. • Conhecimento metalinguístico. • O conhecimento epilinguístico como base para a construção de um discurso metalinguístico. • Situações didáticas de análise e reflexão sobre a língua. • Intervenção do professor nas atividades de análise e reflexão sobre a língua realizadas com os alunos. • A importância do trabalho em grupo no desenvolvimento da competência de análise e reflexão sobre a língua.

Fonte: Quadro 3 criado pela autora com base nas pautas de formação continuada do programa Letra e Vida 2006 em Limeira, SME – arquivo do CEMEP – impresso e digital, 2006.

APÊNDICE 4

	Objetivos	Conteúdos
<p>ANO: 2011</p> <p>Carga horária: 30h</p> <p>Público Alvo: professores alfabetizadores</p> <p>Atendimento: 4 turmas com 40 professores cada</p> <p>Total: 120 pessoas</p>	1º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a estrutura do curso “Aprofundamento de Conteúdos Letra e Vida”. • Estabelecer combinados que reflitam uma concepção de formação orientada por estratégias metodológicas de resolução de problemas e apoiada na discussão da prática pedagógica na aprendizagem em parceria e no trabalho coletivo. • Refletir a respeito das mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem da leitura e escrita ao longo da história. • Discutir os conhecimentos e procedimentos necessários para organizar uma rotina em função dos objetivos e conteúdos propostos para o ano. • Orientar a elaboração de uma rotina de trabalho, considerando as diferentes formas de organizar os conteúdos. • Mostrar que a organização intencional do trabalho pedagógico reverte em melhor aproveitamento do tempo, permitindo incluir na rotina atividades de reflexão sobre o sistema alfabético e atividades de letramento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura e funcionamento do curso. • Combinados. • Concepção de ensino e aprendizagem da leitura e escrita. • Análise de uma rotina. • Formas de organizar os conteúdos (modalidades organizativas). • Importância da organização do trabalho pedagógico para o alcance dos objetivos da série.
	2º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os conhecimentos e procedimentos necessários para organizar uma rotina em função dos objetivos e conteúdos. • Mostrar que a organização intencional do trabalho pedagógico reverte em melhor aproveitamento do tempo, permitindo incluir na rotina atividades de reflexão sobre o sistema alfabético e atividades de letramento. • Discutir como se dá o processo de leitura e quais são as estratégias usadas pelo leitor. • Analisar atividades de leitura para alunos não alfabetizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de uma rotina. • Formas de organizar os conteúdos (modalidades organizativas). • Estratégias de leitura: decodificação, inferência, seleção, antecipação e verificação. • Análise de atividades de leitura para alunos não alfabetizados.
3º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar atividades de leitura. • Enfatizar que é por meio da leitura que se aprende a linguagem escrita, que isto é condição para produzir textos de qualidade. • Discutir a importância das atividades de reescrita e reconto para aprendizagem da linguagem escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de organizar os conteúdos (modalidades organizativas). • Análise de atividades de leitura. • Distinção entre a capacidade de produzir textos e a 	

<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar que é também possível trabalhar a análise de textos bem escritos e a reflexão sobre eles com alunos não alfabetizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • capacidade de grafá-los. • Importância da leitura na formação de leitores e escritores competentes. • Atividades de reescrita e reconto. • Análise e reflexão sobre a linguagem escrita sobre a variedade de recursos usados por bons escritores profissionais.
4º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir características e as formas de organizar um projeto. • Evidenciar o compromisso dos alunos com cada etapa do projeto, tendo em vista o produto final. • Enfatizar que é por meio da leitura que se aprende a linguagem escrita, que isto é condição para produzir textos de qualidade. • Apresentar e discutir as possibilidades de trabalhar a revisão de textos do ponto de vista discursivo também com alunos que ainda não estão alfabetizados. • Mostrar que revisar um texto vai além da correção de ortografia, concordância e pontuação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de trabalho com projetos didáticos. • Aspectos que caracterizam um projeto. • Procedimentos didáticos para revisão de textos. • Possibilidades de intervenção do professor durante a produção e a revisão de um texto.
5º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar e discutir as possibilidades de trabalhar a revisão de textos do ponto de vista discursivo e notacional. • Analisar proposta de produção de textos para os alunos. • Aprofundar conhecimentos sobre condições didáticas para a revisão de textos. • Propor aspectos a revisar em escritas de crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos didáticos para revisão de textos. • Possibilidades de intervenção do professor durante a produção e a revisão de um texto.
6º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar discussão a respeito da ortografia o que se realiza como construção e o que precisa ser memorizado. • Levantar e analisar as questões ortográficas ainda não dominadas pelos alunos. • Analisar atividades envolvendo o trabalho com ortografia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Características das dificuldades ortográficas apresentadas pelos alunos. • Atividades envolvendo o trabalho com ortografia.

Fonte: Quadro 4 criado pela autora com base nas pautas do curso Aprofundamento de Conteúdos Letra e Vida 2011 em Limeira, SME – arquivo do CEMEP – impresso e digital, 2011.

APÊNDICE 5

	Objetivos	Conteúdos
ANO: 2010 Público Alvo: professor coordenador da equipe do CEMEP Carga Horária: Fevereiro: 1 encontro de 8h; Março: 1 encontro de 8h; Abril: 22/04- 8h; Maio: 13/05- 8h; Junho: 10/06- 8h; Julho: 01/07- 8h; Agosto: 19/08- 8h; Setembro: 02/09-8h; Outubro: 02/10-8h; Novembro: 04/11-8h; Total no ano: 80h.	1º ENCONTRO	
	Não há registro oficial	
	2º ENCONTRO	
	Não há registro oficial	
	3º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o conhecimento dos níveis evolutivos pelos quais as crianças passam no processo de construção da escrita por meio da análise e da fundamentação teórica; • Analisar escritas de crianças, levando as hipóteses de escrita e os saberes que já tem sobre o sistema de escrita; • Planejar uma pauta de HTPC para análise de escritas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis evolutivos no processo de construção da escrita; • Hipóteses de escrita; • Planejamento de ações formativas / pauta de formação.
	4º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o plano de formação para os professores-coordenadores e relacioná-lo com suas necessidades formativas; • Receber a devolutiva das reescritas feitas em 2009; • Analisar escritas de crianças, levantando os níveis de escrita e os saberes que já têm sobre o sistema de escrita; • Socializar dúvidas dos professores na análise de escritas; • Retomar condições didáticas para a produção de textos pelos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano e estratégias de formação; • Hipóteses de escrita; • Diagnóstico das necessidades de formação; • Produção de texto.
	5º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Socializar práticas de produção de texto e dúvidas dos professores; • Retomar condições didáticas para a produção de textos pelos alunos; • Analisar um projeto didático como uma das formas de ensinar a ler e escrever numa situação comunicativa real; • Socializar procedimentos de estudo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições didáticas; • Procedimentos de estudo; • Projeto didático; • Produção de texto num projeto didático.
	6º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar um projeto didático como uma das formas de ensinar a ler e escrever numa situação comunicativa real; • Retomar um texto estudado; • Discutir a socialização de conhecimentos nos agrupamentos de alunos; • Planejar atividades de leitura e escrita, 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de texto num projeto didático; • Interação grupal; • Atividades diversificadas.

	considerando os níveis evolutivos em relação à escrita.	
7º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar atividades de leitura e escrita, considerando os níveis evolutivos em relação à escrita; • Socializar pautas de HTPC para discussão sobre interação grupal; • Analisar um projeto didático considerando sua organização e as aprendizagens envolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades diversificadas; • Interação grupal; • Análise de projeto didático; • Movimento metodológico.
8º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a leitura em capítulos feita em alguns encontros; • Socializar as contribuições dos excertos para o trabalho com produção de texto; • Estabelecer relações entre a concepção do Programa Ler e Escrever e as propostas didáticas contidas nos materiais; • Identificar usos dos materiais do Programa – retomar uso dos gibis; • Analisar propostas do trabalho com gibis; • Reconhecer agrupamentos produtivos no trabalho com gibis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura em capítulos; • Reflexão sobre produção de textos; • O uso dos materiais do Programa; • O trabalho com gibi; • Agrupamentos produtivos.
9º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de uma roda de leitura, indicando livros e socializando critérios de escolha; • Socializar o plano de formação de professores para o segundo semestre; • Analisar pautas de HTPC, comparando-as e avaliando-as à luz de um roteiro; • Rever a própria prática de formador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de leitura; • Critérios de escolha de livros lidos; • Planos de formação; • Análise de pautas de HTPC; • Reflexão sobre a prática.
10º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar seus conhecimentos sobre as condições didáticas para a produção de textos pelos alunos; • Refletir sobre o processo de produção de textos através de diferentes propostas; • Discutir sobre a reescrita na formação de alunos produtores de texto; • Reescrever um conto em trios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de texto – propostas; • Reescrita.
11º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar seu conhecimento sobre as condições didáticas para a produção de textos pelos alunos; • Socializar práticas de revisão de textos a partir de diferentes propostas e diferentes turmas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de texto; • Revisão de texto; • Reescrita.

	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de revisão de textos, considerando os aspectos discursivos, notacionais, gramaticais e textuais; • Reescrever um conto em trios. 	
12º ENCONTRO		
Não há registro oficial		
13º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar cadernos de alunos, considerando as atividades e propostas feitas pelos professores; • Estabelecer um paralelo entre as atividades nos cadernos e as expectativas previstas para a série/ano e para o bimestre; • Planejar um trabalho de formação a partir de cadernos de alunos; • Retomar a discussão sobre o papel do formador na aprendizagem dos professores; • Retomar os conhecimentos prévios do grupo sobre reescrita; • Definir reescrita como atividade de produção de texto com apoio; • Reescrever um conto em trios; • Compreender o papel do anotador do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades propostas pelos professores aos alunos; • Estratégias de formação; • Papel do formador na aprendizagem dos professores; • Reescrita.
14º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar uma atividade de reescrita coletiva; • Retomar os conhecimentos prévios do grupo sobre reescrita; • Compreender a reescrita como atividade de produção de texto com apoio; • Reescrever um conto em trios; • Entender o papel do anotador do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reescrita; • Revisão de textos.

Fonte: Quadro 5 criado pela autora com base nas pautas de formação continuada do Programa Ler e Escrever: Prioridade na escola da Secretaria Estadual de Educação em 2010, formação de professor coordenador de Limeira / Mogi Mirim – arquivo pessoal cedido por cursista - impresso, 2010.

APÊNDICE 6

	Objetivos	Conteúdos
ANO: 2010 Carga horária: 60h Público Alvo: professores coordenadores	1º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a formadora e o grupo atual de professores-coordenadores; • Conhecer a proposta de formação para o ano e os pressupostos do Programa Ler e Escrever; • Estabelecer relações entre a concepção do Programa Ler e Escrever, o processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do grupo e da formadora; • Leitura realizada: “Outras Novas Histórias Antigas” – Rosane Pamplona – “O príncipe que ninguém queria”, Editora Brink-Book;

<p>de Unidades Escolares</p> <p>Carga Horária:</p> <p>Fevereiro: 12, 19 e 26/02-8h cada;</p> <p>Abril: 09/04-8h;</p> <p>Maió: 13/05-8h;</p> <p>Junho: 10/06-8h;</p> <p>Julho: 01/07-8h;</p> <p>Agosto: 19/08-8h;</p> <p>Setembro: 02/09-8h;</p> <p>Outubro: 02/10-8h;</p> <p>Novembro: 04/11-8h;</p> <p>Total no ano: 80h.</p>	<p>formativo e as propostas didáticas contidas nos materiais do Programa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as questões relacionadas a concepções de ensino e de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Meta do programa, as ações formativas e os materiais; • Reflexão em pequenos grupos acerca da concepção e propostas didáticas do Programa Ler e Escrever; • Trabalho pessoal. 	
	2º ENCONTRO		
	Não há registro oficial		
	3º ENCONTRO		
		<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o aproveitamento do tempo didático nas rotinas dos professores; • Caracterizar as hipóteses de escrita de alunos que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente e a importância do registro deste processo; • Discutir a importância de incentivar os professores a identificarem os avanços, as dificuldades e as necessidades de aprendizagem de seus alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo didático e rotina em função de sala de aula; • Caracterização das hipóteses de escrita.
	4º ENCONTRO		
		<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o uso da calculadora na escola; • Discutir a importância do uso social para os alunos; • Valorizar o recurso e o material LER e ESCREVER e suas atividades para desenvolver habilidades de raciocínio lógico matemático. 	<ul style="list-style-type: none"> • História da calculadora; • Atividades com a calculadora.
	5º ENCONTRO		
		<ul style="list-style-type: none"> • Dar subsídios aos profissionais, para que construam seus conceitos sobre as representações cartográficas com ênfase no globo terrestre escolar. Espera-se que, com os conhecimentos básicos, possam descobrir as possibilidades de utilização desse recurso em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> • A representação do espaço. Cartografia, o que é? Qual a sua utilidade? • Imagens, fotografia aérea, mapas, plantas, croquis, globo terrestre escolar. • Projeções cartográficas. • Linguagem cartográfica. • Coordenadas geográficas. • A terra. • Atividades propostas: <ul style="list-style-type: none"> a- Guia planejamento 1ª série – vol. 1 –pág. 141 e 142 / coletânea de atividades – 1ª série – acontecimentos marcantes; b- Sequência Didática – lendo notícias para ler o mundo – 4ª série.
	6º ENCONTRO		
	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar leituras do acervo. • Apresentar os livros mais lidos e menos lidos do acervo da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de indicação de livros. • O trabalho de leitura em sala de aula. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o trabalho de leitura na escola e as ações do PC. • Apresentar planejamento de uma HTPC para discussão, avaliando os objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de HTPC.
7º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Indicar leituras do acervo. • Apresentar os livros mais lidos e menos lidos do acervo da escola. • Refletir sobre o trabalho de leitura na escola e as ações do PC. • Apresentar planejamento de uma HTPC para discussão, avaliando os objetivos. • Discutir rotina contemplando as modalidades organizativas. • Analisar sequência didática. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de indicação de livros. • O trabalho de leitura em sala de aula. • Planejamento de HTPC. • Rotina / modalidades organizativas. • Análise de sequência didática de leitura de poemas.
8º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Indicar leituras do acervo; • Apresentar os livros mais lidos e menos lidos do acervo da escola; • Discutir rotina contemplando as modalidades organizativas (material Ler e Escrever); • Planejar HTPC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de indicação de livros; • O trabalho de leitura em sala de aula; • Planejamento de HTPC; • Rotina / modalidades organizativas; • Análise de sequência didática de leitura de poemas; • Planejamento de HTPC.
9º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Participar de roda de indicação de leitura socializando critérios de escolha. • Analisar pautas de HTPC, comparando-as e avaliando-as à luz de um roteiro. • Rever a própria prática de formador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de indicação de livros. • Análise de pautas de HTPC. • Reflexão sobre a pauta.
10º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar as alterações presentes na Planilha de Sondagem discutindo sobre ela. • Compreender que a Planilha de Sondagem é um instrumento de coleta de dados, que deve ser estudada, pois seu objetivo é orientar o trabalho de professor coordenador uma vez que ela apresenta a situação dos alunos quanto aos níveis de escrita. • Analisar um projeto didático reconhecendo que o produto final é resultado de inúmeras etapas que se inter-relacionam. • Perceber a importância das etapas de produção para a confecção de um texto bem escrito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planilha de sondagem. • Expectativas de aprendizagem. • Níveis de escrita. • Projeto didático: “Quem escreve um conto, aprende um tanto” – Guia de Planejamento e orientações Didáticas – Professor – 2ª série. • Agrupamentos produtivos. • Etapas de produção de texto.
11º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar intervenções eficientes que possibilitem análise e reflexão sobre o sistema de escrita – para alunos com nível de escrita pré-silábica no processo de alfabetização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sondagem. • Níveis de escrita. • Intervenções: agrupamentos, atividades, questões.

	12º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar uma sequência didática percebendo a evolução das etapas. • Diferenciar linguagem escrita de análise do sistema de escrita. • Focar intervenções para alunos não alfabetizados e alfabetizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sequência didática. • Linguagem que se escreve. • Análise de sistema de escrita. • Intervenções. • Apreciação de texto. • Reescrita de texto.
	13º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar uma sequência didática percebendo a evolução das etapas. • Diferenciar linguagem escrita de análise do sistema de escrita. • Perceber a importância da leitura e análise de textos bem escritos como condição para reescrita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sequência didática. • Linguagem que se escreve. • Análise de sistema de escrita. • Análise de texto bem escrito.
	14º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender que o projeto é a modalidade organizativa, que dá condições didáticas para a produção de texto em situações comunicativas com destinatários reais. • Perceber a importância da leitura e análise de textos bem escritos como condição para reescrita. • Reconhecer a necessidade das etapas de produção para a elaboração de um texto bem escrito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto didático. • Linguagem que se escreve. • Análise de texto bem escrito. • Etapas de produção: planejar, escrever, revisar e passar a limpo. 	
15º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os conteúdos tratados ao longo do ano. • Avaliar o Programa Ler e Escrever. • Planejar exposição de trabalhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de conteúdos abordados ao longo do ano. • Avaliação do Programa. • Planejamento da exposição. 	

Fonte: Quadro 6 criado pela autora com base nas pautas de formação continuada do Programa Ler e Escrever 2010 em Limeira, SME – arquivo pessoal cedido por cursistas - impresso, 2010.

APÊNDICE 7

	Objetivos	Conteúdos
ANO: 2011 Público Alvo: professor coordenador da equipe do CEMEP Carga Horária: 1º encontro: 29/03 de 8h;	1º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar o trabalho de formação desencadeado pelo PC na escola e as necessidades de formação para este ano; • Apresentar a proposta de ações formativas para os PCs 2011; • Levantar as necessidades formativas para os professores de 1º ano; • Analisar as condições didáticas para que os alunos aprendam a escrever. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Formação 2011; • Objetivos e conteúdos de formação para os professores do 1º ano; • Condições didáticas para aprender a escrever – o que o professor precisa garantir para que todos alunos aprendam a escrever; • Ações formativas do PC e do PCOP na escola.

<p>2º encontro: 08/04 de 8h;</p> <p>3º encontro: 26/05 de 8h;</p> <p>4º encontro: 10/06 de 8h;</p> <p>5º encontro: 28/07 de 8h;</p> <p>6º encontro: 12/08 de 8h;</p> <p>7º encontro: 09/09 de 8h;</p> <p>8º encontro: 07/10 de 8h;</p> <p>Total no ano: 64h.</p>	2º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> Retomar o texto da leitura em voz alta do primeiro encontro, com a finalidade de identificarmos os recursos linguísticos utilizados pela autora; Ampliar as discussões sobre as condições didáticas para que os alunos aprendam a escrever; Identificar os espaços de formação de professores na escola, além da HTPC; Refletir sobre os usos das estratégias de formação no contexto de formação de professor. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de textos: o que torna texto bem escrito? Recursos linguísticos, estéticos e estilísticos; Condições didáticas para aprender a escrever. Atividade de auditório; Os espaços de formação de professor na escola; A relação entre a natureza conceitual e procedimental dos conteúdos e as estratégias metodológicas de formação.
	3º ENCONTRO	
	<ul style="list-style-type: none"> Assistir à videoconferência com a Dra Telma Weisz e Dra Katia Brakling sobre a produção de texto; Discutir a função da escrita na formação do leitor; Planejar intervenções formativas junto aos professores após observação de sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> Condições gerais e específicas de produção de texto; Contexto de produção; Procedimentos de escritor: recursividade; O que observar nas situações de aprendizagem e como intervir: procedimentos de formação.
	4º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre o papel de formador de professores e de coordenadores; Analisar intervenções formativas de coordenadores no contexto de formação de professores focalizando as atividades para aquisição do sistema de escrita; Iniciar a discussão sobre os conteúdos implicados na aprendizagem da leitura; Discutir a função da escrita na formação do leitor. 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos aspectos apontados e/ou discutidos na intervenção formativa junto ao professor: em relação ao objeto de ensino, bem como, as condições didáticas para que seus alunos possam avançar em seus conhecimentos sobre o sistema de escrita; Atividades de escrita propostas no material do Programa; O que caracteriza uma boa intervenção formativa; Os conteúdos envolvidos no ato de ler; Estratégias de inferência; Condições gerais e específicas de produção de texto; Contexto de produção; Procedimentos de escritor: recursividade. 	
5º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> Contextualizar o objeto de ensino; Conhecer os conteúdos a serem ensinados; Apresentar a proposta de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> Carta de leitor como indutor curricular; Caracterização do gênero: contexto de produção, marcas 	

		linguísticas; • Proposta de formação: encaminhamentos gerais.
6º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar a pauta realizada com os professores sobre a Carta do Leitor; • Retomar a caracterização do gênero e encaminhar a proposta para HTPC; • Analisar atividade de aprendizagem sobre pontuação; • Encaminhar proposta de acompanhamento e atividades para os alunos que não alcançaram as expectativas de aprendizagem no 1º semestre. 		<ul style="list-style-type: none"> • A pauta formativa: estratégias formativas, pauta ampliada; • Caracterização do gênero: princípio da semelhança e diferença; • A pontuação como recuso linguístico; • Acompanhamento dos alunos de 1º ao 3º anos: propostas para promover os avanços na aprendizagem; formas de acompanhamento.
7º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar estratégias de leitura para recuperar sentido de textos lidos; • Familiarizar-se com a leitura de textos da esfera jornalística; • Discutir o papel da informação ampliada e aprofundada para tomada de posições em relação aos textos lidos; • Compreender os aspectos temáticos e estilísticos dos enunciados pertencentes às Cartas de Leitor; • Favorecer a emissão de opinião sustentada; • Tematizar as condições formativas que devem ser garantidas no contexto de formação de professores. 		<ul style="list-style-type: none"> • Proficiência leitora: capacidades de compreensão, procedimentos de leitura, capacidades de apreciação e réplica; • Estratégias formativas.
8º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os aspectos que constituem o processo de trabalho com carta de leitor; • Discutir os conhecimentos que são mobilizados pelos escritores de carta (opinativa) de leitor. 		<ul style="list-style-type: none"> • Características do gênero carta de leitor; • Comportamento, capacidades e procedimentos de escritor; • Condições didáticas para a escrita de cartas de leitor; • Estratégias de formação.
9º ENCONTRO		
<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza-se das modalidades organizativas para garantir uma rotina produtiva percebendo a importância do trabalho permanente com leitura; • Construir procedimentos e estratégias para desenvolver a competência leitora; • Conhecer e analisar as habilidades de Matemática que correspondem à competência de compreender; • Refletir sobre estratégias utilizadas para a resolução de situação-problema; • Discutir situações didáticas para resolução de situação-problema. 		<ul style="list-style-type: none"> • Competência leitora; • Tratamento didático da leitura; • Habilidades de Matemática relacionadas à competência de compreender; • Estratégias para resolução de situação-problema; • Situações didáticas para resolução de situação-problema.

10º ENCONTRO	
Não há registro oficial	
11º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Perceber que a leitura é condição para a escrita de bons textos; • Compreender que a sequência didática e o projeto são modalidades organizativas que dão condições didáticas para a produção de textos; • Reconhecer a importância das etapas de produção para a elaboração de um texto bem escrito; • Diferenciar o que é linguagem escrita de sistema de escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura; • Modalidades organizativas (sequência e projeto); • Etapas de produção; • Intervenções; • Linguagem escrita e sistema de escrita.
12º ENCONTRO	
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre os problemas encontrados nas produções escritas; • Diferenciar o que é linguagem escrita de sistema de escrita; • Familiarizar-se com o jornal e com sua estrutura organizativa; • Perceber que a Roda de Jornal possibilita o desenvolvimento, da leitura deste portador tanto para obter informações quanto para se distrair. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura; • Linguagem escrita e sistema de escrita; • Roda de Jornal.

Fonte: Quadro 7 criado pela autora com base nas pautas de formação continuada do Programa Ler e Escrever: Ação de Formação do Ensino Fundamental – Ciclo em 2011 – Des Mogi Mirim/Limeira e municípios conveniados – arquivo pessoal cedido por cursista - impresso, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

SME—Programa de Formação de Professores Letra e Vida

Orientação Pedagógica *in loco*

	seg	ter	qua	qui	sex
Ma-nhã	<p>EMEIEF JOSÉ PAULINO</p> <p>Grupo 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> Keila — 1º1 Míria — 3º1 Suelene — 3º2 <p>Grupo 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> Débora - 1º2 Shirley - 2º1 Rebeca — 2º2 <p>Tema solicitado:</p> <p>Distinção entre a capacidade de produzir textos e a capacidade de grafá-los, reescrita e recorta. Discussão a respeito de escrita comparando com o trabalho com linguagem escrita com análise e reflexão sobre sistema. Sequência didática (1ª s., utilizado no 2º ano) "Era uma vez um conto de fadas"</p>	<p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da Orientação Pedagógica <i>in loco</i> (Conteúdos do Letra e Vida)</p>	<p>EMEIEF JOSÉ PAULINO</p> <p>Grupo 5:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mariana — 4º1 Elaine — 4º4 Jacqueline — 5º2 <p>Tema solicitado e periodicidade: idem 2ª feira.</p> <p>Orientação às profªs coordenadoras.</p>	<p>FORMAÇÃO LER "CONHECENDO O MATERIAL"</p> <p>Orientação interna para os núcleos pedagógicos da S.M.E.:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ler e Escrever CEMEP Letra e Vida <p>Periodicidade: quinzenal</p>	<p>FORMAÇÃO LER "DIRETORIA DE ENSINO"</p> <p>Formação em Magi Mirim (Programa Ler e Escrever)</p> <p>Periodicidade: mensal</p> <hr/> <p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da orientação quinzenal oferecida aos núcleos pedagógicos da SME.</p>
Tar-de	<p>FORMAÇÃO LER "CONHECENDO O MATERIAL"</p> <p>Orientação interna para os núcleos pedagógicos da S.M.E.:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ler e Escrever CEMEP Letra e Vida <p>Periodicidade: quinzenal</p>	<p>EMEIEF JOSÉ PAULINO</p> <p>Grupo 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> Selma — 1º3 Marta — 1º2 Marcela - 3º5 (PIC) Solange — S R <p>Grupo 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> Jovelina — 3º3 Vilka — 4º3 Cintia — 5º5 (PIC) <p>Tema solicitado e periodicidade: idem 2ª feira.</p>	<p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da Orientação Pedagógica <i>in loco</i> (Conteúdos do Letra e Vida)</p>	<p>EMEIEF JOSÉ PAULINO</p> <p>Grupo 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sandra — 2º3 Natália — 3º4 Márcia — 5º4 <p>Tema solicitado e periodicidade: idem 2ª feira.</p>	<p>FORMAÇÃO LER "DIRETORIA DE ENSINO"</p> <p>Formação em Magi Mirim (Programa Ler e Escrever)</p> <p>Periodicidade: mensal</p> <hr/> <p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da orientação quinzenal oferecida aos núcleos pedagógicos da SME.</p>

Em processo de agendamento: EMEIEF Alternar, quinzenalmente, com outro atendimento em andamento.

SME—Programa de Formação de Professores Letra e Vida

Orientação Pedagógica *in loco*

	seg	ter	qua	qui	sex
Manhã	<p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da Orientação Pedagógica <i>in loco</i> (Conteúdos do Letra e Vida)</p>	<p>EMEIEF EGLE</p> <ul style="list-style-type: none"> Cristiane—3º Elaine—3º Esmeralda—3ºT(LeV-A) Luciana—5º Elieil—5º Fátima—4º <p>Tema: Produção de Texto Das 10h30min às 12h</p> <hr/> <p>FORMAÇÃO MATEMÁTICA "DIRETORIA DE ENSINO" Periodicidade: quinzenal</p>	<p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da Orientação Pedagógica <i>in loco</i> (Conteúdos do Letra e Vida)</p>		<p>EMEIEF LUCA MOORE</p> <ul style="list-style-type: none"> Ana Lucia—4º Teresinha—4º Adriana—5º (LeV-A) Maria Ap.- 4º (LeV-A) <p>Tema: Ortografia e Pontuação Das 9h30 às 11h45</p>
Tarde	<p>EMEIEF LUCA MOORE</p> <ul style="list-style-type: none"> Luciana—3º Lucia—3º Antonia 2ºT (LeV-A) <p>Tema: Sondagem e Níveis Escrita Das 12h30 às 14h</p> <p>Estudo e elaboração de pauta formativa de HTPC com as Prof. Coordenadoras</p>	<p>EMEIEF LUCA MOORE</p> <ul style="list-style-type: none"> Dagmar—2º Mary—1º <p>Tema: Sondagem e Níveis Escrita Das 12h30 às 14h</p> <p>Estudo e elaboração de Pauta formativa de HTPC com as Prof. Coordenadoras</p> <hr/> <p>FORMAÇÃO MATEMÁTICA "DIRETORIA DE ENSINO" Periodicidade: quinzenal</p>	<p>PLANEJAMENTO</p> <p>Planejamento e estudo ref. as demandas da Orientação Pedagógica <i>in loco</i> (Conteúdos do Letra e Vida)</p>		<p>EMEIEF LUCA MOORE</p> <ul style="list-style-type: none"> Susely—1º Fabiane—3º <p>Tema: Sondagem e Níveis Escrita Das 12h30 às 14h</p>
Noite	<p>HTPC—EMEIEF Luca Moore Prof. Coordenadoras acompanhamento—das 17h30 às 20h30</p>	<p>HTPC —EMEIEF Luca Moore Prof. Coordenadoras acompanhamento—das 17h30 às 20h30</p>			

* Carga horária do Mestrado com 16 encontros de 8h = 128h de março a junho de 2012
Carga horária de acompanhamento em HTPC com 43 encontros de 3h = 129h (de abril a outubro de 2012 referente ao 1º semestre do Mestrado)

ANEXO 2



Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

XX75

C.I. PLV nº: 07/2012
De: Programa Letra e Vida
Para: CEIEFs e EMEIEFs
Cópia para: CEMEP, Ler e Escrever, ADEs, ADE Sandrine, DIREPLAN
Data: 20/03/2012
Referência: **Orientação pedagógica – Letra e Vida**

Senhor(a) Diretor(a)

Em virtude da suspensão temporária dos cursos e oficinas de formação oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação, a equipe Letra e Vida propõe às Unidades Escolares – EMEIEFs e CEIEFs:

Orientação pedagógica ao docente e/ou ao professor coordenador, de cunho individualizado, pautada em aporte teórico do Programa Letra e Vida

Local: na própria Unidade Escolar, em horários de trabalho pedagógico do docente, no cumprimento do 1/3 da jornada, de acordo com legislação.

Horário: a ser combinado entre escola e equipe Letra e Vida, mediante agendamento por e-mail, programaletaevida@limeira.sp.gov.br – telefone: 3404-1848

Conteúdo: escolhido pela Unidade Escolar, conforme lista anexa.

A escola interessada deve estabelecer contato com o Programa Letra e Vida para agendamento, de acordo com os horários da escola e disponibilidade da equipe.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente

Carla M. R. C. Maduro
Programa LETRA E VIDA



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE LIMEIRA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
ALFABETIZADORES "LETRA E VIDA"



1

Cronograma completo e detalhado dos conteúdos abordados na formação do Programa Letra e Vida, da Secretaria Municipal da Educação de Limeira.

Unidades trabalhadas na formação	Observações
M1- Unidade 3 - O que sabem sobre a escrita os que ainda não sabem escrever	Níveis de escrita; análise de escritas não convencionais, possibilidades de intervenção do professor em situação diagnóstica.
M1- Unidade 4 Construção da escrita – primeiros passos	Escrita pré-silábica; análise de escritas não convencionais, possibilidades de intervenção do professor em situação diagnóstica.
M1- Unidade 5 - Escrever para Aprender	Atividades de escrita para saber o que os alunos sabem; atividades de escrita para favorecer a aprendizagem; planejamento de situação didática.
M1- Unidade 6 - O que está escrito e o que se pode ler	Hipóteses de leitura; Evolução e análise de hipóteses de leitura; registro reflexivo.
M1- Unidade 7 - Como ler sem saber ler	Estratégias de leitura e Procedimentos de leitura; análise de atividades de leitura para não-alfabetizados.
M1- Unidade 8 - Ler para aprender	Procedimentos possíveis e/ou necessários para ler quando não se sabe; situações didáticas que envolvam procedimento de leitura, diferentes critérios para formação de grupos.
M1- Unidade 9 - Alfabetização e Contextos Letrados	Práticas sociais de leitura e escrita, alfabetização e letramento, ambiente alfabetizador, propostas didáticas de alfabetização e contextos letrados.
M2- Unidade 1 – Para organizar o trabalho pedagógico	Modalidades organizativas
M2- Unidade 2- O que temos de igual é o fato de sermos diferentes	Agrupamentos produtivos, heterogeneidade na sala de aula.
M2- Unidade 3- O próprio nome e os nomes próprios	Nome próprio em situações reais de comunicação
M2- Unidade 4 - Listas, listas e mais listas	Leitura e escrita de listas.
M2- Unidade 5 - Textos que se sabe de cor	Análise de boa situação de aprendizagem com textos de memória.
M2- Unidade 6 - Aprender a linguagem que se escreve	Distinção entre a capacidade de produzir textos e a capacidade de grafá-los, reescrita e reconto.
M2- Unidade 7- Revisar para aprender a escrever	Procedimentos didáticos para revisão de textos
M2- Unidade 8 - Revendo textos bem escritos	Análise e apreciação de textos bem escritos.
M2- Unidade 9- O que, por que, para que: discutindo práticas tradicionais.	Concepção de práticas educacionais: copia, ditado e leitura oral.
M3- Unidade 2- Projetos de Leitura e escrita	Concepção de trabalho com projetos didáticos.
M3- Unidade 4 Todo dia é dia de Ler	Estratégias didáticas de formação de leitores, rotina de leitura.
M3- Unidade 5- Como é que se escreve? Entendo o erro ortográfico	Ortografia
M3- Unidade 6- O que é e pra que serve a pontuação	Pontuação

Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

Secretaria Municipal da Educação de Limeira - Programa Letra e Vida
Centro de Formação do Professor - Rua João Kühl Filho, s/n – Vila São João
CEP 13480-731 - Parque Cidade de Limeira – Limeira - SP
3404-1848 ou (19)3404-2438 – ramal 2473
programaletaevida@limeira.gov.br

ANEXO 3



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

C.I. :	11/2012
Do:	Diretoria de Educação
Para:	Diretores de CI, CEIEF, EMEI, EMEIEF e EMES
Data:	08/02/2012
Referência:	Organização de HTPC

Senhor(a) Diretor(a),

Com a recente alteração da Jornada de Trabalho Docente, os professores da Rede Municipal de Ensino de Limeira passarão a cumprir uma maior quantidade de Horas de Trabalho Pedagógico na Unidade Escolar, o que demandará uma atuação, por parte da equipe de gestão escolar, a fim de que esse tempo que o professor ficará na instituição resulte em melhoria na qualidade de ensino, que é a finalidade última de nossa atuação.

Sabemos que a formação docente envolve a tríade ação-reflexão-ação e as HTPCs caracterizam-se por ser um espaço produtivo em que o professor se constitui protagonista da sua própria formação. Este espaço pode ser dividido em:

- **Reflexão:** o docente, juntamente com o professor coordenador, fará a análise de resultados referentes à sua classe, utilizando dados do portfólio (Ed. Infantil), avaliação da escrita, SAREM, SARESP, avaliações elaboradas pela própria escola, resultados da recuperação paralela e sala de recursos, além dos dados do Conselho de Ciclo do final de 2011. Este momento é profícuo para a análise das atividades propostas pelo docente, permitindo a verificação da coerência entre os fins (habilidades) e as situações didáticas. A análise de atividades deve ser estruturada a partir do respeito e nunca utilizada para emitir juízos de valor em relação ao professor. Ressaltamos que o olhar externo (Professor-Coordenador) é de suma importância, pois muitas vezes o docente não tem clareza quanto à sua maneira de agir, visto que algumas práticas tornam-se tão automáticas que não permitem a autorreflexão. Toda reflexão deve ser conduzida a partir de aportes teóricos, e nunca pautada no senso comum.

- **Planejamento:** o professor deve utilizar este tempo para elaborar atividades e organizar seu plano de trabalho semanal. As atividades devem possibilitar o avanço da aprendizagem e para tanto precisam partir das necessidades e dificuldades dos alunos. O fazer docente deve estar intimamente ligado ao processo avaliativo.

- **Estudo:** o êxito nos dois momentos anteriores está ligado ao investimento que o docente faz em sua formação. Destarte que, investir em seu repertório teórico é ampliar o olhar diante do cotidiano da sala de

Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

Diretoria de Educação/Centro Municipal de Estudos Pedagógicos
Rua Boa Morte, 135 • Praça Vereador Vitorio Bortolan Filho • Centro
13480-180 • Limeira • SP • Fone: (19) 3404-2438 • Fax: (19) 3451-2850
educacao.de@limeira.sp.gov.br •



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

aula. É importante que cada professor faça uma autoavaliação para identificar as lacunas em sua formação e buscar materiais de estudo que deem conta de subsidiar sua prática docente. Sugerimos alguns referenciais que são diretrizes para o ensino:

Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Educação de Jovens e Adultos
<ul style="list-style-type: none"> - Referencial Curricular Nacional; - Diretrizes Curriculares para Educação Infantil; - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; - Revistas <i>Avisa lá</i>, <i>Criança</i>, <i>Pátio Ed Infantil</i>, <i>Amigos da Natureza</i> e <i>Nova Escola</i>; - Material das formações oferecido pela SME; - Livros como: <ul style="list-style-type: none"> “Qualidade na Educação Infantil”- Zabalza “Os fazeres na educação Infantil”- Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (org.) “Aprendizagem escolar e construção do conhecimento”- César Coll “As Cem Linguagens da Criança” Lella Gandini, Carolyn Edwards e George Forman; “A criança e o número”- Constance Kamii; “A matemática na Educação Infantil”- Kátia Smole; “Música na Educação Infantil”- Teca Alencar de Brito; - Textos do Programa <i>Letra e Vida e Ler e Escrever</i> sobre o processo de aquisição da escrita; - Texto sobre inclusão: <ul style="list-style-type: none"> * Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”; * Coleção “Atendimento Educacional Especializado”; * Revistas: <i>Inclusão e Sentidos</i>; Vídeos: <i>Menino quem foi teu mestre?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Parâmetros Curriculares; - Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental; - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; - Material das formações oferecido pela SME; - Revistas <i>Pátio e Nova Escola</i>; - Textos dos Programas <i>Letra e Vida e Ler e Escrever</i>; - Texto sobre inclusão: <ul style="list-style-type: none"> * Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”; * Coleção “Atendimento Educacional Especializado”; * Revistas: <i>Inclusão e Sentidos</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta Curricular; - Revistas <i>Pátio e Nova Escola</i>; - Textos dos Programas <i>Letra e Vida e Ler e Escrever</i>; - Material das formações oferecido pela SME; - Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos; - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; - Livros e textos do autor Paulo Freire, Moacir Gadotti e Marta Durante; - Texto sobre inclusão: <ul style="list-style-type: none"> * Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”; * Coleção “Atendimento Educacional Especializado”; * Revistas: <i>Inclusão e Sentidos</i>.



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Elencamos, ainda, na sequência, atividades práticas que poderão ser desenvolvidas com o professor nestas Horas de Trabalho Pedagógico, e que poderá resultar em melhoria no processo ensino-aprendizagem, sendo de fundamental importância atentar para os referenciais elencados e a divisão do espaço referido anteriormente (reflexão, planejamento e estudo):

- Avaliar o desempenho dos alunos, planejando e avaliando ações que visem à superação das dificuldades encontradas por cada discente;
- Planejar atividades contidas no material do Programa Ler e Escrever, organizando os agrupamentos produtivos e suas variações, de acordo com a necessidade de cada aluno;
- Leitura do Guia de Estudo do Programa Ler e Escrever para o horário coletivo de trabalho (Blocos de Estudo do Programa);
- Estudo do Guia de Planejamento e Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever;
- Correção do material do aluno contendo as atividades propostas pelo Programa Ler e Escrever;
- Preencher documentos relacionados ao Programa Ler e Escrever, tais como sondagem e relatório das etapas do projeto desenvolvido em sala de aula;
- Orientação com o coordenador, referente às anotações das devolutivas das visitas em sala de aula da equipe do programa Ler e Escrever;
- Análise e acompanhamento da evolução das aprendizagens descrita nas planilhas de sondagens do Programa Ler e Escrever e avaliações dos alunos;
- Valores civilizatórios e dimensões históricas para uma educação anti-racista;
- Síntese das Leis Brasileiras, no que se refere à educação anti-racista;
- Movimento Negro e Educação;
- Educação e Direitos Humanos;
- A diversidade étnico-racial na educação;
- Identificação de Ações Afirmativas;
- Uma Nova abordagem da Questão Indígena;
- Conhecer e explorar o acervo existente na escola e/ou disponibilizado pela S.M.E. ou MEC (revistas – livros – jogos – CDs – DVDs);
- Conhecer, avaliar, selecionar livros apropriados, destinados à atividade permanente de leitura, roda de leitores, projetos e sequências didáticas desenvolvidas;
- Produzir materiais de suporte para atividades pedagógicas a serem desenvolvidas;



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- Conhecer/explorar os recursos tecnológicos existentes na escola e aprimorar-se para sua utilização;
- Socializar, entre os pares, oficinas, cursos e palestras promovidas pela S.M.E.;
- Estudar temas relevantes para seu trabalho, articulando teoria e prática;
- Conhecer e analisar os descritores e os resultados das avaliações externas, planejando intervenções cabíveis aos resultados da Unidade Escolar;
- Elaboração do relatório de turma e correção de atividades;
- Contribuir na construção e execução coletiva do plano gestor;
- Avaliação (estudo da concepção e realização da avaliação de desempenho);
- Seleção de atividades adequadas (utilizando-se de das diferentes modalidades organizativas, como projetos, sequências didáticas) pautadas na avaliação e com características de objeto sociocultural real (com função social);
- Levantamentos das possíveis intervenções diferenciadas;
- Planejamento da gestão da aula nas dimensões da organização do tempo e dos espaços.

Ressaltamos que todas as ações sugeridas deverão ser planejadas, executadas e avaliadas pelo Professor-Coordenador, que deverá contar com o apoio da direção escolar para que se dedique **prioritariamente** ao trabalho pedagógico da U.E. Lembramos, ainda, que os programas/projetos desenvolvidos na Unidade Escolar (Ler e Escrever, Letra e Vida, PAC, etc...) demandam a organização do tempo dos HTPCs coletivos, de forma que as atividades planejadas sejam cumpridas.

Apresentando nossos cumprimentos, e aproveitando a oportunidade para ensejar um ótimo ano letivo, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Nilson Robson Guedes Silva
Diretor de Educação